

1



1

2

3

4

5

6

7

**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**



8

9

10

11

12

13

# 99<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CONAMA

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

**25 de agosto de 2010.**  
*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

2

**400 SR. NILO SÉRGIO DE MELO (MMA)** – Bom dia senhores Conselheiros e  
41senhoras Conselheiras sejam bem-vindos a essa 99ª Reunião ordinária do  
42CONAMA. Quero dando boas-vindas a todos antes de passar a palavra a Ministra  
43pedir que as pessoas interessadas para a tribuna livre podem fazer com a Adriana  
44aqui do lado, pedir que façam em silêncio. Quero com muito prazer passar a  
45apalavra a nossa Ministra de Estado do meio ambiente Isabela Teixeira para fazer a  
46abertura dessa Reunião e em seguida teremos um debate sobre política energética e  
47meio ambiente. Obrigado.

48

49

**50A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Bom dia a  
51todos. É com muita satisfação que abro os trabalhos dessa nossa Reunião do  
52CONAMA e vou explicar a minha particular satisfação em função de que hoje temos  
53uma Reunião do CONAMA num formato distinto do que usualmente adotamos, e a  
54idéia desse formato é que esse conselho além de discutir as questões de  
55normatização, de regulamentação da política nacional do meio ambiente e todo o  
56seu conjunto arcabouço legal esse conselho também possa ser um espaço de  
57debate sobre as grandes questões que envolvem o processo desenvolvimento  
58desse País e obviamente a relação dessas grandes questões com a agenda  
59ambiental, então ainda estava como Secretaria Executiva do MMA e foram nesse  
60Plenário que chegamos à conclusão que era importante avançarmos com os  
61senhores em procurar aproximar o conselho nacional do meio ambiente das  
62chamadas políticas setoriais envolvidas com desenvolvimento e pudéssemos ouvir  
63de especialistas qual é a visão do planejamento setorial, quais são os grandes  
64desafios do Brasil em torno das chamadas política de desenvolvimento não só nos  
65requisitos de infra-estrutura e logística, mas também na chamada agenda social.  
66Temos mudança no Brasil, mudança bastante significativa nesse País e é importante  
67e estou absolutamente convencida disso de quando falamos das questões sócio  
68ambientais, o contexto não é mais o contexto que tínhamos no século passado ou  
69na última década há transformações bastante significativas que estão acontecendo  
70em nosso País e transformações que são importantes, que obviamente vão impactar  
71positivamente a política nacional do meio ambiente impacte positivamente essas  
72transformações. É por aí que construímos a questão da sustentabilidade e avança  
73na consecução dos objetivos da sustentabilidade. Temos um desafio ainda, aliás,  
74colocaria dois desafios para esse conselho muito possivelmente esse seja  
75recepionado no próximo Governo que já não estarei como Ministra, mas estarei  
76como funcionária de carreira do Estado brasileiro, que é a necessidade de  
77aproximarmos o conselho nacional de meio ambiente com o Conselho Nacional de  
78Recursos Hídricos e aqui vai à primeira sugestão minha de próximos passos para o  
79CONAMA em relação a essa primeira parte da nossa presente Reunião é que  
80possamos ter aqui talvez o Dr. machado com a Agência Nacional de Águas (ANA) o  
81debate sobre o planejamento de usos múltiplos e como a ANA do Conselho Nacional  
82de Recursos Hídricos estão trabalhando a convergência do planejamento de recurso  
83hídricos e de recursos ambientais, porque está sendo trabalhada n ano do  
84planejamento das grandes bacias brasileiras e os usos econômicos e os desenhos e  
85a visão de futuro que esse planejamento acolhe. Já temos o planejamento da bacia  
86do Araguaia e Tocantins consolidado, planejamento esse que levou inclusive a  
87exclusão de aproveitamento hidrelétrico do chamado médio Araguaia por conta de  
88outros usos uma decisão do Presidente da República, decisão do conselho nacional  
89de recursos hídricos, e uma decisão que tem reflexo no conselho nacional de política  
90energética e tem reflexo no conselho nacional de transportes, tem reflexo em toda  
91estratégia de infra-estrutura e logística e agora deveremos apreciar o chamado

4

5

2

92plano de gestão estratégica de recursos hídricos da chamada margem direita do  
93Amazonas. Senhor é importantíssimo que o CONAMA tenha essa aproximação do  
94Conselho Nacional de Recursos Hídricos, porque é numa abordagem de  
95planejamento ambiental como um todo planejamento dos recursos hídricos e dos  
96recursos ambientais que estamos oferecendo um novo patamar de diálogo entre as  
97políticas ambientais e as políticas públicas de infra-estrutura de logística e políticas  
98sociais, então, talvez essa seja uma pauta que sugeriria para esse conselho que  
99pudéssemos com isso não só ter a aproximação de dois conselhos, mas também ter  
100a aproximação dessa visão estratégica de uso de instrumento de planejamento  
101ambiental e de planejamento de recursos hídricos para conciliar e dar convergência  
102a chamada às políticas de desenvolvimento de infra-estrutura desse País  
103considerando uma área tão importante que é a margem direita do rio Amazonas,  
104então essa é a primeira sugestão. A segunda sugestão de pauta é que também  
105possamos ter um trabalho de aproximação da chamada gestão ambiental pública da  
106gestão ambiental privada. Estamos tendo o conjunto de transformações bastante  
107expressivo no âmbito empresarial sobre a gestão ambiental nesse País e não estou  
108falando somente das grandes empresas, mas das empresas de médio porte  
109também, inclusive iniciativas de empresas de pequeno porte e que o CONAMA está  
110absolutamente distante desse mundo e posso assegurar aos senhores. Distante que  
111digo do ponto de vista do que significam os avanços e quais são os desafios que a  
112gestão ambiental privada ou corporativa se impõe cada vez mais para convergir com  
113área ambiental. Recentemente fui a São Paulo, por exemplo, para participar do  
114lançamento de uma iniciativa empresarial em torno da conservação da  
115biodiversidade. Os empresários brasileiros estão se juntando para trabalhar a pauta  
116da conservação da biodiversidade num patamar diferenciado. É uma iniciativa que  
117está em consulta da mesma maneira que os empresários se juntaram para fazer seu  
118compromisso formal frente à questão das mudanças climáticas. É importante que o  
119CONAMA avance em minha opinião nessa interlocução e na compreensão do que  
120está sendo desenvolvido nesse País em torno de sustentabilidade. Agora mesmo no  
121momento que estamos vivendo de regulamentação da política nacional de resíduos  
122sólidos é bastante expressivo o compromisso do setor privado em fazer primeiro  
123aprovar a lei e segundo trabalhar no processo de regulamentação que considere  
124todos os elos que a lei define e principalmente a questão do reaproveitamento da  
125reciclagem e como os senhores sabem o Brasil fez um estudo no Ministério do Meio  
126Ambiente com o IPEA que estima o mercado de reciclagem no Brasil de 8 bilhões de  
127reais ano e isso está publicado e caso os senhores não saibam fui recentemente a  
128Minas Gerais na semana passada para a questão do encontro nacional dos  
129catadores e conversando com o secretário de meio ambiente de Minas Gerais o Dr.  
130José Carlos Carvalho eles estão concluindo o estudo e mostrando que hoje se fosse  
131retirar os catadores da cidade de Belo Horizonte você teria que contratar 40% a mais  
132de garis e duvido que os senhores saibam qual a expressão da cidade, no estados  
133dos senhores da participação dos catadores no serviço de limpeza urbana de suas  
134cidades informalmente e qual o trabalho que muito do setor privado e muitas  
135empresas estão fazendo para ajudar a estruturação do segmento de catadores.  
136Estou dando um pequeno exemplo do que acontece no mundo corporativo na  
137gestão ambiental privada, no mundo corporativo com interesses sociais e  
138econômicos é natural, além dos interesses ambientais, mas que tem reflexo imediato  
139para a formulação de políticas públicas ambientais. Estou pegando esse pequeno  
140exemplo, já que estamos falando no momento de regulamentação de política  
141nacional de resíduos sólidos para mostrar a dimensão de mundos que estão todos  
142trabalhando por um ambiente melhor, soluções mais construtivas e a própria  
143iniciativa do chamado consumo consciente da produção sustentável do consumo

144consciente o Ministério do Meio Ambiente deve lançar até o final desse ano, primeira  
145semana de setembro lançaremos a consulta pública o plano nacional de produção  
146Ed consumo sustentável brasileiro. Isso tem uma envergadura de interlocução com o  
147setor privado que é monumental e isso vai para a consulta e a nossa expectativa  
148tem o período de consulta e logo depois levamos a apreciação formal do Governo e  
149aprovação por parte do Ministério do Meio Ambiente cumprindo não só o  
150compromisso que é chamado o acordo de MARAKECHI, mas também colocando o  
151Brasil num outro patamar em torno da gestão ambiental pública em torno da gestão  
152ambiental privada, isso é um exemplo que acho que temos uma possibilidade  
153enorme de debate e de reflexão sobre esse novo patamar da política ambiental do  
154Brasil. Sempre tenho sido muito crítica da necessidade, crítica positivamente, mas  
155alguns acham que sou crítica negativamente da necessidade de ter essa mudança  
156de patamar da gestão ambiental pública no Brasil. Estou convencida que o desafio  
157da regulamentação do artigo 23, do envolvimento de mais de 5.600 municípios na  
158gestão ambiental nesse País diretamente, formalmente requerer a nova visão da  
159institucionalidade do meio ambiente requer uma nova visão da institucionalidade do  
160meio ambiente e requer uma nova visão da integração das institucionalidades em  
161torno das políticas públicas brasileiras, e isso é um desafio que também requer um  
162olhar não só para o setor não-governamental, que acho também que experimenta  
163mudanças de transformações bastante expressivas como também para o setor  
164privado, o chamado setor empresarial que está construindo um processo cada vez  
165mais sólido em termos de interlocução formal com o Governo sobre a questão  
166ambiental. Acho que esse conselho poderia e deveria se debruçar, isso é apenas  
167uma sugestão minha para o futuro próximo e breve espero, sobre debates que  
168podemos encerrar nesse conselho. Existem ainda outros dois comentários antes de  
169entrar especificadamente na pauta sobre o momento específico, infelizmente muito  
170triste, que estamos vivendo no Brasil a respeito das queimadas e incêndios  
171florestais. É uma situação lamentável, absolutamente gravíssima do ponto de vista  
172do que está acontecendo e ironicamente acredito que nunca se gastou tanto em  
173prevenção pelo menos por parte do Governo Federal. Temos mais de 7 mil pessoas  
174do corpo de bombeiro deste País sendo dedicados a isso, sendo deslocados pelo  
175País todo. Temos mais de 2.000 brigadistas contratados pelo Governo Federal,  
176temos nossas equipes em campo e todos trabalhando e está queimando como  
177nunca queimou claro que temos aí condições climatológicas únicas e mais  
178complexas do que usualmente, temos situações de vários satélites lendo o mesmo  
179ponto, então, muito dos dados que saem como foco de queimadas, não quer dizer  
180que sejam, às vezes te 3 ou 4 satélites registrando o mesmo ponto que é uma  
181informação equivocada, o próprio IMP fez um desmentido sobre isso, mas fato  
182é, pois fui a Tocantins domingo, sem ser esse domingo o outro, sai daqui 7 da manhã  
183e cheguei 8 e meia da noite. O Dr. Rômulo provocou um final de semana muito  
184agradável. Fiquei impressionadíssima, porque você vê as pessoas combatendo um  
185incêndio, desci, fui às áreas de queimadas e você vê 2, 3 quilômetros depois em  
186mata fechada e começa um incêndio que não tem sentido, não é só queimada  
187claramente sendo colocado. Estamos com perícia esse ano em campo, é outra  
188novidade, estamos trabalhando com peritos para identificar e estamos  
189lamentavelmente verificando que temos uma incidência elevada de incêndios  
190criminosos, onde as pessoas estão colocando de propósito. Temos uma dificuldade,  
191estava conversando agora com o companheiro de Sinop, falando a dificuldade com  
192os assentamentos rurais, não sei o pessoal da Contag está aí, o pessoal do M D A já  
193chegou? Também não, mas enfim, já falei com o Ministro que temos que acelerar  
194essa questão dos assentamentos. Está pegando fogo provocado pela questão dos  
195assentados, então é uma situação de emergência absoluta que estamos trabalhando

196com todos os focos necessários e ontem mesmo o Ministério do Planejamento  
197aprovou novo crédito para o Governo Federal, o exército está conosco e temos a  
198questão indígena, por exemplo, a ilha do bananal é na área indígena que está  
199pegando fogo, norte em Tocantins que está invadindo o parque nacional do  
200Araguaia. Não consegui passar, pois tamanha era cortina de fumaça. O Exército  
201está entrando na área, porque os índios não deixam entrar. A própria sala de  
202situação de emergência que estão montadas aqui no IBAMA, a FUNAI é parte da  
203sala de situação. É um momento de muita tristeza, perdemos 90% do parque  
204nacional das emas e talvez a maior perda que estamos tendo nesse processo todo,  
205pois é um parque extremamente importante que é cercado por fazendeiros, o que  
206sugere que houve incêndio provocado por práticas ilegais em torno do parque, e  
207agora vamos discutir como recuperar o parque. Já pedi ao Dr.Rômulo, passando  
208essa frente de combate e que a gente faça uma Reunião com vários especialistas  
209para pegar as áreas protegidas que foram queimadas, e qual as estratégias de  
210recuperação que vamos adotar. Tudo está sendo feito, todas as técnicas de  
211prevenção adotadas, brigadas treinadas, todas as medidas foram tomadas, então  
212não houve omissão. Para vocês terem uma idéia, fui a Porto Velho com o Presidente  
213da República e em Porto Velho estava queimando e quem foi apagar o incêndio na  
214área do aeroporto foi a brigada do Chico Mendes de Jamarí. Tivemos que deslocar  
215da unidade de conservação a nossa brigada para apagar o fogo na área do  
216aeroporto, porque a cidade de Porto Velho não tinha estrutura dedicada a isso,  
217então, as pessoas não têm noção do que é a dimensão do problema. Via as  
218pessoas dormindo de madrugada, ficam de plantão, é uma mobilização, aliás, fiquei  
219impressionada, descendo lá no lajeado, em Mateiros têm um gafanhotos desse  
220tamanho, os homens se escondendo e 4 mulheres que comandavam os 180  
221homens em pé dando ordem. Espetaculares. Fiquei com tanto orgulho. Quatro  
222mulheres fantásticas. Uma da Naturantis, uma do IBAMA, duas do Chico Mendes e  
223a quinta que era eu que estava lá. E 180 marmanjos lá. Aquilo que era espetáculo  
224de crescimento sustentável e funcionando elas apagaram o fogo. É impressionante a  
225dedicação, Tudo gente jovem, todas solteiras, por isso, com foco, daí casam e  
226perdem o rumo. O homem cria um campo magnético ao contrário, deixam as  
227pessoas perdidas procurando GPS, mas as meninas são espetaculares e vale o  
228registro do esforço do Governo de Tocantins com toda a fragilidade institucional que  
229ainda tem na área de meio ambiente a dedicação dos recém concursados, todo  
230mundo no campo. Isso era domingo e estava todo mundo trabalhando com o  
231secretário municipal que vinha do Paraná também completamente dedicado e os  
232homens correndo dos gafanhotos e as mulheres tranquilas e dedicadas. Tem aqui o  
233reconhecimento que tem uma turma nova que está vendo a questão de frente como  
234tem que ser vista, agora lamentavelmente falta conscientização e falta às pessoas  
235conscientizar as pessoas que tem incêndio criminoso, tem ação proposital, é gente  
236aproveitando para queimar cerrado, estava conversando ali com nosso Prefeito de  
237Bauru, ele contando o que está acontecendo em São Paulo, então, é um momento  
238de ação conjunta para combatermos, mas também é um momento de reflexão para  
239aprimorar o sistema, porque todas as medidas de prevenção foram tomadas dentro  
240daquilo que as boas práticas ambientais recomendam, por isso, não está queimando  
241mais, aliás, está queimando, mas poderia estar queimando muito mais se não  
242fossem os esforços do Governo Federal e do Governo Estadual e alguns municípios  
243que estão envolvidos nessa cooperação. Aqui vem o reconhecimento de público ao  
244pessoal da defesa civil municipal e ao Corpo de Bombeiros, esse pessoal está  
245trabalhando direto juntamente com a brigada do IBAMA, junto com o pessoal do prev  
246fogo, da plano fogo, e fui ver realmente. Temos que ter um trabalho com o pessoal  
247da questão indígena. Não pode índio desmatar a reserva para alugar pasto para

248fazendeiro. Isso é inaceitável que aconteça isso no Brasil nos dias de hoje  
249queimando tudo, você vê a floresta toda queimando. Dói no coração e dói porque  
250economicamente é inaceitável não só ambientalmente, mas economicamente e  
251socialmente falando. Acho que tem que ter uma reflexão, não de apontar culpados,  
252que não é esse o momento, mas uma reflexão Ed olharmos e ver o que pode ser  
253aprimorado. Como podemos reparar, recuperar e o que pode ser aprimorado em  
254termos de prevenção e de trabalhar o uso econômico do fogo e não a perda, o uso  
255sustentável que você tem de manejo e técnica e não essa degradação que estamos  
256vendo no País. E finalmente o último comentário que é a política nacional de  
257resíduos sólidos, que vocês devem estar acompanhando pela mídia, que estamos  
258vivendo um momento de regulamentação, o Presidente da República deu um prazo  
259limitado de 90 dias para regulamentação, o Ministério concluiu, agora, com a Casa  
260Civil, acho que essa semana, tem uma Reunião hoje à tarde para ver como está a  
261proposta e vamos chamar todos os segmentos, os governos estaduais, o setor não-  
262governamental, o setor empresarial, os catadores, os movimentos sociais e todo  
263mundo para fazer as consultas necessárias até o encaminhamento formal da  
264proposta. Agora tem um trabalho com a AGU, para lidar com a parte jurídica para  
265regulamentar de maneira coerente, na realidade o texto legal determina, o Ministério  
266tem um conjunto de iniciativas sobre as cadeias setoriais, o chamado a questão da  
267logística reversa, quais são os números e a idéia é que possamos ficar agora a partir  
268da última semana de agosto, duas primeiras semanas de setembro numa ação  
269dedicada sobre a questão da regulamentação dos resíduos sólidos e com todos os  
270segmentos, além disso, o João de Deus está aí? O João de Deus e nosso Luizão  
271também estão com a missão, os senhores devem ter visto na mídia, que o Ministério  
272do Meio Ambiente resolveu apresentar uma proposta de código florestal. Estamos  
273trabalhando para poder ter uma base diferenciada de debate que certamente  
274acontecerá no Congresso Nacional, não sei se nessa legislatura, mas na próxima.  
275Acho que formalmente devemos ter da mesma maneira uma posição sobre política  
276nacional de resíduos sólidos, uma posição sobre essa visão diferenciada,  
277diversificada do que o código florestal do Brasil. Não temos só uma posição reativa  
278ao que o Congresso nos oferece, mas uma posição propositiva. O Ministério  
279chamará todos os senhores e convidaremos as pessoas para o diálogo de tal  
280maneira que possamos acolher as contribuições e termos um texto em consulta,  
281como é o procedimento usual do Ministério e desse conselho, talvez seja até  
282prudente que o conselho designe 1, 2 ou 3, um grupo de representantes  
283Conselheiros para o debate com o Ministério, embora todos os segmento serão  
284consultados, e estamos pelo menos convencidos com a abordagem que devemos  
285ter um quadro florestal por bioma, uma leitura diferenciada sobre a diversidade das  
286situações que o Brasil tem, não cuidando só de passivo, mas cuidando da visão de  
287agricultura sustentável nesse País de cidades e na atenção de florestas. Temos um  
288debate e o João de Deus e o Luizão é o ponto focal do Ministério para essa  
289interlocução. Está bem assim? Não tenho mais nada a declarar a não ser passar  
290para a pauta. Quero aqui dizer, cadê o pessoal do Ministério Minas e Energia? Além  
291do senhor cadê a Cicirene? Vamos ter uma pauta que segue o rito usual do  
292CONAMA com aprovação de ata, tribuna livre, enfim, o Dr. machado vai coordenar  
293esse trabalho junto com o Dr. Nilo. Temos a apreciação de duas resoluções  
294restauração e a recuperação de áreas de preservação permanente, que na realidade  
295é um assunto que vem da outra Reunião, então não estamos dando prosseguimento  
296como também temos a questão sobre a movimentação interestadual de resíduos  
297perigosos, e depois uma proposição que trata sobre a PEC da catinga e cerrado,  
298patrimônio nacional, e duas moções que uma vem do corredor ecológico do rio  
299Pelotas e outra que é de repúdio a construção hidrelétrica de Belo Monte e depois

300um conjunto de informes sobre o relatório anual de gestão de florestas públicas,  
301sobre saneamento básico, sobre o grupo de monitoramento de fósforo e ainda do  
302IBAMA em relação às condicionantes de licenciamento ambiental e transposição do  
303São Francisco. Está na pauta do CONAMA, isso vai ser conduzido pelo seu  
304secretário executivo e só vou fazer um esclarecimento aqui a respeito dessa  
305proposta que temos hoje do primeiro painel temático sobre política energética e meio  
306ambiente. Os senhores se recordam que foi feita uma sugestão aqui e o Ministério  
307de Minas e Energia imediatamente aceitou estar aqui presente, era o Ministro  
308Zimirman estar comigo hoje aqui, mas ele está numa outra missão que todo mundo  
309está acompanhando a questão da Petrobrás, a questão do preço de barril, e  
310estamos tendo uma discussão de natureza estratégica e o Ministro está dedicado a  
311esse assunto e não pôde estar presente, mas temos aqui o pessoal da secretaria  
312nacional de política energética. O senhor trabalha com o Autino, não é isso? Temos o  
313Marcelo Pop, além de ser um amigo e uma pessoa especialista na área é do CGEE,  
314enfim, tem todo um trabalho na área de energia e teremos ainda o José Simões  
315Neto da ABCEE (Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica) e  
316temos também o nosso Raul, do Vale Pelúza como debatedores. A estrutura da  
317proposta e que achei bastante interessante é que teríamos uma palestra do Dr.  
318Paulo com o secretário adjunto do planejamento mostrando a visão do planejamento  
319energético, os grandes desafios do Brasil, os cenários, como isso se coloca, e depois  
320teríamos três debatedores e gostaria que o CONAMA escolhesse dois comentaristas  
321que iria comentar, não só os debates, mas as palestras na perspectiva de  
322Conselheiros, e depois a palavra está aberta para perguntas e debates. Porque dois  
323ou três comentaristas? Para que possamos ter os Conselheiros, as pessoas que  
324estão debatendo não são Conselheiros do CONAMA, são debatedores especialistas  
325na área e teremos a manifestação, se os senhores tiveram de acordo, de dois ou  
326três setores que seriam Conselheiros do CONAMA comentando isso, o que foi  
327apresentado e depois aí as perguntas são franqueadas e o debate fica livre no  
328processo que será conduzido aqui por mim e pelo Dr. Machado. OK? Vocês acham  
329isso razoável? Sem problema? Então peço que depois, Volney, cadê você? Pedi  
330para ele dar uma olhada com os comentaristas e pegamos os nomes depois e as  
331pessoas seriam convidadas a fazerem o uso da palavra e fazer os seus comentários  
332já na perspectiva como Conselheiros do conselho nacional de meio ambiente. Bom é  
333isso. Passo a palavra agora ao Dr. Nilo e temos aqui na realidade discussão e  
334votação da ata, da última Reunião. Já quer fazer a instalação do debate de vez?  
335Está bem então. Vou convidar o palestrante e os debatedores para ficarem aqui  
336sentados, por gentileza, e vamos para lá. Convido o Dr. Paulo Altaur, ele é  
337secretário adjunto de planejamento e desenvolvimento energético no Ministério de  
338Minas e Energia, ou seja, essa secretaria que é responsável por coordenar todas as  
339iniciativas de planejamento energético do Brasil. É quem consolida os planos, enfim, o  
340Dr. Paulo está aqui conosco seja bem vindo. Gostaria de convidar Dr. Marcelo Pop,  
341que é do Centro de Gestão de Estudos de Estratégias do CGEE, especialista na  
342área de energia elétrica e mudanças climáticas e energias renováveis. O Dr. Raul  
343Vale, coordenador do programa de política e direito sócio ambiental do instituto sócio  
344ambiental do ISA e o Dr. José Simões Neto, presidente da associação brasileira de  
345concessionárias de energia elétrica. A idéia é o seguinte. O Dr. Paulo tem 40  
346minutos para fazer uma palestra e mostrar como organiza o planejamento energético  
347do Brasil e quais são os grandes desafios. Prestem atenção que o objetivo desse  
348painel temático é olharmos isso frente às questões ambientais. Estamos discutindo  
349dentro da conservação da biodiversidade, a questão dos recursos hídricos até as  
350questões climáticas, Esse é o contexto da proposição que foi aprovada nesse  
351conselho e depois cada debatedor terá quinze minutos. Fechado isso teremos dois

352comentaristas do CONAMA e aí tribuna livre, palavra aberta para todo mundo. Vou  
353passar a palavra para o Dr. Paulo.

354

355

356**O SR. PAULO ALTAUR P. COSTA (MME)** – Inicialmente gostaria de saudar a  
357Ministra Isabela Teixeira, meus colegas de debate, meu colega Marcelo Pop, que é  
358o assessor do centro de gestão de estudos estratégicos, o senhor Raul Vale, que é  
359coordenador de política e direito sócio ambiental, do instituto sócio ambiental e o Dr.  
360José Simões, que é presidente da PCE. Inicialmente a gente agradece o convite em  
361nome do Ministério de Minas e Energia e estamos aqui para fazer uma apresentação  
362sobre o planejamento energético e políticas energéticas. Preparei um conjunto  
363grande de transparência não vou detalhar todas, mas o objetivo é disponibilizar  
364informações para a consulta posterior e a palestra está disponível também para a  
365divulgação.

366

367

368**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Todo material  
369vai tornar disponível no site do CONAMA.

370

371

372**O SR. PAULO ALTAUR P. COSTA (MME)** – O que vou falar hoje é sobre o  
373planejamento energético, política energética e no final algumas considerações.  
374Inicialmente gostaria de destacar, vamos dizer assim, dentro do novo modelo, os  
375pilares do novo modelo, a questão da segurança energética, abastecimento, a  
376modicidade tarifária e a universalização do atendimento. A segurança energética uma  
377das principais ações que foram tomadas é no sentido da obrigatoriedade da  
378contratação de energia com o ambiente do mercado regulado, 100% da contratação  
379de energia com contratos de longo prazo e com antecedência de 3 a 5 anos em  
380relação à modicidade tarifária aqui destacaria a lógica de colocar em licitação  
381primeiro aquelas obras mais econômicas, as obras mais atrativas e a licitação por  
382menor tarifa. Em relação à universalização de atendimento o programa luz para  
383todos de conhecimento geral. Bom, inicialmente destacaria como é o processo de  
384planejamento, então, o planejamento começa com estudos de longo prazo, estudos  
385que têm uma visão estratégica, então, esses estudos de longo prazo, por exemplo,  
386temos o plano nacional de energia, 2030, temos a matriz energética nacional, então,  
387aqui damos essa visão estratégica, só citar um exemplo, por exemplo, a questão  
388nuclear. A questão nuclear foi definida dentro desse ambiente, não foi dentro do  
389âmbito dos estudos do plano decenal, e verificou-se no longo prazo haveria a  
390necessidade de entrada de geração para operação na base e que tivesse  
391atratividade, tivesse custo de operação e manutenção barata. Na seqüência temos  
392um horizonte de curto prazo, que é um horizonte de programação de obras, que é o  
393plano decenal de transmissão, mas esse horizonte define um conjunto de obras que  
394é um programa de referência para a sociedade. Esse programa é colocado em  
395licitação e os agentes podem apresentar obras não previstas pelo planejamento, que  
396é o que ocorre principalmente em relação à expansão da geração térmica e de  
397fontes alternativas e na seqüência temos um monitoramento, onde existe o comitê  
398de monitoramento do sistema que é presidido pelo Ministério de Minas e Energia e a  
399visão aqui é zelar pelo equilíbrio entre a oferta e a procura. Com esses mecanismos  
400acreditamos que o Ministério de Minas e Energia tem condições de viabilizar o  
401atendimento do mercado. Somente algumas informações iniciais. Quero primeiro  
402destacar a característica do nosso País, que é um país continental e uma  
403comparação com a Europa, por exemplo, em termos de dimensão e em termos de

404 características. Como é a Europa? A Europa tem muita geração térmica, com bases  
405 mais locais. Isso é uma tendência em grande parte do mundo com exceção de  
406 alguns países. No Brasil temos uma diversidade hidrológica muito grande entre as  
407 várias regiões, e isso representa uma atratividade muito grande para o atendimento  
408 de energia elétrica. Isso levou que o País criasse uma malha de interligação entre  
409 todas as regiões, que ao longo do tempo estamos reforçando e ampliando. Isso dá  
410 uma confiabilidade da qualidade e garantia do atendimento, dá uma confiabilidade  
411 muito grande, porque se existe diversidade hidrológica é muito pouco provável que  
412 ocorra condição desfavorável simultânea. E a questão da capacidade instalada, 112  
413 mil em dezembro, hoje está em 115 mil mega watts, temos na transmissão quase  
414 100 mil quilômetros de linhas. Isso é um cenário demográfico dos estudos de longo  
415 prazo que estão sendo realizados nesse momento no âmbito do Ministério de Minas  
416 e Energia. Estamos indo com esses estudos até o ano de 2050. O que  
417 vislumbramos aqui? Vislumbra uma característica nunca verificada antes no nosso  
418 País, mas no longo prazo, menos entre 2000 e 2030, 2040 a população do País  
419 estabiliza e depois começa a decrescer e temos taxa de crescimento chegando a  
420 2050 em valores negativos. Em 2010. 87%, 2030. 27% e em 2040 já estarão -0,5%.  
421 O que representa isso aqui? Um País que tem uma economia em desenvolvimento  
422 com o PIB crescendo e a população diminuindo, então o PIB per capita aumenta de  
423 forma significativa. Este aqui é um cenário econômico, então teríamos em 2010 um  
424 PIB em reais da ordem de 3,4 trilhões de reais. Quando chegarmos em 2050 o PIB  
425 vai estar em torno de 11,4, isso é bastante significativo. O Brasil vai estar aqui  
426 entre a 5ª maior economia do mundo, então aqui o PIB per capita teríamos hoje em  
427 torno de 17 mil e 400 reais por ano, por habitante e chegaríamos 2050 com 66 mil. A  
428 Espanha em torno de 61 mil por habitante e a Itália em torno de 67 mil. Essa taxa de  
429 crescimento do PIB anual de 3,69, isso aqui é em real, mas existe um fenômeno que  
430 gostaria de destacar. Existe uma valorização muito grande da nossa moeda, então  
431 quando colocamos esse PIB em dólares isso representa uma taxa anual de  
432 crescimento média até o ano de 2050 de quase 6%, em torno de 5,8%, então, isso é  
433 muito significativo. O que destacaria no horizonte decenal? A taxa do PIB  
434 considerada para os estudos, que seria 5,1%. O que a taxa do PIB ela influencia no  
435 consumo comercial, no consumo residencial, para que a indústria, apesar de que a  
436 indústria tem uma colocação, um relacionamento muito grande com a questão  
437 internacional, com cenários internacionais. O que destacaria aqui então. Per capita  
438 entre 2009 e 2019 é de 4.237 dólares. Isto aqui é uma matriz energética mundial. O  
439 que a gente verifica no mundo? Entre 1980 e 2007. O petróleo em 1980 representava  
440 43% e em 2007, 34%. O carvão crescendo ao longo desses 27 anos. A energia  
441 nuclear dobrando. E o que isso chama a atenção? Em 1980 os combustíveis fósseis  
442 do mundo representavam 85% da nossa matriz. Toda a energia gerada no mundo  
443 85% dessa energia era obtida de combustíveis fósseis, e 27 anos depois reduziu  
444 somente 3,5%, então, isso mostra que o desafio para mudar a matriz energética  
445 mundial é muito grande. O consumo per capita é o Brasil. É uma tonelada  
446 equivalente de petróleo por habitante. A China é 0,90 e alguma coisa e os Estados  
447 Unidos 5 e poucas toneladas equivalente a petróleo por habitante e o mundo em  
448 média 1,3. Temos no mundo uma parcela renovável da matriz energética e todas as  
449 energias 12,6%, 87,4%, o restante não renovável. Dos países da OCDE 6,8%  
450 apenas é renovável, enquanto a nossa matriz energética representa 47,2%. Aqui  
451 como ela evolui? Temos, por exemplo, produtos da cana 2009 e 2010 no horizonte  
452 do plano decenal, então o que verificamos é uma queda significativa do petróleo,  
453 aumento de gás natural, redução da hidroeletricidade e a biomassa tradicional,  
454 sendo que os produtos da cana aumentam provavelmente significativo. O que temos  
455 aqui? Temos em 2009 uma parcela renovável de 47,2% e em 2019 isso atinge 48,4, se

456faz um esforço muito grande em manter a característica renovável da nossa matriz.  
457Aqui energia elétrica, então o que vemos de energia elétrica?O petróleo, reduzindo  
458de forma significativa no mundo, o carvão cresceu, então, em 2007, 42% da energia  
459elétrica do mundo é originária de geração térmica a carvão. É algo extremamente  
460significativo, por exemplo, a China ela utiliza carvão para vários objetivos, além da  
461energia elétrica ela utiliza para calefação, para aquecimento de alimentos. O que  
462mais destacaria aqui, o gás crescendo e novamente o que enxergamos em 80, 70%  
463da energia gerada no mundo era originário de combustível fóssil. Em 2007, isso  
464atinge 68%, se reduz somente 2% em 27 anos. Destaco mais uma vez a tendência e  
465a dificuldade que representa isso e que afetaria as economias dos países e criaria  
466conflitos e poderia criar problemas sociais seriíssimos se não encontrar uma  
467alternativa economicamente viável. Aqui têm alguns dados que vou deixar  
468disponível. Da parte de energia elétrica o mundo tem 18,2% renovável, a OCEC  
46916% e o Brasil tem em 2009 praticamente 90% da nossa matriz de energia elétrica  
470originária de fonte renovável. É um fator que distingue o nosso País e nos dá muito  
471orgulho. Temos praticamente todas as fontes primárias para a geração de energia e  
472podemos nos dar o luxo de colocar primeiro aquelas que são mais atrativas, inclusive  
473dentro da lógica do modelo que é busca da modicidade tarifária e viabilizar o  
474desenvolvimento econômico e sustentável do nosso País. Então aqui é a matriz de  
475energia elétrica que é de 90% em torno de 2009, e quando chegar em 2019 a nossa  
476parcela renovável estará reduzindo principalmente em função da redução da  
477geração hidráulica, apesar de todo esforço que está sendo feita e considerada todas  
478as usinas de madeira, as próximas que vamos considerar, considerando que o plano  
479decenal no segundo Grenkenio não entra nenhuma fonte que não seja renovável, e  
480vamos reduzir 4% da parcela da nossa matriz de energia elétrica. Isso retrata  
481algumas interligações e alguns estudos que estão sendo desenvolvidos. O que eu  
482gostaria de destacar aqui? Que o nosso País, como eu disse, é um País privilegiado,  
483ele se situa dentro de um continente, talvez a América do Sul seja uma das únicas  
484partes do mundo que pode ser totalmente auto-suficiente em termos de energia, e o  
485que a gente vislumbra no futuro? Vislumbramos uma América interligada. Hoje o que  
486temos em interligação já em operação? Temos interligação como Uruguai tem uma  
487interligação com a Argentina, com o Paraguai e a Venezuela, e no momento tem  
488vários estudos em andamento, por exemplo, o Peru está ofertando para o Brasil  
489geração hidráulica na parte amazônica do Peru que tem um potencial da ordem de  
49022 mil mega watts, e desse potencial estão sendo analisados e realizados estudos  
491de viabilidade no momento em torno de 7 mil megawatts para aproveitar linhas de  
492transmissões que já existem algumas e alguns esforços tradicionais e vira até o  
493senso de carga que é principalmente a região Sudeste do Brasil. Estamos realizando  
494estudos de reforços com a Venezuela, a Argentina, no momento estão previstas  
495duas novas usinas, da parte internacional do rio Uruguai, a Usina de Garapí, a usina  
496de Panambí, onde totalizam mais de 2.200 mega watts, e temos uma interligação  
497com o Uruguai, além do que já existe, está sendo construída uma linha de 500kb  
498indo da região da geração térmica do Rio Grande do Sul, a região de (00:45:39) indo  
499até próximo a região de Montevideu. Isso é para dar uma noção de que a  
500competitividade entre fontes olhando sobre a óptica econômica, isso não é preço,  
501então olhando sobre a óptica econômica e considerando aquela sinalização dada  
502pelos estudos de longo prazo que falei inicialmente qual é, que no futuro a nossa  
503geração térmica vai ter um papel de base, onde ela vai gerar o fator de capacidade  
504alto em torno de próximo a 90%, então o que vemos aqui? Vemos hidrolicidade,  
505onde ela é a mais atrativa de todas. Estamos aconselhando a hidrolicidade com o  
506valor de atratividade em torno de 123 reais por mega watts hora, o que as estações  
507atuais estão apontando valores bem inferiores a esses. Temos a biomassa, que é

508 extremamente competitiva, graças ao pró-índice, que foi um programa de viabilizou a  
509 entrada de fontes alternativas no nosso País. Até o pró - índice o que tínhamos?  
510 Tínhamos geração hidráulica e complementação de geração térmica. O pró-índice  
511 tornou viável a biomassa e a PCH e recentemente a geração eólica, a partir do  
512 último leilão da semana passada, aonde chegou um preço bastante competitivo  
513 abaixo de 150 reais por mega watt hora. Temos a biomassa, o carvão mineral, aqui,  
514 por exemplo, a geração do carvão, a eólica, elas estão com valores muito próximos.  
515 A nuclear 150 e alguma coisa, a eólica no leilão passado deu 148 e o carvão mineral  
516 próximo disso aí, o gás natural é um pouco mais alto, óleo combustível é  
517 extremamente caro para a geração em base, então, esses aqui são projetos  
518 totalmente inviáveis para a geração em base. O que vai ser no futuro? A nossa  
519 geração térmica, além de expansão hidráulica de fontes alternativas vai ser  
520 basicamente em cima da biomassa, do carvão mineral e da nuclear isso estou  
521 falando da geração térmica de base, que vai ter um papel muito importante, eólica, e  
522 vamos explorar o potencial quase total que dispomos de PCH. É um potencial do  
523 PCH é relativamente pequeno. Isso aqui são emissões por fonte considerando todo  
524 o ciclo de vida desde a fabricação de cada fonte, então o que chama a atenção aqui  
525 é a hidroeletricidade e a solar com faixas bastante significativas. Isso se refere parte  
526 a solar, basicamente seria a questão da construção. A hidroeletricidade tem algum  
527 montante adicional de emissões, e depois os outros, carvão logicamente. Aqui é só  
528 para dar uma noção, vamos dizer assim, as emissões globais. Mudança de uso da  
529 terra representa 75,4%, processos industriais 1,6% e a energia que representa  
530 20,3%, destacaria o subo setor de energia elétrica no caso, 2,5% apenas. O que  
531 temos hoje no plano decenal? Temos no plano decenal hoje um montante de  
532 emissões de toneladas de CO2 prevista, estimada em torno de 4,4% e chegando ao  
533 final do horizonte em torno de 53 milhões de toneladas de CO2. Uma comparação  
534 internacional, então tonelada por habitante, então o Brasil 1,8 tonelada por  
535 habitante, o mundo 4,4 com os países desenvolvidos, 11 em média e os Estados  
536 Unidos, por exemplo, 19,1%, então uma diferença gritante. Sem falar no passivo  
537 histórico de emissões ao longo dos anos. Aqui seria por oferta interna de energia,  
538 então seria a tonelada de CO2 por TEP, e mais uma vez o Brasil com índices  
539 extremamente pequenos comparados com resto do mundo, um exemplo, a China  
540 com 3,1%. Essas aqui são metas de redução de emissões, então não vou detalhar  
541 que isso aqui é área de vocês, mas vou só chamar a atenção aqui e o que está  
542 previsto na área de reduções da ordem de 166 a 207, então, esse não vou detalhar.  
543 Agora vou falar alguma coisa sobre política energética. Vou destacar aqui, por  
544 exemplo, a preocupação com o consumidor, o compromisso com o desenvolvimento  
545 econômico e o total respeito às questões socioambientais desde a fase de  
546 concepção dos estudos de planejamento e a busca de manter essa característica  
547 renovável da nossa matriz e buscar uma ênfase muito grande na diversidade da  
548 nossa matriz. É uma tentativa de buscar a utilização de tecnologia nacional, sempre  
549 que possível, e com a ênfase muito grande para a inovação tecnológica. A questão  
550 das interligações internacionais que já tinha destacado, o futuro do nosso País é sim  
551 interligado com toda a América Latina e a América central, a questão do sistema  
552 interligado nacional. O que temos aqui no sistema interligado nacional? Existe uma  
553 política muito grande e vou detalhar isso numa transparência mais a frente, a  
554 questão da inserção da geração nuclear, inserção estratégia e a criação do mercado  
555 sustentável para fontes limpas de energia. Em relação à hidroeletricidade, ela vai  
556 continuar sendo a prioritária para a expansão, mas a hidroeletricidade do nosso País  
557 ela tem vida, vamos dizer assim, anunciada o seu fim, então, entre 2020 próximo a  
558 2030 teremos o esgotamento do potencial hidráulico brasileiro e até lá vamos  
559 explorar da forma mais racional possível, por exemplo, não podemos gerar e

560 construir um montante exagerado de geração hidráulica, que isso exigiria o  
561 crescimento de uma indústria para sustentar esse crescimento e já que ela tem uma  
562 vida curta isso não seria racional sobre a ótica econômica, e relação ao potencial do  
563 Brasil, que falei que o Brasil é um País privilegiado, temos um potencial 260 mil  
564 Mega watts. Esse potencial foi estimado e divulgado o plano 2015 em 1994.  
565 Estamos realizando estudos de atualização, mas o número que ainda persiste,  
566 número formal é 260 mil mega watts. Desses 260 mil mega watts o que o  
567 planejamento considera a partir dos estudos de longo prazo? 80 mil mega watts  
568 foram retirados dos 260 mil por questões de complexidade socioambientais, então, o  
569 planejamento brasileiro nesse momento está trabalhando somente com um potencial  
570 de 180 mil mega watts, além de desprezar 80 mil mega watts, esses 180 que  
571 estamos explorando por uma série de restrições, praticamente todas as usinas que  
572 entram aqui pra frente são usinas a fio d'água. Não tem mais reservatório de  
573 acumulação. Estamos fazendo o uso e esse potencial está ficando muito reduzido  
574 em relação ao índice conhecido, e, além disso, uma usina a partir do instante que  
575 tiramos do reservatório o custo da energia, o custo por mega watts hora cresce  
576 significativamente, ou seja, estamos encarecendo de forma significativa os custos de  
577 expansão da nossa geração hidráulica. Só para terem uma idéia no passado o  
578 planejamento era feito o antigo GCPS, o custo marginal de expansão de geração no  
579 Brasil era entre 30 a 35 dólares, então hoje já temos um custo bastante superior.  
580 Isso é só para dar uma noção, quer dizer o potencial disponível no mundo. O Brasil  
581 no nosso potencial de 260 mil mega watts, exploração 30%, a França já explorou  
582 praticamente 100%, a Alemanha já praticamente explorou e os Estados Unidos  
583 explorou 60%. A capacidade instalada nos Estados Unidos de geração hidráulica é  
584 bem superior a nossa capacidade brasileira. O que eu destacaria aqui? A China tem  
585 o maior potencial do mundo. O potencial para a geração de energia elétrica, o  
586 potencial econômico em torno de 13% é o potencial do mundo pertence a China e  
587 ela explorou somente 16. A Rússia tem o segundo potencial do mundo. Ela detém  
588 12% de todos os recursos do mundo e explorou somente 11%. Terceiro lugar, em  
589 termos de recursos é o Brasil. O Brasil tem 10% de todos os recursos hidráulicos do  
590 mundo, e só a título de curiosidade, por exemplo, o Congo, o Congo explorou bem  
591 pouquinho e tem um potencial enorme. O Congo tem 5% de todo o potencial  
592 hidráulico do mundo. Tem usina lá Ed 40 mil mega watts, um potencial Fantástico. O  
593 Peru tem 2% do potencial do mundo. Os Estados Unidos tem 4% e explorou 60% e  
594 depois parou por questões de complexidade, por questões de custos. Vou falar de  
595 estudo de inventário e estudo de viabilidade. Primeiro vou destacar que há muitos  
596 anos não se realizava estudos de inventário e de viabilidade, então durante muitos  
597 anos o planejamento brasileiro por um série de razões, que não cabe aqui apontar,  
598 não realizou. E o que ocorreu? Ocorreu que quando começamos a realizar os leilões  
599 não tínhamos uma carteira de projetos atrativos e com estudos concluídos para se  
600 colocar em leilão e aqueles que estavam disponíveis tivemos algumas dificuldades  
601 para viabilizar. Estavam sendo previsto realizar estudos de inventario de bacias com  
602 potencial estimado em torno de 32 mil mega watts e foram concluídos 22.345 mega  
603 watts de bacias inventariadas e nesse momento está em andamento o montante  
604 próximo a 10.000 em termos de estudos de viabilidade foram concluídos 3.000 e  
605 estamos em andamento e alguns em fase avançada, outros em alguma fase inicial,  
606 em torno de 9 mil totalizando 12.000 em 99 mega watts de usinas que vão estar  
607 disponíveis nos próximos leilões para serem licitadas se tudo ocorrer. Isso aqui  
608 mostra todos os leilões de energia que foram realizados dentro do novo modelo. O  
609 que verificamos aqui? A geração hidráulica, considerando Belo Monte, madeira,  
610 Giral, todas as outras ela representa 48%, mas mesmo assim usinas térmicas com  
611 óleo combustível atingiram o montante de praticamente 25%. O gás natural é

bastante significativo, o carvão mineral 8,4%. E porque isto ocorreu no País como o nosso e privilegiado como, disse inicialmente? Destacaria duas razões principais. A primeira dela, uma que já citei há pouco agora, que durante muitos anos o planejamento do País ficou paralisado, então ele foi resgatado, diria na minha concepção com estudos de longo prazo. A PNE 2030 que começou em 2005 e foi concluído em 2007 e a realização dos estudos decenais que já foram vários estudos e nem isso estava sendo feito nos últimos anos. O primeiro foi feito dentro do novo modelo de 2006 e 2015, esse é um fator. O segundo fator é que a nossa legislação ambiental é bastante rigorosa comparada com o restante do mundo, mas é baseada em lei aprovada nos fóruns e essa é a nossa lei, por exemplo, o leilão a menos cinco do ano de 2008, tínhamos uma única usina hidráulica baixa Iguaçu com 350 megawatts. Essa usina venceu no leilão e sua licença está caçada, e tinha nesse leilão, geração térmica com licença em torno de 22 mil megawatts. Foi uma entrada maciça de geração térmica. Aqui são os próximos leilões de 2010. Já tivemos o leilão de biomassa nos sistemas isolados, tivemos o leilão da usina de Belo Monte, tivemos o leilão de o A-5 de fontes hídricas e teremos, hoje e amanhã vamos ter dois leilões. Um leilão de reserva hoje para fontes entrando em 2011 e 2012. Amanhã fonte reserva entrando em 2013 e um leilão A-3 para PCH, biomassa e eólica, e mais no final do ano, lá em dezembro provavelmente teremos um A-5 pegando todas as fontes, não só hídricas como as térmicas também. E princípio até agora nesse ano não licitamos nenhum megawatt de geração térmica com exceção de biomassa e mais leilões de expansão de transmissão. Queria chamar só a atenção a uma questão. O papel da transmissão no Brasil. A transmissão ela tem um papel de atender o mercado, mas no nosso País ela tem um papel talvez muito mais importante, que seja de viabilizar a transferência das diversidades hidrológicas regionais, então quando entramos com uma linha de transmissão interligando regiões com diversidades extintas isso equivale entrar com uma usina. Vamos tentar agilizar, porque só tem 5 minutos. Esses aqui são os investimentos previstos no plano decenal ao longo do período 2010 a 2019 e estão previstos investimentos de 195,1 bilhões de reais, sendo que só na parte de energia 214, desses 214, 175 de geração e 39 de transmissão. O petróleo e o gás levam a parcela maior, quase 71%. Então isso aqui só para mostrar, no horizonte decenal temos em 2009, tínhamos, uma capacidade instalada da ordem de 81 mil megawatts e a expectativa é chegar em 2019 com 116, a nuclear vamos entrar com Angra 3, nesse horizonte, gás natural no segundo 1:02:42 do plano decenal, gás natural, carvão, óleo e gás industrial é zero, só entra PCH, biomassa e eólica tem o papel fundamental. Vamos chegar com uma capacidade instalada em 2019 da ordem de 167 mil megawatts. Em 2030 estimávamos uma capacidade instalada próxima a 230 mil megawatts. Isso aqui, fontes de expansão alternativas já realizadas, já licitadas e a licitar do horizonte do plano decenal, então, eólica, expansão de 5,3 megawatts, 36% biomassa, 37% e PCH 27%. Total 14.655 megawatts entrando no horizonte decenal. Temos o potencial para chegar a valores bastante superiores e vai depender dos resultados das licitações. Aqui que falei dos sistemas isolados, então o Governo definiu a política de integrar todos os estados aos sistemas interligados nacional, então, hoje já tem, já foi licitada a interligação para Manaus, já foi licitada a ligação para Rondônia, Acre e estamos agora desenvolvendo estudos para a linha de transmissão Roraima/ Manaus. E o que representa isso aqui? Representa que quando essas linhas estiverem em operação quase 100%, praticamente 100%, o mercado isolado que vai permanecer que envolve áreas muito grandes em termos territoriais, em termos percentuais da energia consumida no País é praticamente menor que 0,1% que vai permanecer. Bom, gostaria de destacar que após 2030 fizemos o estudo plano nacional em 2030 e estamos realizando estudo de um

664horizonte maior. O que vislumbramos depois de 2030, talvez um pouco antes? O  
665esgotamento do potencial hidráulico nacional. E como vai ser a nossa expansão?  
666Temos várias. Temos programa de eficiência energética que vai necessitar de uma  
667ênfase muito grande. Temos a questão das fontes alternativas, mas temos  
668aceleração do programa térmico e aqui entra a energia nuclear. As considerações  
669 finais. Bom, então aqui é só destacar para finalizar a questão do atendimento do  
670mercado, onde ele é fundamental para o desenvolvimento econômico e sustentável  
671do País. A questão das interligações, interligação energética com todos os países,  
672não só em termos de energia elétrica, mas em todos os energéticos, principalmente  
673o gás natural. A ampliação dos programas de conservação de energia. O que  
674vislumbramos de estudos de longo prazo? 10% da energia elétrica vamos dizer  
675assim, prevista para o futuro seria economizadas com eficiências enérgicas e da  
676energia sobrar à forma global, 9% seria economizada em termos de energia elétrica,  
677onde isso representa 106 ter watts hora, é mais ou menos duas usinas de Itaipu. É  
678algo bastante significativo. A ampliação do sistema de conservação de energia. Qual  
679é a sinalização? Que o custo de expansão, custo marginal de expansão do sistema  
680é crescente, por quê? Porque ele é feito com uma lógica econômica. Primeiro as  
681mais baratas e as mais caras vão entrar depois. Ele é crescente e o valor que vai  
682atingir vai depender da opção que a sociedade decidir. Então era isso que tinha a  
683apresentar e agradeço a oportunidade.

684

685

686**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Agradeço ao  
687Dr. Paulo, a exposição dessa visão geral do setor elétrico, os desafios que o Brasil  
688tem e inclusive com a sinalização do esgotamento do potencial hídrico, tendo  
689sinalizado o período de 2030 podendo inclusive ser antes em função de outras  
690condicionantes, mas no debate talvez o senhor possa explicar o conceito de usina  
691plataforma, o que o setor elétrico projeta no que se diz respeito o aproveitamento  
692hídrico do País. Mesmo para chegar em 2030 com esse 160 giga watts estão  
693estimados de aproveitamento, todo o processo de discussão de novas usinas  
694hidrelétricas segue uma nova lógica no que diz respeito à fronteira com a Amazônia,  
695e talvez deva ser de interesse dos Conselheiros que o senhor mais tarde fale sobre  
696isso, como também é bastante impressionante o número associado à co-geração,  
697em particular, a biomassa e aí o desafio que o Brasil tem entre as atuais usinas e a  
698capacidade de co gerar energia e as novas usinas estariam entrando e o patamar de  
699eficiências do que é para o consumo próprio, do que entra na rede. O próprio  
700programa de retrofit das velhas usinas é que será um investimento no Brasil. Chama  
701muito a atenção a biomassa e a participação comparativamente do que seria esse  
702mercado de geração de energia elétrica no Brasil e isso visa o atendimento no  
703mercado, chamado geração de oferta e demanda. O que é isso cômico é que... E as  
704implicações no próprio modelo que o Brasil tem hoje, essa rotina de leilões, essa  
705questão do preço e como isso afeta a distribuição, o que é essa energia do mercado  
706livre, quer dizer, têm algumas questões que ainda são questões que considero que é  
707objeto de aprimoramento de uma visão estratégica que o plano de longo prazo nos  
708oferece e mostra com toda certeza que não dá para desenvolver sem energia, mas  
709também não dá para produzir energia sem sustentabilidade e os custos, que talvez,  
710tenhamos que aprimorar o debate é que os custos não são só de natureza  
711econômica, mas temos que começar a debater na competitividade dessas fontes  
712chamadas custos ambientais, que custo marginal também tem um pouco dessa  
713adicionalidade do custo marginal e mesmo a taxa de amortização, chamada taxa de  
714retorno do bizas você começar a trabalhar o custo e a apropriação da  
715biodiversidade, o custo do serviço do ecossistema, que na realidade vão estar cada

716vez mais presentes no debate a chamada expansão da fronteira hídrica, no Brasil,  
717em particular quando se fala na Amazônia ou em áreas que tem alta sensibilidade  
718ambiental, que é o caso da hidrelétrica do baixo Iguaçu, quer dizer, a hidrelétrica do  
719baixo Iguaçu não se viabilizou, está judicializada, porque é uma hidrelétrica que está  
720há 800 metros do limite do parque nacional do Iguaçu e que os estudos não tinham  
721sido feitos considerando os impactos do parque, e foi assumido pelo próprio  
722empreendedor no aperfeiçoamento do processo de licenciamento conduzido pelo  
723Estado do Paraná. É importante que o debate aconteça considerando as questões  
724climáticas e aí acho que o senhor fez uma apresentação mostrando os cenários dos  
725desafios do mundo, mas os países desenvolvidos continuam emitindo e a China  
726continua emitindo com o seu carvão e a discussão climática sobre espaço, carbono  
727e equidade está refém de um processo político bastante complexo. Os Estados  
728Unidos tampouco deixaram, não conseguiram avançar com a sua política energética  
729e continuam, embora lá tenha uma expressão importante em torno da questão de  
730um lado do gás e do outro nuclear, mas tem o debate importante com os Estados  
731Unidos, mas o Brasil tem uma posição não só o Brasil mais confortável, mas talvez  
732mais estratégica de ser discutida no que diz respeito à integração regional e a  
733América Latina, a América do Sul ganha uma expressão na questão hídrica que é  
734bem sinalizada, além de outras fontes. Agora acho que a co geração, os números de  
735biomassa, os números da eficiência energética e a convergência disso com o plano  
736nacional de mudanças climáticas, a mudança nacional de clima, com a política  
737estratégica da conservação da biodiversidade, onde estão os saltos qualitativos da  
738sociedade brasileira em torno de compatibilizar desenvolvimento de geração de  
739energia, demanda por infra-estrutura e conservação ambiental, porque também tem  
740um debate importante desde os movimentos atingidos de barragens até as outras  
741populações tradicionais que estão no alvo são objeto quando tem a intervenção  
742estruturante de desenvolvimento de energia, e talvez o melhor exemplo disso seja  
743realmente entender como é que fazemos essa energia chegar para todo mundo, em  
744particular as populações isoladas e o desafio que tem desde a luz para todos até  
745você também acabar com essa conta do sistema isolado na Amazônia, que é  
746altíssimo. O que pagamos de óleo diesel nesse país, o custo do setor elétrico  
747brasileiro é monumental, porque ainda semanal Porto Velho ainda dependem da  
748chamada energia com base nas térmicas a óleo combustível, aonde vimos o perfil  
749da tarifa que é altíssimo e que procuramos por em dia o planejamento energético  
750interligar todos a um sistema nacional e com isso eminar esse custo que poderia ser  
751poderia ser revestido numa conta de compensação ambiental para as perdas  
752associadas, mas enfim são debates importantes que também os senhores têm sido  
753objeto da agência nacional de água e do planejamento de recursos hídricos nesse  
754País, então toda essa discussão de longo prazo, a visão de integração de usos  
755múltiplos, o grupo de trabalho de hidrovias, quer dizer, isso tudo vem no conjunto na  
756convergência do que essa visão mais estratégica de geração de hidro energia no  
757Brasil e essas novas fronteiras e os desafios de logística. O setor elétrico não é  
758responsável pelos custos, isso é importante. O setor elétrico gera energia elétrica, e  
759não tem que ser responsável pelo custo incluso, pelo custo de hidrovias, então para  
760você ter esse diálogo precisa aprimorar o planejamento de transportes, que é o  
761esforço que hoje também o Governo avança em apresentar uma visão que traga  
762essa integração da logística brasileira com a chamada geração de energia elétrica  
763no Brasil, hidro energia. Fiz esse “rolambório” todo para chamar o Marcelo  
764Pop, porque quis falar de co geração, quis falar dessa questão de deficiência  
765energética, o Marcelo, como disse, é assessor de CGEE, mas ele é engenheiro  
766elétrico, na verdade deve ser engenheiro eletricista, mas ele é engenheiro elétrico  
767pela UFRJ, é mestre em economia da inovação, economia de sistemas energéticos,

768pela universidade de Paris, tem pós-graduação em sócio economia no  
769desenvolvimento na escola de autos estudos em ciências sociais em Paris e em  
770sistema de conversão de energia renováveis na faculdades de ciências da  
771universidade de Perpierre, desde 2004 é assessor do Centro de Gestão de Estudos  
772Estratégicos – CGEE, onde ele coordena e lidera as áreas de energia e mudança  
773climática. Bom, foi diretor, foi secretário de desenvolvimento energético do Ministério  
774de Minas e Energia, no governo passado no período de 2001 e 2003, enfrentou a  
775crise de energia elétrica, foi uma das pessoas que fez parte do STAFF que  
776coordenou, fez a gestão da crise da energia elétrica no Brasil, foi gerente executivo  
777da ANEEL, é pesquisador CIRED – Centro Internacional de Pesquisa do  
778Desenvolvimento e Meio Ambiente ligado a escola de auto-estudos da universidade  
779da Surbônia, em Paris, portanto, seguidor e amigo do Professor Inacizac, além  
780disso, trabalhou na Natural engenharia, é casado com uma venezuelana, que já é  
781um sinal de integração energética regional. Senhores, Marcelo Pop você tem quinze  
782minutos para nos provocar, provocar os palestrante e colocar dessa perspectiva  
783climática, ambiental, social essa visão da questão do desafio da política energética  
784do meio ambiente no Brasil. Obrigada.

785

786

787**O SR. MARCELO POP (CGEE)** – Obrigado Isabela por essa oportunidade e o  
788convite do CONAMA para estar aqui com vocês. É um prazer compartilhar desse  
789auditório e desse debate de idéias sobre um tema tão relevante quanto o tema da  
790energia elétrica no nosso país e no mundo bom. Estou atualmente colaborando com  
791o centro de gestão e estudos estratégicos, que é uma entidade de direito privado  
792numa associação reconhecida como organização social e o tema principal que  
793abordamos são os aspectos de ciência, tecnologia e inovação relacionados com  
794desenvolvimento da sociedade e temos um viés forte sobre inovação, ou seja,  
795interface entre a produção do conhecimento e adoção pelo setor produtivo desses  
796conhecimentos produzidos. No tema de energia elétrica vou abordar com esse viés  
797de inovação, de necessidade, de antecipar, quer dizer, das instâncias públicas  
798anteciparem de uma maneira correta as tendências e as oportunidades que surgem  
799em termos tecnológicos e termos gerenciais, etc para que a sociedade possa  
800usufruir desses benefícios de uma maneira plena, então o Brasil teve uma história  
801de desenvolvimento do setor de energia, em particular no setor de energia elétrica,  
802que é uma história comparando-se com outras regiões do mundo, virtuosa no  
803sentido que o Brasil soube ao longo de sua história valorizar seus recursos naturais,  
804renováveis e não renováveis desenvolvendo o conhecimento necessário para que  
805esses recursos naturais pudessem beneficiar a sociedade, então, é uma situação  
806notável a destacar no Brasil, porque durante esses últimos 30,40 anos da  
807Ibermontes, chamando a atenção por um período histórico mais recente, o Brasil  
808multiplicou por 10 a produção de petróleo do país e reduziu a metade a importação,  
809e isso, com base em conhecimentos desenvolvidos aqui no Brasil, porque o lugar  
810onde fomos buscar o petróleo era um lugar em que não havia ainda tecnologia  
811disponível para que essa produção fosse viabilizada. Ao mesmo tempo em relação  
812aos recursos hídricos, como foi já aqui apresentado, e aos recursos de biomassa,  
813por exemplo, como é o caso da cana de açúcar, também inovamos e  
814desenvolvemos todo um ferramental, tanto institucional quanto em termos de gestão  
815de um projeto técnico, quanto nos aspectos tecnológicos também com ganhos de  
816produtividade espetaculares. Hoje em dia produzimos na ordem de 8 mil litros de  
817etanol, por exemplo, por hectare, enquanto que no início do pró álcool fazíamos isso,  
818produzíamos da ordem de 2000 litros de etanol por hectare. Esse progresso  
819tecnológico tanto no lado agrícola quanto no lado de transformação da matéria-prima

820em um produto final houve ganhos de produtividade espetaculares. Agora mais  
821recentemente estamos assistindo isso também em relação à bioeletricidade,  
822passando também por essa fase. Queria começar a insistir bastante sobre o aspecto  
823eficiência energética. Acho que a eficiência energética é o aumento, assim de uma  
824maneira até hoje, pouco explorada da eficientização de toda a cadeia produtiva,  
825desde a geração, transporte e distribuição e o uso final da energia é essencial como  
826forma de preservar os recursos naturais e como forma de aumentar a  
827competitividade da sociedade através de um uso eficiente de um insumo raro, que é  
828a energia, que precisa de recursos naturais, de produtos, mas também precisa de  
829capital para ser explorado, então a redução do desperdício em todos os níveis é  
830essencial com eficientização de todo o sistema de oferta de energia com o  
831aproveitamento de resíduos transformar passivos ambientais em insumos produtivos  
832para a sociedade, particularmente com insumos energéticos que é uma destinação  
833bastante atrativa para resíduos tanto líquidos, quanto gasosos ou sólidos aproveitar  
834calor de processo, aproveitar gases de processos industriais e efluentes líquidos e  
835resíduos sólidos para prover as necessidades energéticas da maneira otimizada,  
836onde necessita uma abertura do sistema elétrico para receber esses insumos de  
837uma maneira plena, para que o empreendedor possa regular as suas decisões de  
838investimento e os seus processos produtivos com a garantia de que ele vai poder  
839escoar o produto no sistema elétrico nacional, então, hoje em dia existe progressos  
840muito significativos no que diz respeito as chamadas redes inteligentes, que são  
841redes capazes de dialogar em permanência com os supridores de energia e os  
842consumidores que podem também eventualmente se transformar em supridores de  
843energia para essa rede, porque o progresso tecnológico permitiu que houvesse uma  
844redução de custos muito significativa para empreendimento de pequena escala  
845tornando-os competitivos em relação a economia de escala tradicional, que permitiu  
846vamos dizer assim, que a história do setor de energia é uma história de ganhos em  
847termos de economia de escala, e hoje em dia pelo progresso tecnológico temos  
848condições de produzir essa energia de maneira em escalas muito menores através  
849de geração distribuída, que precisa ter um ambiente propício regulamentar e  
850institucional para que ela possa se desenvolver plenamente no Brasil como tem  
851acontecido em outras regiões, então a co geração utilizando esses resíduos e a  
852produção combinada de energia térmica e energia elétrica, então utilizando tanto  
853resíduos quanto insumos enérgicos como, por exemplo, o gás natural permite  
854rendimentos de conversão de energia primária em energia útil é muito mais elevados  
855do que simplesmente se queimar num determinado produto e gerar energia elétrica  
856e se perder todo o calor e energia térmica que poderia estar sendo aproveitada nos  
857sistemas nas diversas necessidades energéticas. O tema de hidroeletricidade foi um  
858tema que foi bastante tratado e que é muito expressivo para atender as nossas  
859necessidades em energia e acho que vale se fazer um exame histórico da evolução  
860da hidroeletricidade e do aproveitamento dos recursos hídricos na história da  
861humanidade. Costumo dizer que com a energia elétrica começou no final do século  
862XIX a ser utilizada pela humanidade. Antes não existia energia elétrica e as  
863barragens na história da humanidade vêm da antigüidade, ou seja, a necessidade ou  
864o interesse da sociedade pela construção de barragens ela antecede de milênios a  
865existência e o uso dessa fonte ou dessa desse recurso que é o recurso hídrico para  
866produção de energia. É verdade que durante uma fase da história da humanidade,  
867que foi o início do século 20 até meados do século 20 houve um captura do recurso  
868hídrico pelo setor de energia, e hoje em dia estamos voltando a um equilíbrio, onde  
869o uso múltiplo dos recursos hídricos passa a ser mais relevante e o equilíbrio entre  
870as diversas possibilidades de utilização desse recurso minimizando o impacto. Agora  
871nos casos do setor elétrico brasileiro construímos nossa base de hidroeletricidade

872com uma ótica de reservatórios plurianuais e ao longo do tempo vem se mostrando  
873cada vez menos verdadeiro, então hoje em dia, os novos recursos hídricos não têm  
874essa conotação de reservatório plurianual e os antigos passam a deixar de ter uma  
875vez que a sociedade passa a dar outros usos aquele recurso hídrico e lembrando  
876na crise de 2001, que a Isabela fez menção, foi esvaziado o lago de Furnas com  
877impactos socioeconômicos na região de tal maneira abrangente, que faz esperar  
878que no futuro nunca mais ele vá ser esvaziado. Isso é uma gestão que muda do  
879recurso hídrico e que faz com que a sociedade tenha necessidade de encontrar  
880outras soluções e complementariedade para esse recurso hídrico e destaco a  
881solução brasileira que tem agora crescido de uma maneira muito expressiva que é a  
882utilização da biomassa em particular da biomassa da cana de açúcar para  
883complementar essa geração hídrica brasileira, porque essa biomassa por enquanto,  
884é sazonal, existe uma época do ano que ela é mais disponível e esse  
885aproveitamento tem crescido de uma maneira substancial, lembrando que desde  
8862003 e 2004 a participação dos produtos da cana na energia primária consumida no  
887Brasil tem crescido 1% ao ano e pelos números que foram aqui apresentados deve  
888continuar para chegar a 20 a 22% da nossa energia primária sendo fornecida a partir  
889dessa fonte, que é uma biomassa plantada que tem tido ganhos de produtividade  
890expressivos e tem tido também impactos sócio econômicos favoráveis bastante  
891expressivos com melhora de desempenho em todos os níveis social, ambiental e  
892econômico. Bom, como o meu tempo está se esgotando vou passar rapidamente  
893pelas duas fontes que em seguida da biomassa tem crescido de uma maneira  
894substancial na nossa matriz, mas de uma maneira muito mais substancial a nível  
895mundial, que é a energia eólica, que nos últimos 10 anos se não me engano  
896multiplicou 10 a nível mundial a quantidade de mega watts instalados por ano  
897multiplicou por 10 nos últimos 10 anos e do ano passado para esse ano cresceu em  
89830% a nível mundial. Vamos dizer que o Brasil está iniciando agora recentemente  
899um percurso que já vem sendo uma trilha que vem sendo desenvolvida em outras  
900regiões de uma maneira bastante expressiva e o outro ponto que vale destaque é a  
901energia solar. Tanto a energia solar térmica para uso térmico que substituem energia  
902elétrica, como é o caso do aquecimento de água, mas também particularmente a  
903energia solar fotovoltaica, que tem o interesse estratégico para o Brasil muito  
904grande, tanto do ponto de vista de fornecer, complementar o nosso “leque” de  
905opções para atender a nossa população lembrando que para o atendimento da  
906população rural dispersa atualmente a solução mais atrativa, mais barata para  
907fornecer esse atendimento é o solar fotovoltaica, e aqui no Brasil infelizmente não  
908dispomos de um parque de fabricação de produtos, sistemas e equipamentos  
909capazes de atender a demanda expressiva, mas não é a única. Temos outros início  
910de mercados muito atrativos e essa fonte precisa com urgência, porque já estamos  
911de certa forma até atrasados, porque o crescimento exponencial do mercado de  
912equipamento para valorizar a fonte solar direta ele explodiu a partir de 2004 e até  
913hoje não estamos participando desse círculo virtuoso, desse aprendizado que outras  
914regiões têm aproveitado. Já esgotei meu tempo e continuo disponível para a gente  
915desenvolver temas dessa natureza mais adiante. Muito obrigado.

916

917

918**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Vou passar ao  
919próximo debatedor, Raul Silva Telles do Vale, advogado, mestre em Direito  
920Econômico pela USP. Ele é o coordenador adjunto do programa de políticas de  
921direito do instituto sócio ambiental ISA e vai fazer o uso da palavra nos próximo 15  
922minutos. Obrigada Raul pela sua presença.

923

924

**925O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALE (ISA)** – Muito obrigado Ministra e aos  
926demais componentes da Mesa. Agradeço a oportunidade de vir discutir esse tema  
927no CONAMA. De fato é importante o CONAMA voltar a discutir temas estratégicos,  
928ontem mesmo estava conversando... Ambientalistas que o CONAMA tem que voltar  
929a pensar o Brasil em longo prazo e não só ficar discutindo Resoluções que são  
930importantes, mas que fora do contexto muitas vezes você não consegue aprender a  
931importância de uma coisa ou de outra. A questão da matriz energética brasileira e da  
932matriz elétrica é um tema que recorrentemente vem causando incompreensões,  
933problemas, disputas e acho que o CONAMA é o espaço mais apropriado para fazer  
934esse diálogo e dele decorrer caminhos para soluções. Ouvi com muita atenção as  
935palestras que me sucederam, sempre escuto, acompanho um pouco a questão da  
936política energética, leio sobre isso, já participei de outros eventos, onde foi  
937apresentado o planejamento de longo prazo no Brasil, onde de fato é um país que  
938se perdeu durante uma época, mas que está voltando a ter planejamento, isso é  
939algo fundamental a sociedade tem que saber e prezar isso, e fez com que  
940estivéssemos numa relação razoavelmente confortável no cenário internacional do  
941ponto de vista da nossa matriz não só da renovação, mas de uma matriz limpa em  
942geral, mas o que me incomoda muitas vezes nas apresentações do Ministério de  
943Minas e Energia em geral, mas em quase todos os fóruns aonde vou é que elas  
944tendem a chegar à seguinte conclusão, está tudo bem, o Brasil tem a matriz limpa e  
945renovável e vamos continuar assim e está tudo certo, tudo resolvido. Somos um  
946exemplo para o mundo e pronto. Não vejo nunca uma discussão e hoje foi um caso,  
947talvez tenha tido pouco tempo, mas acho que temos que entrar na discussão não só  
948de como produzimos energia, mas como gastamos a nossa energia, nunca vejo  
949essa discussão colocada, ou seja, a preocupação de onde estamos utilizando a  
950nossa energia não é uma preocupação tão importante para os planejadores do que  
951a discussão de como vamos produzir energia nova. Sou advogado, não sou  
952economista, mas me interesse pelo tema e tenho visto a discussão nos meios  
953econômicos da indústria de como o Brasil está se inserindo e qual o papel do Brasil  
954nos últimos anos no mercado mundial de exportação e há uma preocupação de  
955muitos economistas relativa a uma desindustrialização relativa do país. Se pegarmos  
956dados da última década ou pouco mais o produto exportado industrial brasileiro  
957permanece razoavelmente igual, porém uma diferenciação interna o Brasil está se  
958especializando em produzir cada vez mais produtos intensivos no uso de recursos  
959naturais, no uso de energia e menos elaborados. Isso faz com que o Brasil cada vez  
960mais abrigue plantas exportadoras, por exemplo, de óleo de soja, de farelo de soja  
961que são intensivos de água, intensivos no uso de solo e temos cada vez mais  
962plantas de alumínio, plantas de ferro guza, mineração são cada vez mais importante  
963na pauta de exportação brasileira, e tudo isso faz que estejamos utilizando  
964tendencialmente mais e cada vez mais energia pela mesma unidade do PIB, ou seja,  
965estamos sendo mais intensivos no uso de energia para produzir riqueza e esses são  
966dados oficiais que estão aí. Será que estão utilizando bem a nossa energia? O que  
967estamos fazendo com a energia que já produzimos com a energia que vamos  
968produzir? Será que vale a pena? Será que estamos gerando maior benefício sócio  
969econômico ambiental possível dentro das possibilidades que nós temos? Avaliando  
970todas as fontes de energia disponíveis no País? Nós se pegarmos o plano nacional  
971de energia 2030 que é um dos planos de longo prazo que nós utilizamos no setor  
972elétrico está lá que nós vamos continuar utilizando a fonte elétrica do ponto de vista,  
973agora essencialmente elétrico à fonte elétrica continuar sendo majoritária na nossa  
974matriz elétrica. E de onde virá essa energia? Cerca de 70% da energia hidrelétrica a  
975ser produzida no Brasil entre 2005 e 2030, que é o horizonte nacional de energia,

55

56

19

976virá da Amazônia. Isso é natural, digamos assim, porque não há mais de onde tirar  
977grandes quantidades de energia hidrelétrica do País na medida em que a bacia do  
978Paraná, por exemplo, praticamente esgotou o seu potencial hidrelétrico, a bacia do  
979São Francisco também esgotou os grandes aproveitamentos hidrelétricos, a bacia  
980do Tocantins está sendo finalizado o aproveitamento dos grandes potenciais que  
981tem lá. Em todas essas bacias estamos discutindo e tendo vários problemas com as  
982pequenas centrais, porque saímos os grandes potenciais e estamos aproveitando os  
983pequenos potenciais. Esses pequenos potenciais estão nas cabeceiras e as  
984cabeceiras muitas vezes são as áreas remanescentes de biomas importantes, no  
985caso ad Mata Atlântica e mesmo o caso do cerrado, onde são mais ocupadas e no  
986planejamento oficial vamos expandir a nossa geração hidroelétrica para a Amazônia  
987e é uma geração significativa, segundo o plano nacional é em torno de 82 mil mega  
988watts que é mais da metade do que produzimos hoje de energia elétrica no país e  
989essa expansão para a Amazônia já está gerando os problemas significativos, há que  
990se reconhecer o setor elétrico incorporou muitas das críticas feitas, historicamente a  
991produção hidrelétrica, então hoje as usinas para a Amazônia estão quase todas  
992sendo pensados o fio d'água ou que está dispensando a criação de reservatórios  
993grandes como aconteceu no passado. Aprendemos alguma coisa com nossos erros,  
994Balbina, Samuel e por aí vai, agora vem esse conceito de usina plataforma, que  
995talvez seja mais bem explicado aqui, mas que digamos é toda uma logística para  
996diminuir o desmatamento, para abrir menos estradas, ter menos infra-estrutura para  
997construção inspirada nas plataformas OFXOR de petróleo, onde se leva de barco ou  
998avião das pessoas e voltam, mas isso não é suficiente para resolver os problemas  
999que possivelmente acontecerão e as usinas hidrelétricas do Madeira e agora as  
1000usinas de Belo Monte e as outras do Xingu, que seguramente virão se Belo Monte  
1001for construída trarão. Temos que lembrar que o Brasil embora não tenha explorado a  
1002mesma quantidade de potencial hidrelétrico que a França é um país bastante  
1003diferente da França e temos rios tropicais, os rios brasileiros são riquíssimos em bio  
1004e sócio diversidade. Só o rio Xingu, onde agora está discutindo o Belo Monte tem  
1005mais diversidade de vida aquática do que toda a Europa, só o i Xingu, é uma  
1006quantidade absurda de espécies endêmicas na região de Belo Monte vai ser  
1007instalada, por exemplo, em outras regiões onde as próximas hidrelétricas seriam  
1008instaladas, isso é uma riqueza que temos, é uma virtude que temos é em função  
1009dessa riqueza de nossos rios que o Brasil diferentemente da França e dos Estados  
1010Unidos têm populações grandes vivendo desses rios e na Amazônia isso é  
1011particularmente importante, pois a população amazônica vive dos rios, se transporta  
1012dos rios, vive dos peixes, da roça que é importantemente adubada pelos rios, ou  
1013seja, o sistema de pulsos, o sistema natural dos rios amazônicos é importantíssimo  
1014para a própria Amazônia tal como ela é, e a instalação de grandes elétricas em  
1015todos os principais rios da Amazônia vai alterar isso de forma significativa, por isso,  
1016estamos debatendo com Madeira e elo Monte e possivelmente nos debateremos  
1017com as usinas do Tapajós e vamos nos debater com as usinas do Rio Branco e do  
1018Trombetas e outras tantas que virão. Isso vai trazer uma série de prejuízo que hoje  
1019são incalculáveis, Os que são do Madeira, por exemplo, para ter uma idéia do que  
1020estamos falando há risco real de ter impactos na foz do Amazonas em função da  
1021construção da madeira. Essa é uma discussão que estava posta quando a  
1022licenciamento ambiental do Madeira e o mesmo não vai resolver essa questão. O  
1023licenciamento ambiental não resolverá essa questão. É uma questão seriíssima, são  
1024efeitos sistêmicos ainda desconhecidos e que estamos pagando para ver e vamos  
1025dar um tiro no escuro. A questão central é o seguinte, deveríamos incorporar nos  
1026nossos debates públicos, como esse, a discussão de como gastamos a nossa  
1027energia com o mesmo nível de importância daquele de como vamos gerar a energia,

1028então, proporia aqui, por exemplo, um planejamento de traz para frente. Vamos  
1029fazer o seguinte. Até 2030 não vamos ter mais nenhuma usina a carvão. É um  
1030absurdo Brasil ter usina carvão. Só não vamos aumentar como podemos fechar a  
1031usina a carvão que temos, isso é uma meta. Até2030 seguirá expandindo  
1032hidrelétricas, porém, temos que fazer um planejamento para saber quais são os rios  
1033da Amazônia e de outras bacias que ainda remanescem que não devem ter  
1034hidrelétricas? Vamos fazer essa avaliação. Quais são os rios que em função dos  
1035usos múltiplos, da diversidade, da riqueza, da importância que eles têm para a  
1036população local e nacional que não devem ter hidroelétrica, cuja construção de  
1037hidroelétricas trará mais prejuízos do que benefícios, então daquele potencial de  
1038expansão que temos vamos tirar uma quantidade indefinitiva. São rios que vamos  
1039preservar para sempre sem uso de hidroelétricas. Em 2030 não vamos seguir  
1040expandindo exponencialmente a nossa energia nuclear, vamos estabilizar do jeito  
1041que tem. Tendo isso como meta, como vamos fazer para conseguir gerar a energia  
1042para as finalidades e dentro das possibilidades que nós até 2030. É essa a questão  
1043que temos que colocar e vamos ter soluções mais criativas do que ficar no debate  
1044atual, que é o debate público pelo menos, pois sei que os pensadores do setor  
1045elétrico têm muito mais possibilidade do que isso, ou seja, queremos hidrelétrica ou  
1046carvão? Queremos hidrelétrica ou vamos queimar óleo combustível? Vamos fazer  
1047hidrelétrica ou nuclear? São sempre alternativas infernais em cada caso, que é  
1048insolucionável se não tivermos a conta completa, então a questão tem que ser  
1049colocada. Queremos usina a carvão ou será que vamos ter um processo mais  
1050inteligente de geração especializada no país como foi colocado. Será que  
1051precisamos ter mais nuclear ou será que podemos não abrigar tantas novas plantas  
1052de alumínio ou de siderúrgicas para exportação do país? Será que vamos discutir o  
1053nosso modelo industrial para saber como gastamos energia em vez de ficar  
1054discutindo único e exclusivamente como gerar mais energia? Como foi colocado  
1055aqui até 2030 temos um cenário de esgotar os principais potenciais hidroelétricos,  
1056mas vamos fazer isso utilizando todos os tachos, vamos utilizar todos os grandes  
1057rios para essa finalidade sabendo da importância que temos para usos múltiplos.Se  
1058não tivermos uma avaliação, um planejamento que pegue essas duas pontas nunca  
1059chegaremos a uma solução satisfatória, ou seja, sempre os conflitos que vemos hoje  
1060na ponta, no licenciamento continuarão ocorrendo, porque não teremos feito um  
1061acordo social anterior a isso que uma boa avaliação estratégica bem feita, inclusiva,  
1062feita com tempo e disponibilidade poderia nos ajudar a solucionar, de qual é o custo  
1063que queremos ter para gerar a energia e qual as formas que vamos ter para usar  
1064melhor a energia que temos, que inclui a eficiência energética, mas que não se  
1065esgota somente nisso. Esgota na questão de onde estamos mandando a nossa  
1066energia. Muito obrigado.

1067

1068

1069**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada Raul  
1070pelos seus comentários. Chamo a atenção aqui que o Raul sinaliza não só a  
1071discussão sobre a geração, mas sobre o uso e a visão estratégica do país e de  
1072como consumir a sua energia e chama atenção para quem são da elaboração  
1073estratégica, que tem um desejo muito grande, mas que precisa discutir melhor isso  
1074no Brasil, aliás, o Ministério está concluindo as diretrizes ambientais de elaboração  
1075estratégica, vamos deixar isso como ministra, mas do que qualquer um nessa sala.  
1076Vamos deixar trabalhando com os especialistas, porque não... Avaliação estratégica,  
1077não será um mercado paralelo de EIA, vou deixar isso muito claro para todos os  
1078conselheiros do CONAMA. Chega de firma de consultoria sugerir avaliação  
1079estratégica com complementação de impacto ambiental, isso é vergonhoso. Faça

1080 estudo de impacto ambiental decente no país e vai ter as respostas para o  
1081 licenciamento. Avaliação estratégica não é para licenciar e vamos acabar com essa  
1082 falácia que está acontecendo no Brasil hoje, órgão ambiental licenciador pedir  
1083 estudo de avaliação estratégica para tomar decisão sobre licença. Isso é um  
1084 equívoco. É esvaziar um instrumento e criar mercado para alguns pequenos  
1085 interesses em torno de grandes empresas de consultoria nesse país. A discussão é  
1086 de outra natureza e para ter a discussão com a avaliação estratégica precisa ter isso  
1087 que estamos discutindo aqui, planejamento. Precisa ter visão de futuro, de mercado,  
1088 de agenda de desenvolvimento, de pacto social e aí você tem condições de fazer o  
1089 uso do planejamento ambiental junto com o planejamento e desenvolvimento.  
1090 Vamos acabar com essa história que particularmente não agüento mais gente  
1091 chegar para mim e dizer, vamos fazer um estudo de avaliação estratégica. É mais  
1092 um EIA na prateleira alimentando processos que não são processos de tomada de  
1093 decisão e nem de formulação estratégica. Basta pegar o estudo de avaliação  
1094 estratégica que foi feito pelo Rio Madeira. O licenciamento no Madeira foi feito aqui e  
1095 qual foi à decisão que se fez desse estudo? O órgão Licenciador disse que não  
1096 precisava que foi o IBAMA. Há um equívoco muito grande, é bom o Raul tocar nisso,  
1097 porque a discussão para avançar com a avaliação estratégica, que também não é  
1098 avaliação ambiental integrada de bacia fique avisada. Tem muita gente fazendo  
1099 variações sobre o esmo tema. O CONAMA acha, inclusive tem discussão de cidade,  
1100 estava falando e tem outras coisas que são realmente importantes de olhar. O  
1101 conjunto de políticas públicas, visão de longo prazo, onde queremos chegar, como  
1102 queremos chegar e quais são as alternativas para isso, quais são as opções  
1103 estratégicas para isso, então, daqui a pouco deixaremos disponível para a consulta  
1104 e debate com as escolas de avaliação estratégicas. Existem várias escolas do  
1105 mundo, aquelas que estão ligadas ao princípio da sustentabilidade e aquelas que  
1106 estão ligadas avaliação de impacto ambiental de programas bem na linha do  
1107 licenciamento ambiental. Qual a escolha? Temos que discutir amplamente no Brasil,  
1108 e isso tem a ver com esse momento de transição que o País tem que é o momento  
1109 de resgatar a função de planejamento e de formulação de visão de longo prazo  
1110 construir isso, não só na perspectiva do poder público, mas de quem faz parte, de  
1111 quem é capital privado e quem é sociedade, quer dizer, quais são os vários  
1112 interesses que na realidade determinam o patamar de desenvolvimento que o país  
1113 quer ter nos próximos 20 anos, 30 anos. Interesses nacionais, regionais e globais  
1114 que também são ambientais, quer dizer, não estamos falando somente da questão  
1115 ambiental nacionalmente. O Raul chama atenção para essa discussão que é  
1116 realmente de natureza estratégica. Observa Raul pelo que entendi na exposição do  
1117 Ministério de Minas e Energia é que já há uma escolha do setor elétrico de excluir 80  
1118 giga watts do potencial hidrelétrico do Brasil, quer dizer, já há uma decisão dos  
1119 atuais patamares de planejamento de que para 2030 estamos excluindo 80 giga  
1120 watts dos 260 giga watts que tem estimados com potencial ainda de fronteira hídrica,  
1121 e que a maior parte disso está na Amazônia, mas existe ainda pela própria  
1122 distribuição do mapa situações do Centro-Oeste está mais comprometido, o sudeste  
1123 e têm outras regiões o potencial hídrico que deve ser objeto de uma avaliação sobre  
1124 quais são as condições de geração e suas implicações sociais, econômicas e  
1125 ambientais e como isso reflete no mercado que permite auto geração, que tem uma  
1126 distribuição definida segundo regras específicas o mercado que tem energia livre e  
1127 que isso está tudo combinado na coisa chamada tarifa. Acho que o Raul também  
1128 chama a atenção, talvez seja uma coisa extremamente importante e que está no  
1129 limite do debate que é a discussão sobre PCH e aí sim, porque o PCH parece como  
1130 renovável como fonte alternativa diferenciada da questão das grandes e médias  
1131 hidroelétricas. Está lá na nossa distribuição com biomassa eólica e PCH. É uma

1132pulverização de investimento, sem sombra de dúvida, com interesses em escala  
1133pequena para média. Tem uma rotina específica na ANEEL, tem uma lógica de  
1134mercado diferenciado das grandes hidroelétricas, tem uma relação estreita com a  
1135questão da distribuição numa escala completamente diferente, inclusive do  
1136autoconsumo e tem implicações ambientais, que no sentido da cumulatividade  
1137podem ser muito mais sensíveis do que as grandes hidroelétricas considerando as  
1138bacias hidrográficas e o isolamento dessas bacias. A discussão da conservação da  
1139biodiversidade, a construção do Estado Paraná está passando agora por uma  
1140decisão política teve um represamento com mais de 100 PCH e agora tem cento e  
1141tanto PCH discutidos ao mesmo tempo para licenciamento no Estado do Paraná dá  
1142um pouco a conta da complexidade de um lado de gerar e como você na realidade  
1143você regula o mercado, que é o papel do setor elétrico, e por outro lado das relações  
1144chamadas sociais e ambientais e suas implicações na saúde da bacia e na saúde  
1145que digo, porque isso poderá ter implicações inclusive para a hidroelétrica já  
1146instalada. Existe uma conta de volta que é as implicações do chamado controle no  
1147regime de vazão e tudo aquilo que a Agência Nacional de Águas trabalha junto com  
1148o operador nacional de sistema e como você mantém as condições saudáveis de  
1149uma bacia hidrográfica para as várias funções do uso múltiplo e recursos hídricos.  
1150Essas que são Ed PCH merecem um debate a parte e tem muito a ver com os  
1151estados, a ABEMA, particularmente, em função daquilo que é recepcionado pelo  
1152processo de licenciamento ambiental e estou mais que convencida que devemos no  
1153CONAMA chamar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e fazer uma Reunião  
1154conjunta para entender o estágio do planejamento do uso de recursos hídricos  
1155nesse país e de usos múltiplos da água e como isso está trabalhando hoje a agenda  
1156de desenvolvimento. O que foi feito no plano Araguaia e Tocantins, o que está sendo  
1157feito a margem direita do Amazonas e em outras bacias federais da ANA é  
1158extremamente importante e estratégico para que os senhores tenham conhecimento  
1159e possam se apropriar dessa busca de convergência de diálogo de desafios sobre  
1160compromissos por ontem queremos ir, por onde queremos gerar, o que queremos  
1161fazer. Agora é inevitável que tenham que lidar com a questão de Amazônia, porque  
1162a maior reserva hídrica está lá e o Brasil terá uma discussão sobre o aproveitamento  
1163de geração hídrica na Amazônia ou lidar com o chamado comprometimento das  
1164metas climáticas em função de outro tipo de geração e tem uma demanda de um  
1165período de transição, porque é exatamente a retomada do planejamento, que foi isso  
1166que aconteceu nesses últimos anos, e preparar para essa mudança de debate, de  
1167patamar que é o que você sugere e de podermos ter pactos na visão estratégica  
1168sobre o aproveitamento de geração de energia elétrica e por outro lado sobre os  
1169patamares tecnológico que esse pacto poderá determinar, porque existe um  
1170RENCAP grande de tecnologia e de regulação e interesse do mercado. Agora para  
1171tudo isso tem que ter planejamento, tem que ter esse momento que estamos  
1172vivendo hoje e ter o modelo do setor elétrico que gere credibilidade em todas as  
1173partes envolvidas e acho que estamos vivendo esse momento hoje no Brasil.  
1174Acredito que é o momento de transição e que nós da área ambiental, junto com a  
1175área de recursos hídricos, todo mundo tem que se preparar para viver o outro  
1176patamar de diálogo nas chamadas políticas de infra-estrutura de logística, mas no  
1177caso específico da energia elétrica que é estratégica para o desenvolvimento do  
1178país. O Raul toca em pontos importantes e chama atenção mais uma vez sobre o  
1179debate de avaliação estratégica, e finalmente quero convidar a turma que está do  
1180lado de lá. O pessoal que na realidade trabalha com as concessionárias de energia  
1181elétrica, ou seja, a turma que dado o leilão, como eu vendo, como distribuo como  
1182faço o uso, quais são os cenários que vocês trabalham o que significa os desafios  
1183no Brasil e como que a questão sócio-ambiental se coloca nesse contexto. Quero

1184 convidar o Dr. José Simões Neto, presidente da ABCE, que é associação brasileira  
1185 de concessionária de energia elétrica, ele é economista, é o presidente do conselho  
1186 diretivo da BCE, é consultor em economia de energia, é ex-superintendente de  
1187 regulação econômica da ANEEL, então, tem uma visão bastante crítica sobre as  
1188 barreiras e os desafios do Brasil em torno da regulação econômica e as implicações  
1189 para o mercado de energia. Por favor, Dr. José Simões, agradeço a sua participação  
1190 aqui no CONAMA e o senhor tem a palavra.

1191

1192

1193 **O SR. JOSÉ SIMÕES NETO (ABCE)** – Agradeço a todos vocês a oportunidade de  
1194 estar aqui, apreciar as palestras e as considerações dos meus colegas de Mesa  
1195 anteriores e tentar colocar alguma coisa que contribua para o debate dessas  
1196 importantes questões. A ABCE é uma entidade de 74 anos. Têm concessionárias  
1197 públicas e privadas em todos os segmentos de geração, transmissão e distribuição e  
1198 a perspectiva que temos é que à medida que há consolidação institucional do setor  
1199 elétrico foi se fortalecendo começamos a ter decisões, escolhas que foram sendo  
1200 tomadas, fixadas no sistema e passamos a trabalhar com base nessas decisões,  
1201 nessas escolhas que a sociedade fez da perspectiva da geração. A geração busca  
1202 operar o seu parque instalado, obviamente, simplesmente operar o que tem  
1203 otimizado por uma gestão integrada que é feita pela ONS e ao mesmo tempo em  
1204 que ela busca novos investimentos através de expansão seja por oportunidades que  
1205 o próprio investidor traz ao sistema oportunidades de geração térmica e outras  
1206 oportunidades de geração hidráulica que a EPI oferece em leilões para serem  
1207 explorados. Esse é o efeito da geração, deixa só avançar para fechar o contexto. A  
1208 transmissão, à medida que essas oportunidades de geração se apresentam a  
1209 transmissão tem que estar planejada e enxergando tudo isso para completar o  
1210 sistema e para que tais oportunidades de geração nova sejam corretamente  
1211 canalizadas e endereçadas para o mercado consumidor e a distribuidora, por sua  
1212 vez, tem o compromisso bastante sério de manter cobertura contratual para o seu  
1213 mercado de atendimento. A distribuidora busca sempre contratar com antecedência  
1214 de 5 anos os seus pacotes de energia e para isso ela vai a leilões, ela oferece o  
1215 quanto vai necessitar nos horizontes futuros e o leilão é estabelecido. A demanda  
1216 está colocada e a oferta tem que ter o investidor que a coloque em operação.  
1217 Quando o mercado distribuidor coloca o seu pacote de demanda em um leilão e  
1218 aquele leilão por restrições diversas não pode oferecer oportunidades de geração  
1219 limpas e os investidores foram colocando elencos de alternativas de geração  
1220 térmica, o sistema acaba fechando com aquela geração térmica, porque a  
1221 alternativa disso seria identificar o risco de abastecimento futuro, e como temos  
1222 prazos para construir obras e etc. e mesmo com a agilização de todos esses  
1223 processos esses prazos são meio que recorríveis à medida que fecha o sistema com  
1224 a impossibilidade, com 3 anos ou 5 anos de se fazer uma geração hidráulica o leilão  
1225 seguinte em horizontes e tempo menor já está quase que orientado para geração  
1226 térmica. Basicamente foi isso que vimos no passado recente e temos no plano  
1227 decenal que foi apresentado, que ele tem o horizonte inicial de 5 anos que são  
1228 obras, digamos assim já contratadas, fechadas entre o investidor que vai construir e  
1229 o mercado distribuidor que a comprou já está resolvido, isso tem o pacote  
1230 considerável de obras de geração e tem o pacote também relevante de  
1231 térmicas. Para o mercado superior a 5 anos no plano decenal, que não foi contratado  
1232 ainda, ele vai ser objeto de contratação em eventos de leilão futuro isso ainda está  
1233 em aberto e a EPI colocou a sua proposta de como seria a condução daquele  
1234 período. Para esse contexto todo, quais são as preocupações que lemos do plano  
1235 decenal, que é o que vai a medida do possível vir a ser implementado no futuro?

70

71

24

1236Primeiro vemos com muita preocupação a redução de armazenamento. Essa  
1237redução de armazenamento significa que a expectativa dos reservatórios do sistema  
1238suportarem momentos de baixa hidraulicidade ou redução cíclica de chuvas que isso  
1239ocorre é que vamos ter esgotamento do reservatório mais rápido. A medida que  
1240questões do uso múltiplo e outras que já foram mencionadas aqui implicam em não  
1241se tolerar redução significativa do reservatório e o setor elétrico até desenhou uma  
1242curva de aversão ao risco, quer dizer, o risco de desabastecimento aumenta, então,  
1243de pronto já faz o acionamento térmico para antecipar a utilização da energia  
1244térmica e como se conservar um pouco mais de água no reservatório, então, a  
1245redução de reservatórios que pode ter um razão de escolha ambiental implica em  
1246maior acionamento térmico e implica em encarecimento dessa energia. Outra coisa  
1247que foi mencionada aqui é a inserção da biomassa. A biomassa sem dúvida tem  
1248uma condição, uma potencialidade de inserção bastante grande. Não dá para  
1249pautarmos a expansão exclusivamente em biomassa, mas ela é muito significativa.  
1250Ela vai comparecendo de maneira crescente no sistema, contudo, ela demanda  
1251transmissão até subtransmissão que é alcance, porque aquelas estruturas onde  
1252estão às fontes de biomassa eram unidades muitas vezes auto-suficientes em  
1253energia ou demandavam energia só na entre safra para uma manutenção e não tem  
1254estrutura de transmissão para escoar uma produção mais relevante, então o sistema  
1255está indo para uma geração distribuída, quer dizer, não temos mais aquele foco em  
1256fontes muito grandes por linhas de transmissão muito definidas e começamos a ter  
1257geração muito mais distribuída, até a própria co geração que foi mencionada aqui é  
1258um evento que se mostra presente, a indústria teria condição de parecer com mais  
1259co geração e isso vai demandar geração mais distribuída. Voltamos na preocupação  
1260com relação ao reservatório. Quando a geração está muito distribuída, quando a  
1261geração de biomassa comparece e ela tem a capacidade de contribuir no período de  
1262baixa chuva, no período do ano de 6 meses que chove menos, é quando a biomassa  
1263está mais presente, ela não comparece no período de chuva, ou seja, temos que ter  
1264complementariedade e biomassa e reservatório, temos que ter complementariedade  
1265de geração distribuída e a segurança energética de ter algum reservatório, e isso  
1266como preocupação da sociedade é um ponto que queria trazer para vocês  
1267consideraram que simplesmente a preocupação com o bioma e eliminar a  
1268possibilidade do reservatório tem um custo para o sistema, isso sem dúvida vamos  
1269pagar esse custo. A distribuidora, como foi mencionada, ela tem uma condição muito  
1270regulada e acaba como que automaticamente repassando o custo para o  
1271consumidor final, e o sistema começa a ficar perverso, porque as decisões tornaram  
1272cara a energia a energia e a energia cara brecando o desenvolvimento. Não temos  
1273mais população com condição de pagar a energia e vamos ter um ciclo negativo  
1274coisa que ninguém busca. Outra coisa que nos preocupou como concessionários  
1275olhando a perspectiva do plano decenal é zero térmicas para o horizonte final de 5  
1276anos, isso indica que a indústria que trabalha, a indústria de geração de  
1277equipamento que trabalha com isso vai ter que vir desativando os planejadores para  
1278buscar a energia mais limpa ainda que térmica vão começar a pensar em outras  
1279regiões que não o Brasil, porque aqui no Brasil vamos canalizar muito para a  
1280hidráulica, e isso também precisávamos ver se é essa a nossa escolha. Esse  
1281conjunto já nos dá a entender que a discussão da matriz energética é feita, não nego  
1282isso, participamos dessa discussão, contudo, ela teria que ser colocada no patamar  
1283um pouco mais de transparência, um pouco mais elevado e o conjunto da sociedade  
1284deveria absorver as consequências daquelas decisões que como sociedade vai  
1285tomar. Vamos escolher a nossa matriz, vamos implementar e isso vai ter o seu preço  
1286e todos temos aceitação para isso. Esse conjunto de dar mais clareza não diz que  
1287tem sido mal feita a discussão da matriz, apenas que seria bastante útil se essa

1288 discussão fosse totalmente percebida pela sociedade. Apenas para evoluir e chegar  
1289 às considerações finais o que nós como conjunto da BCL nos preocupamos é a  
1290 segurança institucional, ou seja, a formalização, a clareza e podemos nos antecipar  
1291 a custos, os custos econômicos que vamos colocar, por exemplo, no projeto de  
1292 geração sejam eles ambientais ou não internos da obra ou externalidades que  
1293 causamos isso tem que ser apurado, é muito desconfortável como investidor deter  
1294 uma autorização para construir uma obra e depois começar a tropeçar em  
1295 dificuldade e isso encarecer o custo, e ao final pode gerar a impossibilidade de  
1296 concluirmos aquela obrigação que assumimos antes, e por fim a questão do  
1297 licenciamento ambiental, a gente aceita totalmente, seja na geração, seja na  
1298 transmissão e seja até na distribuição a gente aceita como uma decisão que a  
1299 sociedade tomou que essa é uma preocupação presente e vamos sem dúvida  
1300 nenhuma nos integrar nisso e buscar a solução conjunta para esses problemas.  
1301 Seria muito mais confortável para os investidores que essa coordenação, que essa  
1302 integração das discussões fosse mais plenamente desenvolvidas para que não  
1303 tivéssemos decisões numa instância que depois vem outra que contradiz aquela  
1304 primeira, ou seja, aqui nesse mesmo evento já foi mencionado à necessidade de  
1305 integrar com outros conselhos e integrar com outras missões e isso para seria  
1306 maravilhoso. Estamos preocupados em atender inclusive as questões ambientais.  
1307 Queremos fazer investimento, queremos chegar a ter o nosso lucro ao final, mas  
1308 atendendo as regras e essas regras se nos forem colocadas com alguma  
1309 antecedência ou condição de reagirmos a ela vamos dar a nossa informação, dá  
1310 para fazer ou não? Vai custar mais caro ou mais barato? A integração, a maturidade  
1311 que essa institucionalização geral da sociedade brasileira está chegando já é muito  
1312 boa, mas precisamos sempre dar passos à frente. Era isso. Obrigado.

1313

1314

1315 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Bom agradeço  
1316 as palavras do Dr. Simões, acho que ele no traz uma visão que é cada vez mais  
1317 presente no diálogo com as questões ambientais, porque existe uma coisa que é o  
1318 Governo, o planejamento, a visão, a integração das instituições públicas, mas existe  
1319 uma coisa chamada os requisitos legais, a lei, o modelo hoje determina os leilões A-  
1320 3 e A-5, o que significa antecedência Ed 3 anos ou de 5 anos o mercado está  
1321 devidamente contratado, a regra é legal, é obrigação legal em função da demanda  
1322 de geração de energia, então, o setor elétrico, além de planejar, tem que trabalhar  
1323 com essa realidade e com 5 anos de antecedência ter esse mercado de hidrelétricas  
1324 todo contratado de uma maneira simplificada, é isso que a lei fala. A mesma coisa  
1325 em relação a geração térmica ou de outras energia. Todos os leilões são feitos  
1326 considerando essa visão de tempo de 3,5 anos e de um mercado que está  
1327 constituído no Brasil com regras transparentes daqui a cinco anos, por isso, tenho  
1328 usado muito duas palavras integração e transição. Por quê? A mudança do setor  
1329 elétrico, do chamado modelo elétrico do Brasil tem levado nos últimos anos a uma  
1330 mudança de instância de planejamento, a mudança da interlocução com o setor  
1331 privado, uma mudança daquilo que ele também comentou, a necessidade de reduzir  
1332 a incerteza econômica e jurídica associada às questões sócio ambientais. Tem uma  
1333 discussão de fundos, senhores, que na medida em que parece contradição, na  
1334 medida e que expandimos a geração de energia para as chamadas novas fronteiras  
1335 é onde você contraditoriamente tem a ausência do Estado e muitas vezes é  
1336 imputado ao empreendedor a responsabilidade de desempenhar funções que são de  
1337 competência do Estado. O poder público local negocia com essas bases, o que  
1338 significa implicações na tarifa, no mercado que foi contratado 5 anos antes ou 3  
1339 anos antes no caso das hidrelétricas são mais expressivos. Quando se discute

1340geração de energia elétrica em áreas isoladas, que é a discussão de hoje de usina  
1341plataforma, por onde se quer ir, ou seja, onde implantamos, geramos,mas não induz  
1342nova ocupação de território e o que significa o papel do poder público nas áreas  
1343remotas ou em áreas que são consolidadas do ponto de vista de ocupação de  
1344território que tem o vetor de expansão e o papel do empreendimento ganha outra  
1345configuração. Essas regras são decididas e devem estar reguladas e decididas por  
1346parte de um mercado que assim é que a lei determina que vá ao Tribunal de Contas  
1347da União, que engloba o poder regulatório e a questão do regulatório do uso da  
1348água e todo esse debate acontece usualmente 10 anos antes, porque você tem 5  
1349anos planejando e 5 anos para fazer leilão, implantar e viabilizar o mercado, por  
1350isso, uso a expressão transição. O Brasil está vivendo o momento de transição e a  
1351necessidade da área ambiental de também termos esse novo patamar de diálogo  
1352dentro do contexto de nossas instituições e é evidente que esse diálogo não está  
1353limitado ao licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental é o final da ponta, é  
1354a última instância. Você antecede uma visão de planejamento estratégico, de visão,  
1355de apropriação dos custos ambientais associados a isso e a variáveis importantes  
1356como a questão climática e aqui outro assunto, que o mercado nos diz isso e  
1357representa uma incerteza econômica. O planejador fala isso é uma incerteza de  
1358propostas e estamos dizendo coisas, avançamos, incorporamos as considerações  
1359para termos Usinas a fio d'água. O Raul fez uma consideração, o Marcelo também.  
1360Isso significa o que, reduzir a segurança de abastecimento? Como isso reflete no  
1361mercado, ou seja, tem como mencionar o custo, porque vai que você quer saber o  
1362custo da biodiversidade, faz a diferença de um cenário para o outro e vai saber  
1363quanto está pagando para ter usina, o que significa conservar mesmo que  
1364indiretamente essa questão da biodiversidade. Outra questão importante, Marcelo,  
1365que estávamos conversando, sobre a incerteza climática e a disponibilidade de  
1366recursos hídricos. Você tenderá a experimentar períodos mais longos de seca e  
1367períodos mais concentrados de chuva o que poderá comprometer segurança de  
1368barragens de hidroelétrica, porque vai chover muito em período menor ou você terá  
1369secas prolongadas, o que poderá comprometer cenários de geração de energia  
1370elétrica, tendo em vista que não posso estocar água em função exatamente de ter  
1371usinas, o que pode comprometer cenários econômicos e aquilo que você vai  
1372trabalhar no potencial de energia elétrica. Essas certezas todas estão trazidas pela  
1373questão socioambiental, ou seja, estamos sinalizando a mudança do patamar do  
1374debate. O argumento sob térmica, sobre a desaceleração do mercado de térmicas é  
1375um argumento trazido pelo mercado térmico nuclear. Os investimentos que foram  
1376feito, chamado Brasil Alemanha, a capacitação, a tecnologia e a necessidade de  
1377concluir esse ciclo para não perder a capacidade instalada do país. Isso tem a ver  
1378com as escolhas de geração de energia como também tem o incremento do ponto  
1379de vista da geração térmica por biomassa ou por outro estilo de tecnologia que não  
1380seja carvão, nem óleo diesel, enfim, mesmo a discussão de carvão ganha outros  
1381patamares do mundo e mesmo essa necessidade, que hoje, ironicamente, somos  
1382tão contrários, a geração térmica a carvão tendo em vista outras opções, tenho hoje  
1383as térmicas a segurança em função da minha usina fio d'água, que é uma escolha  
1384ambiental sustentável. Isso tudo está na Mesa e pagamos por isso, então o objetivo,  
1385e fiquei particularmente feliz com a participação dos 3 debatedores é que possamos  
1386além o desafios de discutir a questão ambiental, sócio ambiental no contexto da  
1387geração de energia nesse País, que não é a vontade do Minas e Energia, não é a  
1388vontade do Ministério do Meio Ambiente, não é a vontade do mercado, não é a  
1389vontade da sociedade, não é a vontade da Ciência e Tecnologia. Os cenários a  
1390serem trabalhados devem buscar sustentabilidade e redução de incerteza, redução  
1391de custos, acesso a energia elétrica, que é impressionante e diversidade para ter

1392 uma coisa chamada segurança energética. O planeta tem 3 discussões estratégicas  
1393 nesse milênio. Segurança alimentar, não tem um Fórum internacional que não seja  
1394 isso, segurança energética e mudança climáticas. Só que na base dessas 3  
1395 agendas tem a conservação dos recursos naturais, então não dá para discutir essa  
1396 que a chamada transição para a economia de baixo carbono, não dá para discutir  
1397 sustentabilidade, questões climáticas, novo modelo econômico do planeta sem  
1398 discutir na base o uso sustentável de recursos naturais. Ninguém vai comer ninguém  
1399 vai gerar energia e ninguém vai desenvolver, é verdade, então o debate que se  
1400 configura no outro patamar, acho que estamos vivendo uma transição bastante  
1401 positiva no planejamento de recursos hídricos nesse País, pelo menos o grande  
1402 planejamento das grandes intervenções acho que a ANA experimenta um patamar  
1403 institucional de capacidade técnica para o diálogo com os demais setores produtivo,  
1404 uma perspectiva bastante interessante, diferentemente do que eram 10 anos atrás.  
1405 Em 97 foram criados o sistema e o que evoluímos institucionalmente, temos  
1406 desafios para evoluir mais ainda, mais eu como Ministra sugeriria que o conselho  
1407 guardasse, na realidade, a importância de debater isso não só sob o viés dos  
1408 atingidos e dos beneficiados, mas sobre o viés estratégico do Brasil do que diz  
1409 respeito às questões climáticas, a questão da biodiversidade, mas especialmente da  
1410 questão do desenvolvimento do dia a dia, do que significa isso para aqueles que  
1411 estão trabalhando para a geração de riqueza ambiental econômica e social desse  
1412 País. Espero que os senhores tenham compreendido o objetivo que o Dr. Roney e o  
1413 Dr. Machado tiveram de montar esse painel com essas pessoas para mostrar essa  
1414 diversidade, e estamos trabalhando para reduzir a incerteza do licenciamento, mas  
1415 mais uma vez o licenciamento não é suficiente para lidar com os desafios que a  
1416 agenda de energia elétrica ou a agenda de energia que estamos falando da matriz  
1417 de combustíveis que é outro debate. Acabei de chegar dos Estados Unidos e fiquei  
1418 impressionada com o debate de combustíveis e a questão de petróleo, mas se  
1419 olhara rede de Gasoduto que os Estados Unidos têm não temos nem 10% daquilo e  
1420 eles não podem transferir, passar álcool pelos Gasodutos e eles tem o problema  
1421 tremendo de que combustível, a escolha de bicomcombustível, o etanol de milho está  
1422 sendo muito criticado e o debate sobre matriz combustível se coloca em outro  
1423 patamar. Mesmo a gente para enfrentar a opção de gás que já reduziu os custos,  
1424 como opção para térmica. Temos um desafio de rede Gasoduto nesse país e de  
1425 redução de custo de logística. É um debate que está estruturado para ser colocado  
1426 para a área sócio, para o meio ambiente e para o pessoal de tecnologia, porque isso  
1427 não é fácil de ser vencido. São desafios monumentais, os custos são monumentais,  
1428 mas isso é visão estratégica e a área do meio ambiente tem que se apropriar cada  
1429 vez mais dessa visão estratégica. Isso é parte da solução, não restringimos, nós  
1430 condicionamos o desenvolvimento para melhores alternativas, esse é o objetivo.  
1431 Gostaria de convidar os três Conselheiros do CONAMA que vão fazer comentários  
1432 breves sobre o que foi dito aqui na perspectiva, primeiro dos órgãos estaduais,  
1433 Doutora Elizabeth Lima e a Subsecretária de Estado do Meio Ambiente no Rio de  
1434 Janeiro, e depois quero convidar a Adriana pela CNI / ABIAP e também o Tadeu  
1435 pela Sócios da natureza representando o movimento ambientalista. Cadê o Tadeu?  
1436 E a Adriana? Volney acha a Adriana. Fala a Bete primeiro. Se a Adriana não tiver  
1437 chegado ainda, o Tadeu fará a uso da palavra em segundo lugar.

1438

1439

1440 **A SR<sup>a</sup>. ELISABETE LIMA (GOV./RJ)** – Queria parabenizar o Ministério por essa  
1441 mudança na visão do CONAMA, mas acho até que é como a gente está vivendo  
1442 esse momento de transição, as apresentações refletem exatamente isso. A  
1443 apresentação do Ministério, apesar de muito boa, traz aquela percepção da energia

1444de que estamos do outro lado e estamos no mesmo lado em relação à questão  
1445ambiental. A visão do Raul foi excelente, porque ele traz como que poderíamos  
1446integrar, olhar, ter os pactos e ter a visão estratégica, então acho que esse é o  
1447primeiro debate, a posição dos concessionários, essa visão radical do licenciamento  
1448que estávamos conversando e que tão bem temos tentado trabalhar para poder  
1449simplificar e sair dos extremos. Não é o licenciamento que vai dar conta da questão  
1450de energia. Precisamos discutir essa matriz e precisa discutir esses trade-offs. Isso é  
1451importante e é um primeiro discurso, não esgotamos aqui, não queremos essa  
1452dicotomia meio ambiente, produção e setor de infra-estrutura. Temos vivido muito  
1453isso na questão da unidade de conservação e estamos chegando a um acordo, com  
1454nossos pares, aqui o MAPA, o Ministério de Minas e Energia, o setor de transportes,  
1455acho que é poder discutir para se chegar há um consenso, a um pacto e perceber  
1456que estamos todos do mesmo lado, quer dizer, não é a legislação ambiental do País  
1457que se confronta com a questão de energia, mas precisamos achar o caminho a  
1458seguir. Esse é um primeiro debate. Vejo como muito importante, mas vejo como um  
1459primeiro debate. Muito temos ainda que discutir para poder buscar uma visão mais  
1460integrada da situação. Só isso que bastava. Quero parabenizar, mas também dizer  
1461que temos que caminhar muito.

1462

1463

1464**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigado  
1465Bete. Fui informada que a doutora Adriana teve que se retirar. Quem vai fazer os  
1466comentários pelo lado da indústria é a doutora Ivanice Campos, do Fórum de meio  
1467ambiente do setor elétrico. Em seguida, Tadeu. Depois abrirei a palavra para as  
1468perguntas dos Conselheiros.

1469

1470

1471**A SR<sup>a</sup>. IVANICE CAMPOS (CNI)** – Excelentíssima Ministra Izabella e Conselheiros  
1472do CONAMA, neste momento de transição, que exige um novo patamar de diálogo  
1473sabemos que o desafio do desenvolvimento sustentável é o equilíbrio entre a  
1474segurança energética, os aspectos sócios ambientais e a produção de energia.  
1475Dado que o licenciamento ambiental como conduzida nos diferentes estados da  
1476federação afeta a competitividade dos produtos e serviços nacionais, afeta a  
1477modicidade tarifária e que de fato o empreendedor do setor elétrico desempenha  
1478funções de Estado em áreas isoladas e considerando o planejamento indicativo, as  
1479dificuldades na implementação do PDE 2030 em função das questões sócias  
1480ambientais, os efeitos das mudanças climáticas, que a senhora bem mencionou, e  
1481também diante da grande perspectiva do momento e de oportunidade que são as  
1482diferentes fontes de geração de energia como, por exemplo, a sanção da lei dos  
1483resíduos sólidos e nessa visão, Ministra, gostaria de conhecer qual seria a forma  
1484apropriada para que a sociedade venha a conhecer esses aspectos e participe da  
1485opção da matriz elétrica desde a sua etapa de planejamento. Outra questão que  
1486gostaríamos de formular, o que poderia ser feito para aperfeiçoar este novo patamar  
1487de diálogo na coordenação das discussões de alto nível como, por exemplo, entre o  
1488CONAMA, entre o CNPE e o CND visando reduzir as incertezas jurídicas e  
1489econômicas das questões socioambientais, e lembrando bem, gostaríamos que isso  
1490tudo pudesse anteceder o tempo do planejamento energético para o nosso País.  
1491Obrigada.

1492

1493

1494**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Depois passo  
1495o comentário da Mesa. Vou chamar o Tadeu, por gentileza, aí ele faz as

1496considerações como comentarista. O Conselheiro está comentando e aí passo a  
1497palavra aos senhores para comentar os 3 Conselheiros e depois aberta a ao  
1498CONAMA para as considerações finais dos Conselheiros que não falaram. O  
1499Renato, o senhor lá atrás e depois o Maurício lobo.

1500

1501

1502**O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Bom dia Ministra e bom dia  
1503Conselheiros. O Conselho nacional de meio ambiente, principalmente o Doutor  
1504Paulo Nogueira. Ministra, não será surpresa vocês não ouvirem a concordância do  
1505que foi apresentado, Represento uma ONG 30 anos de existência, represento a  
1506bancada ambientalista do CONAMA eleita de forma democrática e estamos de certa  
1507maneira quando tomamos conhecimento desse painel temático sobre questões  
1508energéticas climáticas e a questão da biodiversidade ficamos surpresos pelo fato da  
1509bancada ambientalista, principalmente a câmara de atividades minerárias  
1510energéticas, não terem sido convidadas a construir esse painel, sugerir uma  
1511dinâmica que não é essa apresentada pelo pessoal do Governo, que é tudo muito  
1512óbvio, quer dizer, é uma beleza, uma maravilha, nenhum técnico do Governo virá  
1513aqui criticar a matriz energética brasileira. Se o fizer, parabéns, mas não acredito,  
1514então, cabe a Sociedade Civil organizada e cabe ao CONAMA provocá-los, não no  
1515sentido de provocação destrutiva, mas a provocação construtiva. O representante do  
1516Ministério de Minas e Energia mostrou dois dados sobre a questão do cenário  
1517mundial sobre a queima de combustíveis fósseis, que reduziu 2 a 3%, o Brasil está  
1518aumentando, então, o Brasil está na contramão da história na questão da geração  
1519térmica, principalmente do carvão mineral, e no final da palavra do Senhor Paulo  
1520Toor, ele ainda citou a aceleração dos programas térmicos. O Brasil é um País que  
1521tem 500 anos e estava na hora de tomar uma decisão. Se o mundo inteiro fala que a  
1522provável causa das tragédias climáticas, das tragédias que estão matando pessoas  
1523no mundo inteiro, estão matando pessoas no sul de Santa Catarina, uma ocorrência  
1524de eventos extremos do clima não só a questão da violência das águas, mas  
1525também da violência dos ventos e que a comunidade científica mundial, porque uma  
1526vez quando se falava isso eram os ambientalistas que diziam, hoje são os maiores  
1527cientistas do mundo que estão apontando as questões climáticas. Antes eram só as  
1528ONGs ambientalistas, hoje é a ONU que está preocupada com essa questão, então  
1529é preciso primeiro que o Ministério de Minas e Energia não é por ser o Ministério  
1530técnico ele tem que se aproximar da Sociedade Civil que é usuária da geração de  
1531energia. É preciso uma discussão mais séria dessa discussão da matriz energética,  
1532é preciso, não digo como o nosso amigo Raul falou sobre acabar com as térmicas  
1533agora, isso seria... Acho que até tenho um representante da tracktbell, presente, é  
1534Magri de Santa Catarina, mas a redução é preciso que o Governo Brasileiro tenha  
1535coragem de propor uma redução da geração das térmicas tanto do carvão quanto do  
1536diesel. É preciso que o Governo Brasileiro tenha coragem de discutir a questão das  
1537nucleares, pois quando foi agora discutido recentemente em Fortaleza e o Governo  
1538Federal está com intenção de construção de duas nucleares entre salvador e  
1539Pernambuco é preciso que o Governo Brasileiro crie coragem e passe a investir nas  
1540fontes renováveis, porque senão vai ficar sempre nesses discursos, que a energia  
1541renovável é muito cara. Falam que a energia solar é cara, se fala energia eólica é  
1542cara, mas é preciso ter o pontapé inicial para que ela passe a se tornar viável, senão  
1543vamos ficar queimando carvão no sul de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e o  
1544Ecbatista vai fazer mais termoelétrica a carvão no Pará, no Maranhão, etc. Para  
1545concluir, tem certas coisas que são tão fáceis de perceber, a questão da eficiência  
1546energética, não só no Governo Lula, mas qualquer Governo dá a impressão que se  
1547for para lidar com a questão da eficiência energética não dá lucro para empreiteiras,

1548então a construção de grandes usinas, grandes hidrelétricas e grandes nucleares,  
1549isso rende e a eficiência energética que seria um programa que não renderia isso  
1550não existe incentivo do Governo Federal, estadual ou municipal. Para concluir faço  
1551uma relação já que o painel temático fala sobre a questão da matriz energética, fala  
1552sobre a questão da mudança climática. Se tivéssemos sido convidados a fazer a  
1553formatação desse programa, desse painel de hoje e que esse painel de hoje deveria  
1554se estender pelo período da tarde devido a importância da temática, não ficar  
1555apenas na apresentação técnica do Governo, acho que é preciso que os  
1556Conselheiros participem ativamente, porque é um tema de extrema importância que  
1557envolve a questão energética hoje talvez seja a questão ambiental mais polêmica  
1558devido a questão dos licenciamentos e por causa da mudança climática. Acho que  
1559seria, Ministra, necessário mais um segundo momento ou a extensão do período da  
1560tarde ou um segundo momento urgentemente dessa discussão para que na Reunião  
1561de ontem falasse em retirar aquela medida das térmicas que estavam rolando no  
1562final do ano passado que sumiu, não sei quem foi que não gostou da palavra sumiu,  
1563mas ela sumiu, havia uma Resolução após a Resolução do IBAMA para medidas  
1564compensatórias das térmicas e ela assumiu justamente quando estávamos numa  
1565discussão bem produtiva entre a bancada ambientalista e o Ministério do Meio  
1566Ambiente e espero que agora ela volte a tona na discussão, claro que não apenas  
1567com aquela proposta das medidas compensatórias do plantio de árvores, quer dizer,  
1568polui lá em Santa Catarina e planta árvores em Goiás e está tudo bem. Acho que  
1569não é só por aí. A legislação, Ministra, existe uma legislação Brasil sobre a questão  
1570da emissão de gases, das térmicas quando falo térmicas falo diesel, falo carvão que  
1571ela pode ser até eficiente, mas não é cumprida e não existe legislação sobre a  
1572questão da emissão de gases efeito estufa. Quem faz a medição da Jorge Lacerda  
1573em tubarão, capinares de baixo é a própria usina, não é a Fátima que deu a licença  
1574que nem poderia ter dado a licença para nova usina termoelétrica que está se  
1575propondo lá que é o usidesk, pois quem deveria dar a licença era o IBAMA. É um  
1576absurdo. É preciso discutir, porque já que é o DNPM que cuida do carvão, já que é  
1577o Ministério Público Federal que cuida sobre a questão do carvão, porque o  
1578licenciamento dá para um órgão estadual que não tem capacidade e nem habilidade  
1579para fazer uma análise de uma ei rima e dá licença para mais uma termoelétrica  
1580carvão perto de dois parques nacionais 2:39:44 e em Fortaleza e de uma série de  
1581outros inconvenientes totalmente irregular e nós como ONGs não temos condições  
1582de denunciar. Precisa ter advogado e o advogado cobra caro para fazer essa  
1583denúncia. Espero que haja, Ministra, para dar continuação nessa questão com  
1584perguntas e a participação dos Conselheiros nessa questão energética que é muito  
1585importante para o País.

1586

1587

1588**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada  
1589Tadeu pelos seus comentários. Vamos ter que distribuir o tempo nos próximos 15  
1590minutos, vai ter que ser muito objetivos, pois o Marcelo vai ter que sair para pegar o  
1591avião. Tadeu chamo sua atenção sobre a questão do formato do painel foi uma  
1592escolha nossa para que tivéssemos de propósito aqui pessoas que não são  
1593membros do CONAMA e que possam falar sobre a visão estratégica dos seus  
1594setores e do meu ponto de vista pessoal o formato é bastante interessante, porque  
1595você traz pessoas com outras visões, com outra perspectiva da leitura ambiental,  
1596das questões sócio ambientais. Em nenhum momento está excluída a participação  
1597na proposição de temas e na construção de formatos e etc. e tenho certeza que  
1598tanto a diretoria executiva do CONAMA quanto a Secretaria Executiva do Ministério  
1599estão a disposição para o aperfeiçoamento dos próximos painéis. A segunda

1600 questão importante aqui é... Foram faladas coisas em porcentagem, e isso não quer  
1601 dizer que no aumento do número absoluto. Agora cuidado com isso, porque temos  
1602 um crescimento em desenvolvimento em termos de geração como também após  
1603 2030 o Brasil terá um desafio associado em geração de energia em função do  
1604 esgotamento do seu potencial hídrico. O que foi colocado aqui é certamente a  
1605 questão térmica aparecerá quando estamos falando de energia de base, geração  
1606 base do sistema, que sustenta o sistema e não geração complementar e aí o debate  
1607 cai na nuclear até que inventem outra força de energia que possa dar essa  
1608 segurança para o sistema. Temos que considerar que foi dito aqui sobre a  
1609 participação de térmica em particular os números são bastante expressivos sobre co  
1610 geração e biomassa como também foi dito aqui o aumento da participação de outras  
1611 fontes renováveis em particular a eólica com a biomassa se equivalem na  
1612 porcentagem e não em números absolutos e o papel das PCH's. Isso são desafios  
1613 que estão hoje no chamado planejamento, além do aproveitamento hídrico que já  
1614 sustenta e a própria discussão da nuclear que o Brasil terá como outros países do  
1615 mundo bastam ver o que está acontecendo com a Alemanha, que está rediscutindo  
1616 a base nuclear como também a questão de incineração no mundo que muitos países  
1617 baniram e agora estão rediscutindo com outra perspectiva. Cuidado com a  
1618 discussão sobre geração de base térmica, na base, no sistema o que é a discussão  
1619 complementar, o que dá segurança no sistema, o que complementa o sistema na  
1620 realidade é assegurado pela geração hídrica. Como é que as vulnerabilidades, as  
1621 questões climáticas incrementam ou não o quadro de vulnerabilidade, enfim, tem aí  
1622 e acho que é o objetivo desse painel também é de oferecer essas alternativas para o  
1623 debate e finalmente o que você provoca sobre a aproximação do diálogo de Minas e  
1624 Energia, do Conselho Nacional de Política Energética quero chamar atenção que  
1625 planejamento energético é competência do conselho nacional de energética. O  
1626 conselho que lida com isso, que tem Ministérios e que tem Sociedade Civil, que não  
1627 é ambientalista, sociedade civil do setor de energia que está lá participa a academia,  
1628 participa, então, há um debate aí sobre como aprimorar essa integração de diálogo e  
1629 isso que estamos procurando nessas relações interinstitucionais não só o diálogo  
1630 entre os dois Ministérios e esse diálogo com os dois Ministérios não só com o  
1631 CONAMA, mas é com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos também e temos  
1632 dois sistemas, sistema nacional de recursos hídricos, sistema nacional de meio  
1633 ambiente e o setor elétrico está usuário, é parte dos dois sistemas, então é a  
1634 aproximação e a gente está discutindo o processo de integração na formulação do  
1635 poder público, como também temos que avançar o debate nesse conselho e essa é  
1636 a proposta de ter um painel como esse. A idéia do painel é terminar agora pela  
1637 manhã, o que não esvazia que questões sejam colocadas e que possamos marcar  
1638 um novo debate ou profundamente ou um tema específico trazendo assim a  
1639 participação mais dirigida de algumas questões como você sinaliza a situações de  
1640 térmica a carvão e térmica a diesel e o impacto ambiental disso, e as implicações  
1641 econômicas e como isso está no mercado. Pode ser um debate que se dá no âmbito  
1642 da Câmara Técnica e temos formatos que podemos compor. Gostaria de fazer as  
1643 discussões em bloco. Vou chamar você Maurício, pois você já está inscrito. Não foi  
1644 eleito por municípios o planejamento energético não está em instância de  
1645 municípios, mas você vai falar, está inscrito. São sete pessoas inscritas. Vou pedir  
1646 que cada um venha e faça a sua intervenção e depois os debatedores fazem o  
1647 encerramento comentando tudo que foi colocado. Primeiro o Ministério Público  
1648 estadual, Dr. Sanclear, por gentileza em seguida o Renato Cunha do GAMBÁ. Já  
1649 fiquem ali para ganharmos tempo. Depois o Maurício lobo e em seguida o Alan, o  
1650 Donizete, a Ana Cristina, do Ministério Público Federal e por fim o Dr. Pedro  
1651 Ubiratan, Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

1652

1653 **O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministério Público dos Estados) –**  
1654 Bom dia Senhora Ministra e senhores conselheiros. É importante lembrar que a  
1655 questão social envolvida no passivo das hidrelétricas do nosso país... Acho que tudo  
1656 sobre energia já foi mencionado aqui. O movimento dos atingidos por barragens  
1657 começa no Estado do Paraná, que depois também cria o movimento dos sem-terra,  
1658 e este é o clamor da sociedade em razão desses empreendimentos Das lágrimas  
1659 desses agricultores tivemos que também atuar nessas questões, pois elas não estão  
1660 resolvidas absolutamente, mas poderíamos pensar que já estão resolvidas, então, o  
1661 estudo da matriz energética do Brasil vamos fazer um estudo da realidade  
1662 paranaense hoje, e teremos o que é o futuro do nosso País na questão das opções  
1663 de energia que fazemos aqui nesse momento. Temos agricultores que não  
1664 conseguem financiamento, tem usina de salto Caxias que foi feita já há mais de 10  
1665 anos e os agricultores não conseguem financiamento, porque não tem os seus  
1666 títulos de propriedade regularizados. A CULPEL é uma companhia paranaense de  
1667 energia e deveria estar ao lado desses agricultores e não está. Está tocando o sino  
1668 na bolsa de Nova Iorque, côm fez essa semana, mas aqueles que estão lá dando  
1669 suor em seu trabalho, construindo a pujança do nosso Estado estão esquecidos pela  
1670 companhia de energia, talvez isso seja pouco, podemos resolver isso com outras  
1671 barragens e outros alagamentos que foram feitos e outras populações que foram  
1672 deslocadas e que ainda não tiveram seus problemas resolvidos. Foram mal  
1673 assentados em terras que não são perfeitamente produtivas. Estamos fazendo mais  
1674 empreendimento e teríamos 3 rios íntegros no Estado do Paraná. O rio Tibagi, o rio  
1675 Irai e o rio Piquiri. Essa moratória que se pede aqui deveria se pensar no Estado do  
1676 Paraná em vez de 3 temos agora 2,9, o que uma barragem está em construção, a  
1677 barragem de Mauá. O lago vai ter inclusive carvão, fruto de mineração que vai  
1678 compor o lago e essa água serve de abastecimento na cidade de Londrina, Temos  
1679 que resolver também esse problema, pois a usina está lá e parece que vai ser  
1680 instalada e as coisas andam como estão. Talvez isso não seja relevante. Os  
1681 municípios ingressaram com ações judiciais contra os empreendimentos anteriores,  
1682 as novas determinações legais com base nos licenciamentos, com base na  
1683 Resolução do CONAMA 0186 e as empresas continuam recebendo licenciamento  
1684 ambiental e estão com licença de operação e o seu passivo ambiental está todo lá,  
1685 não há recuperação de mata ciliar, os municípios estão pedindo o ressarcimento que  
1686 tem direito em razão do alagamento que sofreram as perdas econômicas em razão  
1687 do empreendimento, e isso também não está resolvido. Isso se resolve com o poder  
1688 de Estado. Quem licencia? Quem dá a licença? Temos dois órgãos que dá a licença  
1689 tanto o órgão ambiental estadual, nas usinas que são estaduais e temos também o  
1690 próprio IBAMA que dá no limite, como fiz com São Paulo, nas usinas do Paraná  
1691 panema... São chamadas e continua se dando o licenciamento e não se cobra nada  
1692 dessas empresas, pois elas continuam operando e a COPEL vai lá e toca o sino na  
1693 bolsa de Nova Iorque. É preciso a força do Estado e o poder do Estado para dizer,  
1694 vamos resolver os passivos das hidrelétricas. O meu requerimento é esse, Senhora  
1695 Ministra que os órgãos ambientais do Estado do Paraná que atuam no Estado do  
1696 Paraná, IBAMA e IAPE apresentem aqui para o CONAMA os passivos ambientais  
1697 das usinas hidrelétricas ou de todas as usinas existentes no Paraná. Temos lá usina  
1698 a carvão, mas queria saber a condições de trabalho daqueles operários, como está  
1699 sendo a vida deles, como está a questão da poluição em relação também a térmica  
1700 carvão, e querem fazer mais e a empreendedora é a nossa companhia de energia. A  
1701 respeito das PCH's também fizemos o requerimento ao órgão ambiental  
1702 perguntando qual o impacto de 130 e poucas usinas ou pequenas centrais de  
1703 hidrelétricas do Estado. Queremos saber. A população precisa saber, não é o

97

98

33

1704Ministério Público que quer saber, mas sim a população do Paraná quer saber, e  
1705Vossa Excelência disse muito bem. Quando não fazemos esse estudo amplo,  
1706quando licenciemos uma a uma é óbvio que esse impacto não aparece. Agora  
1707quando se falou mais de cento e trinta e poucas, mais de 100 PCH's esse impacto  
1708vai parecer e aí sabemos que temos o problema. Realmente temos um problema.  
1709Temos várias usinas no rio Iguaçu. O que acontece no rio Iguaçu no período de  
1710estiagem? Quem gosta do parque nacional de Iguaçu vê toda vez na televisão,  
1711dizendo que as cachoeiras do Iguaçu estão com um fio d'água, porque as companhias  
1712elétricas represam a água para fazer geração de energia. É só isso. Isso tem algum  
1713impacto no rio? A famosa vazão sanitária do rio permanece? São multadas essas  
1714companhias? Gostaria que isso fosse apresentado aqui ao CONAMA. Muito  
1715obrigado Senhora Ministra.

1716

1717

1718**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Senhores o  
1719Dr. Marcelo Pop terá que se retirar, porque vai pegar o avião agora. Ele vai se  
1720despedir do CONAMA. Renato, vamos tentar ser o mais rápido possível.

1721

1722

1723

1724**O SR. MARCELO POP (CGEE)** – Desculpe, estou com o vôo agora. Queria pedir  
1725desculpas e agradecer o CONAMA essa oportunidade e parabenizar por essa  
1726iniciativa e dizer que fico a disposição e o CGEE também a disposição para que  
1727aprofundemos em outras ocasiões esse debate. Muito obrigado.

1728

1729

1730**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada.

1731

1732

1733**O SR. RENATO CUNHA (ONDAZUL)** – Hoje estou representando a Fundação  
1734OndAzul. Todos me conhecem por Gambá, mas estou de conselheiro hoje. Trazer  
1735para o CONAMA esses temas estratégicos, com certeza é fundamental, a Ministra  
1736mesmo já falou e todo mundo tem consciência da importância desse processo para  
1737a questão ambiental e não entrar só no licenciamento que normalmente é chamado  
1738para isso e as preocupações de todos os setores de desenvolvimento acabam hoje  
1739se preocupando com a questão ambiental, porque tem que passar no processo de  
1740licenciamento, certo, errado pelo IBAMA e os órgãos estaduais. É fundamental que o  
1741SISNAMA como um todo, não só o CONAMA e o sistema de recursos hídricos  
1742federal, estadual e municipal tenham essa discussão mais aprofundada desde o  
1743momento do planejamento e isso é fundamental, como já foi ressaltado É  
1744importantíssimo que a questão ambiental saia apenas do processo de licenciamento  
1745ambiental. Acho que a gente tem que pensar como o Raul falou com bastante  
1746existência a discussão do modelo de desenvolvimento que temos. O modelo  
1747industrial, o modelo urbano e hoje vemos que cada vez mais usamos ar  
1748condicionado na arquitetura urbana não aproveitando todos os outros ambientes de  
1749ventilação e por aí vai. Tem que pensar nessas mudanças do consumo que se tem e  
1750para que está querendo se produzir tanta energia sem pensar nessas mudanças  
1751tecnológicas, mudanças de produção do desenvolvimento. Isso é fundamental para  
1752a questão energética também trabalhar. A questão energética da segurança  
1753energética está integrada em tudo isso, mas a questão do modelo do  
1754desenvolvimento, a questão ambiental tem que estar no cerne dessa questão, lá até  
1755falar com o Marcelo, lembrando que ele estava na época da crise do apagão, todo

1756 mundo lembra, inclusive as campanhas que foram feitas para que nós cidadãos  
1757 também diminuíssemos no nosso consumo e quando acabou o pique da crise as  
1758 campanhas acabaram, sendo que poderíamos manter essa campanha para a  
1759 eternidade. Temos que saber que temos um papel nisso como cidadão e que  
1760 podemos diminuir o nosso consumo energético, os nossos desperdícios e até uma  
1761 questão do resíduo sólido está totalmente envolvido nessa questão de energia  
1762 também quando desperdiçamos menos e fazemos as reciclagens,  
1763 reaproveitamentos. É importante no planejamento energético trazer as populações  
1764 dos movimentos, a população dos atingidos por barragem, pela questão nuclear e  
1765 por aí vai, não só área energética, mas a área social também trazer para o  
1766 planejamento, inclusive hoje, amanhã e depois está sendo discutida por um conjunto  
1767 de organização no Amazônia a questão da geração energética na Amazônia. Isso é  
1768 preciso que o governo veja as preocupações que estão rolando, que são legítimas e  
1769 importantes e devem ser consideradas no planejamento. A questão ambiental não  
1770 pode ser só licenciamento e compensações ambientais como foi dito pelo  
1771 companheiro Tadeu, pois temos que trabalhar com outra forma estratégica da  
1772 questão ambiental. Para não alongar o assunto, pois tinha muita coisa para ser dita,  
1773 mas vou centrar na questão nuclear que está sendo dita. Temos que nos preocupar  
1774 que a energia nuclear não é a solução para o aquecimento global. Todo o processo  
1775 da energia nuclear, desde a extração e passando pelo transporte, beneficiamento,  
1776 enriquecimento, geração e o lixo atômico que não tem uma solução em lugar  
1777 nenhum do mundo, onde é um problema que se continuarmos nesse modelo nuclear  
1778 vai deixar o problema para gerações futuras. Temos que trabalhar com energia, quer  
1779 dizer, não pode entrar na matriz energética brasileira a questão nuclear hoje por  
1780 todos esses potenciais que existe no Brasil de energia renováveis e tudo. É um  
1781 sistema nuclear que não tem transparência e estamos vivendo isso na Bahia, onde  
1782 tem uma mineração de urânio lá em Caetité que é super complicada. A empresa INB  
1783 – Indústrias Nucleares Brasileira não dá informação alguma do que acontece lá. A  
1784 água está contaminada, o problema de qualidade e quantidade de água é sério na  
1785 região, ou seja, poderia relatar vários problemas que existem lá, inclusive o passivo  
1786 que existe na mina de Poços de Caldas que foi explorada durante quase 20 anos no  
1787 sul de Minas e todo o problema de geração também que tem com Angra, que por  
1788 acaso ficamos assustados no nordeste. Se por acaso vier alguma energia nuclear no  
1789 nordeste ficamos imaginando aonde vai ser colocada uma energia nuclear, onde até  
1790 se pensa na beira do Rio São Francisco, que seria um absurdo total. Só concluindo  
1791 temos que pensar num desdobramento nisso aqui, pois é fundamental esse debate  
1792 e precisamos criar outros momentos no CONAMA, não necessariamente na  
1793 Plenária, mas aprofundar esse debate, aprofundar não sei se na Câmara técnica  
1794 específica que fala de recursos energéticos ou criar uma estratégia de debate, de  
1795 discussão, de aprofundamento disso para não ficarmos aqui depois desse debate,  
1796 todos falaram e comentaram, mas fico preocupado com esse próximo passo. Na  
1797 Bahia tem o conselho estadual de meio ambiente que tem acontecido esses debates  
1798 e muitas vezes não acontece nada depois, é uma preocupação que temos quando  
1799 esses debates vêm para os conselhos ambientais, então temos que dar um  
1800 segmento e poderíamos tirar uma recomendação aqui hoje ou ao longo do dia e  
1801 pensar que recomendação que a gente possa fazer para esse painel para a  
1802 continuidade do debate.

1803

1804

1805 **O SR. MAURÍCIO LOBO ABREU (ANAMMA Sudeste)** – Inicialmente quero saudar  
1806 a Ministra e o CONAMA que acatou uma discussão na Plenária passada, tentamos  
1807 discutir um pouco o planejamento, pois isso é fundamental porque une os setores e

1808acaba entendendo que não é tão branco e preto, não é tão bandido nem mocinha,  
1809mas temos que ter um entendimento que as decisões têm que ser tomadas. Vou  
1810destacar alguns aspectos pegando o foco mais o plano, o foco mais municipal que é  
1811uma questão que não foi abordada, é a questão do custo de energia é fundamental  
1812pensarmos qual o custo de energia no Brasil e no resto do mundo, quer dizer, isso é  
1813uma coisa positiva para o Brasil, mas por outro lado poderia subsidiar algumas  
1814iniciativas que hoje o custo é... Se atrapalhe muito a pensarmos em investimento  
1815também, em energias renováveis e comparar isso também com o valor da nossa  
1816biodiversidade, a Ministra comentou rapidamente uma comparação que pode ser  
1817feita e têm outras. Com relação basicamente o sistema, o funcionamento, o que me  
1818preocupa vendo outra experiência no resto do mundo é um pouco da centralização  
1819da produção e como poderíamos estar produzindo e pensando mais em município e  
1820mais em energia e de que forma poderíamos trabalhar regulamentando ou  
1821desregulamentando isso ou facilitando mais a geração e produção nas áreas  
1822urbanas que tem um potencial imenso para a geração, mas também para o  
1823aquecimento de água, ou seja, hoje para trabalhar no próprio programa do Governo,  
1824Minha Casa, Minha Vida é um pouco complicada, pois as empresa não trabalham,  
1825não existe o próprio conhecimento da sociedade dessa importância. Esse trabalho  
1826tem que desenvolver. O outro que foi abordado aqui na esfera urbana, esfera  
1827municipal é forte é a questão da parte de deficiência energética, quer dizer, de como  
1828trabalhar a população nesse processo, pois existe Anel, existem programas do  
1829Procel, mas são muito poucos. Acabei pegando números exatos ontem, que é de  
18305.564 municípios, e quantos trabalham, é uma rede pequena, muito aquém do  
1831necessário e outro também, reforçando mais uma vez para finalizar a questão da  
1832energia fotovoltaica. Parece que o Brasil está perdendo seu espaço tecnológico  
1833nesse processo. Não desenvolve isso. Eu recorro como militante contra a energia  
1834nuclear de muitos anos atrás, que a energia nuclear se fundamentou a construção  
1835da produção energética nuclear com relação ao desenvolvimento tecnológico, pois o  
1836Brasil ia ficar fora desse mercado, um grande conhecimento. Hoje dominamos  
1837basicamente a produção toda energética por nuclear e a energia fotovoltaica que  
1838cada vez desenvolve mais no mundo todo e estamos praticamente zero e tem a  
1839eólica, que é pouca, onde teve um leilão bastante vitorioso com a questão eólica no  
1840Brasil, fiquei vendo surpreso o maior produtor de par de energias eólicas e não  
1841existem basicamente quase nada aqui, então são esses desafios aí e saudar mais  
1842uma vez e isso pode ter uma seqüência e continuidade abordada aos nossos  
1843companheiros. Obrigado.

1844

1845

1846**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada  
1847Maurício. Alan.

1848

1849

1850**O SR. ALAN A. BOCCATO FRANCO (ASSEMMA)** – Boa tarde. Gostaria de saudar  
1851a Ministra e os demais palestrantes e meus colegas Conselheiros. O que está por  
1852traz disso tudo é o grande debate de que lado estamos. E o fundamental desse  
1853debate é o posicionamento deste conselho e da política ambiental que queremos  
1854para o futuro desse País. De que lado estamos? Do lado do desenvolvimento, do  
1855lado econômico ou do lado que busca a sustentabilidade a questão ambiental,  
1856então, essa é a premissa. A outra é que se busca a lógica do crescimento a partir de  
1857que parâmetro de qualidade de vida? Quem paga o passivo ambiental disso? A  
1858tendência é a energia está a serviço de quem? Para quem essa energia em  
1859potencial? Muitas comunidades, e aí entra a Amazônia, o maior potencial, que tem o

1860potencial que explora somente 1%, inesgotável. Vamos explorar ao máximo por  
1861conta do desenvolvimento. A lógica de programas de políticas de aceleração de  
1862crescimento a partir de que? A gente cresce, o País fica rico e mantemos uma lógica  
1863de miséria e principalmente das comunidades que mais precisam. Hoje a energia na  
1864Amazônia só quem vive e conhece a Amazônia sabe dos problemas. O debate  
1865sobre Tucuruí foi uma grande problemática, os municípios que estavam no entorno e  
1866que muito dessas políticas e do próprio projeto deixaram consequências trágicas  
1867para essas comunidades e para a Amazônia, então, dentro dessa perspectiva  
1868precisamos evoluir o debate e aí salutar esse momento aqui, mas precisamos estar  
1869apontando uma lógica de que lado o CONAMA e a política ambiental brasileira  
1870querem tomar, porque se avança bastante, se procura várias linhas, seja térmica ou  
1871nuclear, mas precisamos garantir e disseram para a gente que precisa crescer e ser  
1872um grande potencial econômico mundial, mas quem paga o passivo disso? E o  
1873potencial da biodiversidade, qual é o valor disso? Como podemos mensurar que  
1874uma área como o Xingu, a questão da biodiversidade e qual o valor dessa  
1875biodiversidade? Quem paga sobre isso? E aí se foca sobre a questão econômica,  
1876então, precisamos estar bastante antenados nessa linha do debate para que não se  
1877percamos e façamos um grande debate econômico e se esqueça do debate da  
1878sustentabilidade. Obrigado.

1879

1880

1881**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada  
1882Alan. Donizete.

1883

1884

1885**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Senhora Ministra, quero  
1886cumprimentá-la pela iniciativa e cumprimentar também os debatedores, em especial  
1887ao Raul pela posição que colocou muito representativa do segmento ambientalista  
1888da forma que foi exposto aqui. Senhora Ministra, no final de julho realizamos um  
1889seminário na Câmara dos Deputados e houve a indicação desse seminário para a  
1890revisão Ed um tema que a Senhora já abordou aqui, que são as PCH's,  
1891principalmente na nossa região temos centenas delas projetadas e os estudos que  
1892estão sendo feitos para a realização dessas PCH's entendemos como ainda pouco  
1893significativos para o impacto que elas causam do ponto de vista sócio econômico e  
1894ambiental nas realidades locais e que nessa revisão, até da Resolução do  
1895CONAMA, coloquemos o processo do estudo integrado de bacias hidrográficas para  
1896que a gente adote isso como está sendo feito já no Estado de Goiás e em alguns  
1897outros estados através do termo de ajuste de conduta firmado pelo Ministério  
1898Público Federal e Estadual, IBAMA e a Secretaria de Meio Ambiente para que  
1899possamos ampliar essa análise desse conjunto de empreendimento em cada uma  
1900dessas bacias hidrográficas e ao mesmo tempo adotar uma sistematização desse  
1901processo dos estudos, das avaliações ambientais, integradas ambientais, planos  
1902estratégico, o caso do plano estratégico do Tocantins e Araguaia, as avaliações  
1903estratégicas, ter de pleno consentimento, planos nacionais de recursos hídricos. há  
1904de se fazer a integração desses estudos para o licenciamento desses  
1905empreendimentos.O debate aqui é muito oportuno para refletirmos sobre a  
1906importância de cada um desses estudos e não refazer os estudos a medida da visão  
1907de cada um dos segmentos que é adotado, então, é necessária essa integração. O  
1908estudo integrado de bacias hidrográficas ele pode ser ordenado de tal sorte que se  
1909contemplem esses diversos estudos e também a análise dessa contabilidade sócio,  
1910econômico e ambiental nos procedimentos. Gostaria que fosse anotado pelo próprio  
1911Ministério de Minas e Energia e todos aqui representantes de diversos segmentos, a

1912importância da pesquisa, principalmente da pesquisa voltada a produção de  
1913bicombustíveis no Brasil e mais ainda na questão do biodiesel. Temos uma centena  
1914de plantas oleaginosas no Brasil, que podem e têm uma potencialidade na produção  
1915com uso da biodiversidade a nosso favor e não simplesmente a gente olhando as  
1916potencialidades da agricultura brasileira só como as monoculturas. O Ministério de  
1917Minas e Energia tem um papel fundamental de promover esse debate, mas junto  
1918com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura e os demais  
1919Ministérios para associar o processo de pesquisa que foi um item que senti falta nos  
1920comentários aqui para que possamos melhorar a nossa eficiência energética.

1921

1922

1923**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada  
1924Donizete. Ana Cristina, do Ministério Público Federal, e em seguida o Doutor  
1925Ubiratan, e depois vamos para as considerações finais do expositor e dos  
1926debatedores.

1927

1928

1929**A SRª ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** - Tentarei  
1930ser o mais breve possível. O que foi apresentado aqui pelo Ministério de Minas e  
1931Energia demonstra a necessidade que temos, quantos giga watts necessitamos de  
1932acordo com o desenvolvimento previsto para o Brasil. A partir disso quais as  
1933matrizes que podemos escolher num total geral, do Brasil as fontes que podemos  
1934escolher e aí uma eleição pelo custo principalmente, então, esse é basicamente o  
1935discurso que é colocado. As pessoas já colocaram, mas gostaria de salientar que  
1936nessas três bases o custo, o total necessário e as matrizes, assim há premissas que  
1937aparentemente não estão muito claras, que até ousaria dizer que são falsas.  
1938Primeiro é do crescimento. O que se planejava antes em outros planos não foi o que  
1939era para ser sido atingido, mas, além disso, ainda que seja e torçamos para que  
1940sejam os crescimentos maiores possíveis outros países como Estados Unidos,  
1941Europa conseguiu ter grande crescimento em períodos anteriores sem crescer  
1942necessariamente a quantidade de giga watts para isso usando a eficiência  
1943energética que foi colocada aqui. A questão da eficiência que foi mencionada de  
1944relance e não se esclarece o quanto vai se gastar com isso e o quanto se prevê para  
1945isso e que medidas serão feitas e essa é a solução mais barata, que os acadêmicos  
1946apontam que é a mais barata e que poderia com isso reduzir a nossa necessidade  
1947do total. A segunda coisa, uma vez que temos esse total, que é questionado que  
1948poderia ser menor se houvesse eficiência se apresenta um total geral e não um total  
1949específico por consumo, por tipo de consumo e entro com o que o Raul colocou, por  
1950exemplo, não percebemos com isso para quê precisamos de grandes energias  
1951elétricas e quem é o consumidor de grande potência elétrica? Porque o pequeno  
1952consumidor ele consegue sobreviver com a solar, que aqui no Brasil é ignorada é  
1953tratado como um pecado falar disso, e a gealternativa é um porcentualzinho  
1954enquanto que a Europa consegue, a Espanha consegue, a Alemanha consegue ter  
195520 e 30% da sua fonte com solar e eólica e aqui é tratado como conversa de hippie,  
1956então não discriminar quem são esses consumidores faz com que optemos por  
1957escolhas erradas, não optando pelo sistema solar que é o que atenderia o pequeno  
1958consumidor, mas é esse que vem no discurso, que se diz, ah, se não construímos  
1959aquilo na sua casa vai faltar luz, na casa dos alemães, na casa do franceses não  
1960falta, porque eles vendem luz, porque com placas solares se consegue produzir  
1961mais do que se consome, e ninguém está falando em tirar a geladeira, o ar-  
1962condicionado ou o aquecedor, ou que seja não se tá não democratizando o banho  
1963quente que é outro discurso que se tem também. O programa luz para todos

1964compraram e venderem, pois esse discurso não está forte suficiente no País. Se  
 1965detalhássemos para quem é essa energia aí ficaria claro. Tem até tabelas aqui para  
 1966a indústria, mas que indústria é essa? É o que de fato o Raul colocou. Tomamos a  
 1967opção pelo custo. A terceira base, o terceiro pilar dessa tabela. Esse custo também  
 1968é mentiroso. Pela fala do colega Sanclear, o custo das hidrelétricas não foi até hoje  
 1969pago por essa sociedade. Os atingidos pela barragem estão pagando até hoje e a  
 1970gente que consumiu essa energia não está pagando. Essas grandes construções  
 1971têm financiamento do BNDES ou não? Tem juros subsidiados ou não? Quem está  
 1972pagando por isso? Qual é a conta? A energia nuclear, essa conta não foi feita no  
 1973mundo. Não temos depósito definitivo e nem no mundo não tem isso direito. Optar  
 1974por um crescimento disso é impor ainda mais do que já impusemos até agora para  
 1975milhares de gerações futuras um custo que não sabemos qual é. Que custo é esse  
 1976que está incorporado? Não está e isso a Ministra bem colocou que precisamos  
 1977incorporar esses custos ambientais, só que a gente nem sabe fazer essa conta da  
 1978energia nuclear e está aqui querendo crescer essa potência. Querendo crescer um  
 1979País tropical, que poderia crescer enormemente a energia solar. Um país com uma  
 1980costa imensa agora na Alemanha já estão desenvolvendo energia eólica em alto-  
 1981mar para evitar o impacto paisagístico que tem no território, isso que numa costa de  
 19828 mil quilômetros. Alguém fala disso aqui no Brasil? Só na hora que todos os custos  
 1983ambientais e sociais fossem de fato incorporados é que poderíamos ter a tabela de  
 1984custo, e veríamos que a hidrelétrica é muito cara, a nuclear é muito cara e  
 1985poderíamos escolher com mais clareza. Quem poderia escolher também? A ministra  
 1986colocou que quem escolhe hoje é um conselho que nem a Sociedade Civil está  
 1987representada, enquanto a Sociedade Civil, mas enquanto a concessionária,  
 1988enquanto interessada em deter a produção e a venda, e não interessada na  
 1989democratização da produção e na redução do consumo. Só isso. Obrigada.

1990

1991

1992**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada.

1993Pedro Ubiratan.

1994

1995

1996**O SR. PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO (Secretário Adjunto do Meio**  
 1997**Ambiente/SP)** – Bom dia Ministra. Queria parabenizar a iniciativa da senhora, mas  
 1998acho que a apresentação ficou devendo algumas coisas que fica aqui desde logo  
 1999sugerida para o machado, até pela origem dele, quer dizer, não falamos na  
 2000segurança hídrica. A senhora mencionou segurança alimentar, segurança  
 2001energética, mas é preciso pensar em segurança hídrica. Acho muito oportuno que a  
 2002gente faça uma Reunião conjunta do CONAMA com o CRNH para discutir essa  
 2003questão de PCH e os aproveitamentos da margem direita do Amazonas seriam  
 2004importantes. Outra questão que vi um quadrinho das obras do dispêndio do parque e  
 2005tal, falamos de 200 bilhões de reais para energia elétrica e 600 bilhões de reais para  
 2006petróleo e gás que dá aqueles 900 bilhões que colocou, então senti falta de uma  
 2007discussão sobre combustível, petróleo e gás. Vamos fazer uma discussão sobre  
 2008isso, porque na distribuição do recurso é o dobro, então a energia não é só energia  
 2009elétrica, vamos prestar atenção nisso, até porque o peso da energia elétrica na  
 2010emissão de gás de efeito estufa é bem menor do que o senhor chama de transporte  
 2011no seu gráfico. Fica a sugestão aqui para gente aprofundar essa discussão sobre  
 2012petróleo e gás, e por fim para ser muito objetivo, acho que precisamos discutir a  
 2013tarifa e acho que precisaria ter alguém da ANEEL para discutir tarifa e subsídio de  
 2014tarifa para a energia renovável, porque toda a lógica desse sistema está escorada  
 2015num paradigma que não é exato, então é preciso discutir também nesse

2016planejamento da energia elétrica a questão das tarifas e das energias renováveis e  
2017especialmente biomassa, onde é uma questão que a gente em São Paulo estamos,  
2018como o senhor disse, é muito associada a nossa indústria 3:17:27 e a gente vê que  
2019essa discussão às vezes esbarra na questão da tarifa, então é preciso discutir isso  
2020com mais vigor no nível especialmente da agência reguladora. Obrigado.

2021

2022

2023**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Dr. Pedro,  
2024obrigada. Gostaria de passar a palavra ao representante do Ministério de Minas e  
2025Energia, para fazer as considerações finais, em seguida o Dr. Simões e encerramos  
2026com o Raul, e as sugestões de encaminhamentos que eu farei no final.

2027

2028

2029**O SR. PAULO ALTAUR P. COSTA (MME)** – Eu gostaria de fazer algumas  
2030colocações. Os temas levantados foram tantos, que é impossível que tratemos todos  
2031eles, então eu vou pegar alguns que eu julguei que sejam mais relevantes. Primeiro  
2032eu queria reforçar, que aquela distinção entre o planejamento e a operação no  
2033passado e atual. Então, no passado nós tínhamos uma expansão hidráulica e uma  
2034geração térmica complementar. Então a geração térmica era muito pequena, e  
2035basicamente só ocorria em condições hidrológicas desfavoráveis, porque o sistema  
2036era expandido por energia, então as usinas hidráulicas eram sobre dimensionadas,  
2037então o custo marginal de expansão de potência era zero no passado. O papel da  
2038geração térmica era muito pequeno e era complementar. Hoje, no momento atual,  
2039com essas restrições para a disponibilidade de reservatório, a térmica mudou o seu  
2040papel, então a geração térmica no futuro, vai ter o papel de geração na base. Então  
2041essa é uma distinção muito grande. Eu queria destacar, que são feitos os estudos de  
2042planejamento foi feito um estudo de planejamento, o Programa Nacional de Longo  
2043Prazo, o Plano Nacional de Energia, que é o que subsidia os estudos de  
2044planejamento, e o que dá as orientações estratégicas para as expansões, e que isso  
2045foi elaborado durante o ano de 2005, 2006, 2007, nós realizamos sete eventos  
2046públicos para o Ministério de Minas e Energia, onde foram convidadas  
2047universidades, agências, associações, órgãos do Governo, todos, foi colocado artigo  
2048em jornal, e lá houve eventos específicos, inclusive matriz energética. Teve um dia  
2049lá que nós discutimos energia nuclear. Por exemplo, agora, o Plano Decenal foi  
2050colocado em consulta pública, e esse tipo de questões que estão sendo levantadas  
2051aqui, poucas foram colocadas no processo de consulta pública do Plano Decenal. É  
2052isso que eu queria deixar. Eu sei que o diálogo é muito importante, esse evento hoje  
2053aqui é um exemplo disso, acho que nós podemos melhorar, mas o Ministério buscou  
2054a opinião da sociedade e que as pessoas, as instituições fossem lá e defendessem  
2055os seus pontos de vista. Esse é um ponto. Outro ponto que eu gostaria de destacar  
2056aqui, é a questão da eficiência energética. Então a eficiência energética, várias ações  
2057foram tomadas e estão sendo elaborado o Plano Nacional de Eficiência Energética  
2058com a visão de longo prazo, como se fosse o Plano Nacional de Energia, específico  
2059para eficiência energética, então todas essas questões vão ser apresentadas, e vão  
2060ser discutidas pela sociedade. Foi dito aqui que o Brasil está na contramão da  
2061história, que o Brasil está entrando em um número muito grande de geração térmica,  
2062e que o resto do mundo está reduzindo. Foi um equívoco que alguém comparou o  
2063valor absoluto com percentagem. No Brasil, por exemplo, geração térmica a carvão,  
2064o que entra? Uma unidade de 350 Mega Watts em Candiota, uma unidade que foi  
2065concebida na década de 80, que ficou paralisada durante muitos anos. Esta está  
2066entrando. Na China, por exemplo, entra uma unidade de 350 Mega Watts, quase  
2067que a cada semana. Então a matriz energética da China tem quase 700 mil Mega

2068Watts de geração térmica. Quando ela coloca um montante de geração eólica,  
2069aquilo é uma gota d'água na frente do que ela amplia o seu sistema. E o questão da  
2070fotovoltaica, a questão de energia solar. Existe um programa para o aproveitamento  
2071da energia solar, aquecimento da água, e inclusive no Programa Minha Casa, Minha  
2072vida também consta, e existem várias ações no Ministério de Minas e Energia. E em  
2073relação à geração fotovoltaica, foi feito um grupo de trabalho coordenado pelo  
2074Ministério, envolvendo as universidades, empresas, centros de pesquisa, e esse  
2075grupo trabalhou, praticamente durante 1 ano, e os trabalhos foram concluídos, e  
2076várias ações foram tomadas. O termo de referência, por exemplo, já está pronto  
2077para essas ações. Uma delas, um plano piloto, junto com as empresas para...  
2078Visando, para qual o objetivo é fazer com que essa energia fotovoltaica se torne  
2079competitiva em um curto espaço de tempo, em um futuro próximo. Hoje ela é muito  
2080cara. A geração fotovoltaica, hoje o custo estimado dela, é de R\$ 1.000,00, R\$  
20811.200,00 por Mega Watts/h. É muitas vezes mais cara que qualquer outra fonte.  
2082Vocês imaginam se houvesse um programa maciço de empregar essa fonte, o que  
2083representaria sobre a tarifa. Agora, onde ele é usado? Ele é usado no "Luz Para  
2084Todos". Porque lá é uma aplicação específica, tem o problema de transmissão, é  
2085distante dos grandes centros, então lá está sendo utilizado o Programa Luz Para  
2086Todos em grande escala. E o Governo, no caso o Ministério de Minas e Energia,  
2087junto com outros ministérios, está muito preocupado com a questão da pesquisa.  
2088Por exemplo, em relação à geração Helio térmica. Nós já fizemos, tivemos contatos  
2089com outros países, já fizemos visitas à Espanha, e o que está sendo feito agora?  
2090Junto com outros Ministérios, no caso o Ministério de Ciência e Tecnologia, o  
2091Ministério de Minas e Energia, está sendo implantado um projeto piloto de geração  
2092Helio térmica, utilizando mais de uma tecnologia, e utilizando o sistema de  
2093armazenamento de energia. Então pegar, por exemplo, o sal diluído, estocado, e  
2094aquilo ali armazenar energia. Então existe uma preocupação muito grande, e várias  
2095ações estão sendo feitas. Eu espero, em outra oportunidade, ter mais tempo e poder  
2096detalhar um pouco mais isso. Eu queria agradecer mais uma vez o convite feito, e  
2097parabenizar a organização desta reunião, que eu acho importante. Eu sou a favor de  
2098diversidade. De todas elas em termos enérgicos. A diversidade hidrológica,  
2099diversidade cultural, e também a diversidade de opiniões. Isso é o que faz com que  
2100o nosso país cresça, e que o mundo evolua. Então acho que esse evento é muito  
2101importante, e parabenizar a Ministra pela condução dos trabalhos. Temas tão  
2102complexos, e foram conduzidos de forma tão acertada. Muito obrigado.

2103

2104

2105**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada, Dr.  
2106Paulo pelos seus comentários. Eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Simões, e em  
2107seguida, diretamente ao Raul.

2108

2109

2110**O SR. JOSÉ SIMÕES NETO (ABCE)** – Bom, primeiro, novamente parabenizar pelo  
2111evento. Eu acredito que pelo volume de dúvidas que suscitaram, e de novas  
2112sugestões que foram colocadas aqui, nós percebemos que o tema é de grande  
2113interesse, e de impacto e que vocês certamente vão nos ajudar a encontrar uma  
2114solução para ele. Mencionando apenas alguns poucos tópicos que eu poderia  
2115colaborar um pouco mais. A questão, por exemplo, da eficiência enérgica, que já foi  
2116mencionada o Plano Nacional de Eficiência Enérgica, que é um trabalho bastante  
2117robusto, que já está há longa data sendo elaborado, além dele nós teríamos que  
2118institucionalizar esse processo de capturar as possibilidades de eficiência enérgica,  
2119porque assim como foi mencionado que a biomassa no Estado de São Paulo, em

2120alguns locais não tem como ser aproveitada, porque a tarifa não está em patamar  
2121bom, em outras palavras, ela não está alta o suficiente, para viabilizar aquela fonte  
2122de energia biomassa. No caso da eficiência energética, talvez esteja faltando alguns  
2123poucos incentivos localizados para que a indústria implemente a sua eficiência  
2124energética. No próprio Plano Decenal, já foi colocada uma meta futura de 10% da  
2125necessidade não ser aportada por nova geração, e sim por eficiência energética.  
2126Então nós vamos ter que urgentemente encaminhar uma solução para essa questão  
2127da eficiência energética. Com relação às dúvidas gerais sobre planejamento energético  
2128etc., e também foram colocadas dúvidas sobre a tarifa, eu até preferi que  
2129mencionassem no meu currículo a minha passagem por regulação econômica da  
2130ANEEL, porque eu trabalho com tarifa há mais de 30 anos, e não consigo esclarecer  
2131a todos, apesar de conhecer bastante do assunto, porque realmente precisamos  
2132trabalhar juntos, não ficar um de cada lado, trabalhar todos do mesmo lado, e ainda  
2133assim, vocês vão ver que é difícil de entender aquela questão.

2134

2135

2136**O SR. RAUL SILVA TELLES VALE (ISA)** – Muito bem. Dado ao adiantado da hora,  
2137e a fome de todos, eu agradeço a oportunidade, e acho que foi rico o debate e pode  
2138ser muito mais. Talvez o CONAMA possa aprofundar em alguns aspectos do que foi  
2139falado hoje, e houve várias convergências da platéia, a própria Mesa sobre vários  
2140pontos, a necessidade de aprimorar a eficiência energética, a necessidade de se  
2141discutir como estamos, e como vamos gastar a nossa energia hoje, em futuro  
2142próximo e daí decorrer outras fontes de energia, que gerem menos custos  
2143socioambientais. Eu acho que um aspecto que nós não conversamos tanto, mas que  
2144foi reprisado pela platéia, que de fato hoje nós temos... O nosso custo de geração é  
2145um custo falso mesmo, principalmente da hidroelétrica, porque nós sabemos que  
2146apesar de vários esforços, apesar de termos avançado nas última duas décadas,  
2147estarmos externalizando uma grande parte dos custos derivados da geração  
2148hidroelétrica. E volto a dizer, expandindo isso para a Amazônia, isso ficará mais  
2149patente, e é difícil no licenciamento, mesmo fazendo um estudo, conseguir  
2150internalizar tudo isso, e se fosse internalizado, possivelmente várias dessas  
2151hidroelétricas que estão sendo licenciadas, não seriam, ou seja, aí é uma questão  
2152de planejamento. Se o concessionário tiver que cobrir todos os custos decorrentes,  
2153por exemplo, de se acabar ou diminuir drasticamente a pesca ao longo do Rio  
2154Amazonas, em função da hidroelétrica do Madeira, aquela hidrelétrica não é  
2155construída. Então a nossa discussão é se nós queremos fazer isso. Quem vai pagar  
2156o custo? Não é justo que fique apenas com a população da Amazônia, com os  
2157atingidos diretamente pelas barragens. Essa é uma discussão que nós já vimos  
2158fazendo há algum tempo e tem que se aprofundar sobre como socializar de fato,  
2159custos que são para benefícios que são sociais, e a sociedade vai decidir se quer  
2160assumir os custos ou não. Eu acho que a mesma discussão tem a ver com as usinas  
2161nucleares. É uma discussão super polêmica, por várias razões, principalmente pelo  
2162que foi colocado aqui, que em nenhum lugar do mundo conseguimos resolver a  
2163questão do lixo, ou seja, o que fazemos com esses rejeitos, eles são radioativos por  
2164muitas gerações, ainda não há um local seguro para guardá-los, que se tenha  
2165certeza que não vai ser problema, e ainda há o risco de acidentes imediatos na  
2166operação, só que nós tendemos a colocar as usinas nucleares longe de nossas  
2167casas. Vamos colocar na costa, vamos colocar em alguns lugares no nordeste,  
2168então eu acho que... Eu sempre falo para polemizar, que se a discussão sobre usina  
2169nuclear tem que ser feita, mas tem que ser o seguinte, “Bom, vamos colocar usinas  
2170nucleares próxima dos centros consumidores, que aí sim o cidadão, que está  
2171utilizando aquela energia, sabe o custo real, o custo é a minha ameaça, o meu risco

2172de sofrer com as consequências dessa usina nuclear”, e aí, avaliar se quer ou não  
2173sofrer esse risco, em função de ter mais ar-condicionado, ter mais uma planta de  
2174alumínio perto de minha casa, em função do total do modelo econômico brasileiro,  
2175que gera uma demanda por energia. Então eu agradeço a oportunidade, e espero  
2176que tenhamos outras oportunidades como essa, para discutir outros temas  
2177estratégicos.

2178

2179

2180**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Bom, o senhor  
2181quer fazer... Rapidamente, por favor.

2182

2183

2184**O SR. PAULO ALTAUR P. COSTA (MME)** – É só um ponto que eu me esqueci de  
2185destacar. A geração hidráulica, as fontes de geração, as outras, a vida útil é entre 20  
2186a 30 anos, a geração hidráulica, o contrato de venda de energia é 30 anos, e nesse  
2187período, o investimento é amortizado, e a vida útil dela é para mais de 150 anos.  
2188Isso no futuro vai representar um fator de distinção para o nosso país, em relação ao  
2189resto do mundo. Todo esse potencial de geração hidráulica que foi construído, vai  
2190estar disponível sem a sociedade precisar pagar mais por essa energia. Ela vai  
2191pagar custo de operação e manutenção, e isso é uma coisa fantástica.

2192

2193

2194**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Eu preciso  
2195encerrar a reunião. Então é o seguinte. Primeiro eu quero agradecer os palestrantes  
2196e os debatedores, e agradecer o esforço da Secretaria Executiva do Ministério do  
2197Meio Ambiente em apresentar esse formato de painel. Como eu disse inicialmente,  
2198se trata do primeiro painel, e a opção de discussão aqui foi de matriz energética com  
2199foco na geração da matriz elétrica. Nós estamos falando de geração de energia  
2200elétrica, não foi o foco discutir matriz energética enquanto combustíveis, não foi o  
2201foco, discutir, por exemplo, transmissão, que é outro assunto extremamente  
2202importante. Não foi o foco discutir integração regional estratégica do Brasil como, por  
2203exemplo, América do Sul. O que significa isso no sistema interligado nacional, do  
2204ponto de vista dos ativos ambientais. Não foi esse o foco. O foco, nós temos sempre  
2205que nos lembrar, que o CONAMA discute as questões ambientais. A competência de  
2206fazer o planejamento de energia do país é do Conselho Nacional de Política  
2207Energética. Entendemos que nós devemos abraçar o debate desses chamados temas  
2208estratégicos, por conta das implicações ambientais, e como a questão ambiental  
2209pode influenciar para o aperfeiçoamento desses programas, reduzindo os custos  
2210socioambientais, e qual a envergadura dessas questões ambientais, que vai desde o  
2211debate local, até a questão climática nesse caso. Então você tem uma envergadura  
2212de formulação de problema e de apropriação de custos, que é absurda e de uma  
2213diversidade de conjunto de sistemas que são impactados, desde a lógica do  
2214concessionário, a lógica do planejador, e a lógica daquele que vai efetivamente fazer  
2215a obra, ou que vai trabalhar com desenvolvimento tecnológico, como é que amortiza  
2216isso, ou qual o perfil do mercado que pode ser atendido. A energia fotovoltaica  
2217atende a população isolada e não tem como atender no curto prazo, em função dos  
2218desafios que o Brasil tem, mesmo subsidiando, comparando com o óleo  
2219combustível, que é o mais caro, teria que subsidiar cinco vezes o valor para poder  
2220tornar isso competitivo em uma escala complementar e não de geração de base. Há  
2221uma leitura que foi colocada, sobre a mudança da visão da matriz energética  
2222brasileira, em relação à térmica e a visão no conceito de segurança energética,  
2223exatamente pós-crise de energia elétrica. Então é importante nós entendermos,

127

128

2224obviamente que o espaço dedicado, o tempo dedicado não possibilita o  
2225esgotamento por parte do Ministério de Minas e Energia, de fazer um amplo debate  
2226sobre todos os aspectos que guardam o planejamento energético desse país. Mas  
2227entendo que foi o primeiro passo, e um passo importante para sinalizar 3 questões:  
2228Uma, é necessário aproximar o planejamento ambiental do planejamento energético,  
2229mais do que é feito hoje. A despeito do fato do setor elétrico ter grandes avanços no  
2230manual de inventário, nos procedimentos de estudo de viabilidade etc. É necessário  
2231ter essa aproximação do diálogo institucional, reconhecendo a diversidade do país, e  
2232reconhecendo a diversidade, não apenas socioambiental, mas também econômica e  
2233energética. Então é importante ter essa aproximação para que possamos, na  
2234realidade, buscar soluções que sejam factíveis. Muitas factíveis no contexto da  
2235realidade brasileira, e não da realidade de outros países. Essa é a primeira questão.  
2236A segunda questão, que para mim ficou muito clara, é a necessidade também, de  
2237nós termos esse conselho, ter a maior integração com o Conselho Nacional de  
2238Recursos Hídricos, no que diz respeito à geração de energia hidrelétrica, e os  
2239múltiplos usos, e qual é a visão estratégica, que esses dois sistemas, no caso do  
2240Ministério do Meio Ambiente vem conduzindo do aprimoramento da leitura das  
2241variáveis ambientais, vis-à-vis, apropriação por outras políticas públicas. E aqui, tem  
2242uma questão de fundo importante, porque é de interesse estratégico assegurado  
2243pela nossa constituição, tanto a questão ambiental, quanto a questão energética. As  
2244duas políticas são de interesse da sociedade brasileira, e tem cláusulas  
2245constitucionais definidas para as duas. Então nós não estamos falando nada  
2246secundário, estamos falando de coisas essenciais para o processo de  
2247desenvolvimento sustentável desse país, e que tem uma resposta, e um papel  
2248estruturante e necessário para a sociedade brasileira. A terceira questão, é que  
2249também me parece que ficou claro, é que nós temos um momento de passivos,  
2250ainda temos passivos que precisam ser discutidas, realidades regionais que talvez  
2251esse debate, esse debate ser aprimorado em Câmaras Técnicas, em questões mais  
2252específicas, mas temos uma visão propositiva, quais os novos desafios de fronteira  
2253de geração de energia nesse país, considerando todos os requisitos que  
2254fundamentam o planejamento energético, que não é só o custo. Isso é importante,  
2255embora o modelo sinalize, o modelo aprovado pelo Congresso Nacional, são duas  
2256Leis, sinalize a questão tarifária como uma das âncoras desse processo, mas não é  
2257única âncora. Existe um conceito de segurança energética bastante importante, que o  
2258país aprendeu de uma maneira diferenciada do que vinha aprendendo nos últimos  
225920 anos, pós-crise de energia elétrica. E existe também uma diversificação da  
2260apropriação de geração de energia elétrica no país, vis-à-vis os patamares  
2261tecnológicos, então você também tem requisitos importantes, que influenciam a  
2262decisão com base em cenários com o planejamento que o setor elétrico faz.  
2263Cenários esses que tem as questões ambientais tratadas condicionantes que  
2264restringem algumas opções que poderiam ser colocadas como cenários de  
2265planejamento, muitas são excluídas, ajustante ou à priori, por conta das variáveis  
2266socioambientais. Se são as melhores não sabemos, talvez possamos aprimorar e  
2267discutir isso da melhor forma. É também evidente, que toda a discussão não está  
2268limitada ao licenciamento ambiental, e mais uma vez a importância do resgate da  
2269função do planejamento ambiental e planejamento hídrico desse país. Para falar  
2270com quem faz planejamento, nós temos que ter planejamento, e temos que ter uma  
2271postura mais propositiva, do ponto de vista estratégico, sabendo como os nossos  
2272ativos podem contribuir para as soluções mais vencedoras, do que soluções que são  
2273colocadas hoje muitas vezes em relação a um passivo, em relação a uma postura  
2274reativa. O que não é isso, é que se busca no desafio da agenda ambiental brasileira,  
2275e na agenda de recursos hídricos no Brasil. Temos oportunidades ímpares, quando

2276se discute energia com hidrovía. Agora, qual é a visão do desenvolvimento regional,  
2277que muitos Ministérios têm, e inclusive o Ministério do Meio Ambiente tem sobre  
2278determinados aproveitamentos hidrelétricos, e a ocupação de território, que muitas  
2279vezes não se deseja e, portanto, não se viabiliza a hidrovía. Aí se confere com isso,  
2280um quadro para se tiver rodovias em regiões sensíveis. Então esse debate tem que  
2281ter outros patamares e outros lócus institucional, que não é dentro de conselho  
2282consultivo, não é só na tecnocracia que está dedicada a fazer o planejamento, e que  
2283tem a responsabilidade de fazê-lo, tanto do seu lado como do nosso lado. Eu  
2284entendo que o CONAMA poderá se debruçar sobre temas que possam, da agenda  
2285ambiental, contribuir para essa convergência de visões de políticas públicas e de  
2286gerações de insumos, tanto na visão sobre geração, quanto na visão de onde usar  
2287essa energia e como usar essa energia. O planejamento sempre tende a ser  
2288determinístico, mas existe uma ante sala, antes do determinismo, que é o da  
2289formulação estratégica e das opções sustentáveis da sociedade, e nós que pagamos  
2290a conta no final de linha. Todos nós, inclusive o setor elétrico. Então fica um  
2291aprendizado desse debate, de sua exposição, do que o senhor comentou, em  
2292particular sobre o concessionário, o que o mercado reage, como é que ele reage, o  
2293que ele quer, onde ele vai ganhar mais dinheiro, é da natureza do mercado, ele não  
2294é geneticamente modificado para não ganhar dinheiro, não se faz filantropia, e por  
2295outro lado a sociedade também determina que além do passivo, nós temos uma  
2296visão estruturante para debater sobre o uso sustentável dos recursos, e apropriação  
2297desses custos, para tornar mais transparente e mais objetiva, a escolha sobre fontes  
2298de energia alternativa nesse país, e a apropriação desses custos para tornar mais  
2299transparente e mais objetiva, a escolha sobre fontes de energia alternativa nesse  
2300país. Acho que esse é o nosso propósito, e a nossa regulação evolua nessa direção.  
2301Então eu entendo como próximos passos, que a Secretaria Executiva do Ministério  
2302do Meio Ambiente proporá o desdobramento para o CONAMA, desta discussão. Eu  
2303acho que tem um Day After, como nós podemos trabalhar e sempre nos limites da  
2304competência deste conselho. OK. Ou seja, eu não vou discutir tarifa por tarifa, não é  
2305minha função discutir tarifa, é minha função discutir os custos ambientais e como  
2306isso pode impactar as tarifas. Eu não estou discutindo o modelo tarifário, eu estou  
2307discutindo os modelos socioambientais que poderão impactar no futuro, essa visão  
2308da construção da tarifa, principalmente quando a fronteira de geração de energia fica  
2309cada vez mais remota. Então é diferente do que era há 30 anos. Tampouco nós  
2310vamos gerar 100% de energia como a França fez, porque quando a França fez não  
2311tinha a conscientização socioambiental e outros valores não estavam presentes para  
2312a escolha de geração hídrica na época, naquele país. Hoje eles não gerariam 100%.  
2313Mesmo em situações de rios diferenciadas, a mesma coisa na Alemanha, e a  
2314mesma coisa em outros países que tiveram o aproveitamento hídrico, mesmo  
2315Portugal, que hoje importa 30% da energia da vinda da Espanha, que tem  
2316problemas de estabilidade quanto à geração hídrica e nuclear. A discussão de  
2317nuclear promete, eu acho que temos que ter cuidado com os lobs a favor e contra  
2318usando a questão climática, mas tem que ser uma serena sobre opções de geração  
2319de energia no Brasil. Mas o cenário está dado, 2030 ou 2025, ou 2035, colocando a  
2320incerteza. É um pouco o limite da sociedade. Se 2030 é o limite, significa que essa  
2321discussão tem que estar consolidada em 2020, para poder ter todos os  
2322desenvolvimentos olhando 2030. Quando estaremos fazendo, possivelmente o  
2323último ciclo de geração de energia hídrica desse país, a partir de 2020, se seguir  
2324isso que o setor quer. Se é 2020, significa a discussão vai acontecer no máximo a  
2325partir de 2015 sobre essas novas fontes. Então tem pouco tempo, tem 5 anos esse  
2326processo. Como ocorre antes de 2020 e 2030, o próximo Governo é essencial para  
2327o debate e sobre a estruturação de cenários que sejam sólidos sobre a nova

2328geração de energia no Brasil. Então nós não estamos falando... Quando se fala em  
23292030 é o final. A discussão, estruturação do processo é no próximo Governo, do  
2330ponto de vista dessas mudanças institucionais. Especificamente aqui sobre o  
2331CONAMA, a minha sugestão de encaminhamento é que nós façamos uma síntese  
2332dessas questões. Têm perguntas que foram colocadas posições de toda a  
2333diversidade possível, e podemos propor um debate talvez em Câmara Técnica,  
2334como o Day After, a respeito... Talvez com foco em geração térmica, escolher ou  
2335eficiência energética, um, ou dois, ou três temas, e se debruçar em um nicho  
2336especializado, com as implicações regionais, ou enfim, qual o interesse propõe que  
2337a Secretaria Executiva do Ministério faça essa oferta ao Plenário, e possa  
2338equacionar, talvez até amanhã, antes de terminar essa reunião. Ou seja, deliberado  
2339o processo dessa natureza. E a segunda questão é sobre o que debater mais.  
2340Gostaria de sugerir aos senhores, que o próximo debate, o próximo painel, fosse  
2341também algo ligado à energia, mas o uso múltiplo da água. Na verdade, olhar o lado  
2342de cá da moeda. E seria importante que o pessoal da Secretaria de Planejamento  
2343Energético do Ministério de Minas e Energia, além dos membros do CONAMA,  
2344estejam presentes para ouvirem o debate sobre a formulação de uso múltiplo da  
2345água, e como a Agência Nacional de Águas está trabalhando essa natureza  
2346estratégica dos planos das bacias federais. Porque não é o uso pelo uso, mas é o  
2347uso de uma agenda de desenvolvimento. Com essa convergência toda de temas, e  
2348oportunidades que o Brasil tem de conciliar. Eu acho que essa troca certamente será  
2349favorável para influenciar, por exemplo, os debates do Conselho Nacional de Política  
2350Energética, ou seja, trabalhar isso em outra por perspectiva. E por fim, a questão do  
2351petróleo e gás que foi colocada pelo Pedro Ubiratan. Os custos de petróleo tendem  
2352a serem maiores porque o custo de petróleo é muito mais caro que gerar a energia  
2353elétrica, é da natureza do business, mas eu acho que também que não haja  
2354nenhuma dificuldade, de talvez abordar a questão do gás no contexto, quais as  
2355demandas, porque a geração térmica se vier com gás, vem com que patamares, e  
2356discutir o que a exploração e produção de petróleo e gás no Brasil sugerem para os  
2357próximos anos em torno da matriz de combustíveis, que é uma questão importante,  
2358e da matriz elétrica propriamente dita, que é exatamente a tentativa de incremento  
2359maior do uso do gás, reduzindo o custo do gás ter um quadro regulatório claro, e  
2360transparente, e por outro lado, se há a oportunidade para excluirmos  
2361progressivamente, fontes mais sujas como carvão, como óleo diesel, enfim é o  
2362desejo de todos nós. Eu acho que o Brasil não precisa gerar energia elétrica causo  
2363ande gradação ambiental, e nem tampouco fazendo o uso de fontes sujas, embora  
2364esse puríssimo não seja 100%. Eu acho que o Machado, e Volney, vocês vejam o  
2365melhor cenário para nós propormos o Day After, e sugeriria se não houver nenhuma  
2366objeção dos senhores, que nós fizéssemos, se for o caso uma extraordinária, um  
2367debate mais tranquilo com a parte de recursos hídricos, porque é um material  
2368extremamente valioso, e eu tenho certeza que vai surpreender a todos  
2369positivamente, especialmente nos estudos da margem direita do Amazonas, traz  
2370questões essenciais para essa questão de sustentabilidade, na nova fronteira, ou na  
2371de energia elétrica de uso de transportes da Amazônia brasileira, e de uso do  
2372território. E todos esses processos resultam depois na decisão do Sr. Presidente da  
2373República, então o processo de tomada de decisão, depois é convergente de quem  
2374é a pessoa que vai acolher como acolheu no caso do Araguaia e Tocantins, a  
2375exclusão do médio Araguaia para geração de energia elétrica. Foi excluído em  
2376função de outros usos. Muitos de uma decisão que o próprio Conselho de Ministros  
2377acolheu e disse que realmente o Presidente foi determinante nisso, e é um estudo  
2378da Agência Nacional de Águas, aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos  
2379Hídricos. Acho que nós temos que nos apropriar mais desse ativo de planejamento

2380ambiental que está sendo tornado disponível, e mudarmos com isso, o patamar de  
2381debate nesse conselho. Quero agradecer a todos, O Dr. machado e Volney  
2382coordenarão... Voltam às 14:30h, e voltam depois com a proposta de como  
2383encaminhar formalmente essas discussões, além da pendência da discussão sobre  
2384a proposta de emissão associadas à térmicas, como isso pode ser retomado no  
2385âmbito técnico. Embora tenhamos o parecer da AGU julgando inconstitucional toda  
2386essa decisão. Obrigada senhores, e boa tarde.

2387

2388

2389(*Intervalo para almoço*).

2390

2391

2392**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Boa tarde a todas e a todos. Bem, nós vamos  
2393retomar, então, a sessão do CONAMA. Como ainda não temos o quórum e  
2394precisamos ver aí o momento que teremos quorum para deliberar, mas nós temos  
2395que seguir a pauta para que consigamos vencê-la com bastante eficiência ao longo  
2396da tarde de hoje e preferencialmente até a primeira metade do dia de amanhã e  
2397vamos fazer um esforço concentrado para isso. Como o item 3 implica em  
2398aprovação da ata da 98ª Reunião Ordinária, nós vamos pular esse ponto nesse  
2399momento, vamos esperar que a Secretaria Executiva nos der condição de quórum  
2400para votarmos a ata e aí voltaremos ao item 3. Então, eu vou passar a palavra ao  
2401Secretário Executivo para ele comentar quais são os pontos que nós vamos tocar  
2402agora a partir do item 4. Com a palavra o Nilo para fazer esse encaminhamento.

2403

2404

2405**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Boa tarde a todos. Nós vamos,  
2406então, passar ao item 4 da pauta, que é a apresentação e posse dos novos  
2407Conselheiros. Vou fazer a leitura, Presidente, do nome da instituição e a função de  
2408titular ou suplente que cada um assume nesta 99ª Reunião: Anna Claudia Pardini  
2409pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como  
2410suplente, que está aqui presente e seja bem-vinda. Francisco Campos de Abreu,  
2411Ministério da Integração Nacional, como titular, ainda não está presente. Ângelo  
2412Ramalho do Ministério da Pesca e Agricultura, como suplente; Ana Elenara da Silva  
2413Pintos pelo Ministério do Esporte, como titular; Rogério Gedeon de Araujo, como  
2414suplente, também pelo Ministério do Esporte, não estão aqui presentes? Apenas  
2415lembrando que o Ministério dos Esportes está naquele período em que não está  
2416podendo votar na Plenária em função de um período de ausência de 3 reuniões  
2417seguidas, mas de toda forma a participação, enfim, e a palavra pode ser usada sem  
2418problema nenhum, só lembrando que tem esse detalhe aos novos Conselheiros pelo  
2419Ministério do Esporte e pelo que eu sei antes do final do ano eles já voltam a ter o  
2420direito de participar também nas votações. Airton Costa do Amaral, Ministério do  
2421Trabalho e Emprego, como titular; Cristina Antonieta de Mariz Dantas Del Bosco  
2422pelo Ministério de Ciências e Tecnologia, como titular; Maria Cristina Viana Braga,  
2423Ministério de Ciências e Tecnologia, como suplente; Márcio Bastos Medeiros pelo  
2424Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como suplente. Pelos Governos  
2425Estaduais: José Volnei Bisognin, Governo do Estado do Paraná, como suplente;  
2426José Gotardo Emerenciano, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, como  
2427titular; Ivaldo Mário Cavalcante Brandão, Governo do Estado da Paraíba, como  
2428suplente; Eliana Ferreira Bermudez, Governo do Estado do Distrito Federal, como  
2429suplente, Governo do Distrito Federal; Renato Cunha pelas Entidades  
2430Ambientalistas da Região Nordeste, pela Fundação Onda Azul, está ali presente, é  
2431conhecido como membro da ONG Gambá da Bahia, mas o Gambá hoje entrou em

2432 uma Onda Gambá Azul. Luiz Drude de Lacerda pela Comunidade Científica, como  
2433 suplente; Paulo Artachi, titular, está aqui presente; Milton Sussumu Nomura é o  
2434 coronel que representa, como titular, comandantes gerais das Polícias Militares e  
2435 Corpos de Bombeiros Militares, CNGC, e também por essa instituição Marcelo Robis  
2436 Francisco Nassaro, como suplente, e Davi de Souza Silva também como suplente.  
2437 Pelas entidades empresariais: Tatiana Machado Dunshee de Abranches pela  
2438 Confederação Nacional do Comércio, como suplente. Então, são esses os novos  
2439 Conselheiros, nós damos boas-vindas a todos que tenham aqui no CONAMA uma  
2440 boa experiência durante esse próximo período. Obrigado. Presidente passamos  
2441 então aqui, brevemente, a um encaminhamento da Secretaria Executiva apenas que  
2442 se trata do seguinte: nós tínhamos tramitando no CONAMA uma moção proposta  
2443 pelo Governo do Distrito Federal apresentada na reunião anterior ordinária referente  
2444 ao Sistema Distrital de Unidades de Conservação, SDUC, e por ter sido aprovada a  
2445 Lei Complementar 827/2010, agora no final do mês de julho. Então, aquela moção já  
2446 em acordo com a Conselheira que representa o GDF aqui no CONAMA, que é a  
2447 Lila, a nossa querida companheira está ali atrás, Luiza Alice, nós recebemos dela  
2448 uma autorização para que essa moção fosse arquivada, porque ela perdeu a função,  
2449 uma vez que a lei foi aprovada. Entretanto, já tenho aqui a Mesa uma nova moção  
2450 referente ao mesmo assunto, agora com respeito aos vetos que a lei sofreu por  
2451 parte do Governador do Distrito Federal. Então, oportunamente daqui a pouco no  
2452 item 7 da pauta nós vamos dar, formalmente, entrada a essa moção para que seja  
2453 eventualmente apreciada ainda nessa reunião. Então, esse é o único  
2454 encaminhamento da Secretaria Executiva que pelo menos eu tenho aqui a mão e  
2455 passaríamos agora, Presidente, ao item 6 da pauta, que é a Tribuna Livre para a  
2456 qual nós já temos algumas inscrições.

2457

2458

2459 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Bem, nós temos 7 inscrições e como a previsão é  
2460 de 15 minutos no total, teríamos 2 minutos e pouco para cada um, mas nós vamos  
2461 ser tolerantes e observar o tempo de 3 minutos para que todos possam dar o seu  
2462 recado. Então, queria, pela ordem de inscrição, chamar o Coronel Paulo Amaral, que  
2463 representa o Exército Brasileiro.

2464

2465

2466 **SR. PAULO AMARAL (Exército Brasileiro)** – Senhores membros do CONAMA,  
2467 boa tarde. Sou o Coronel Paulo Amaral do Exército Brasileiro e hoje estamos  
2468 comemorando, nas nossas organizações militares, o dia do soldado. Então, pedir  
2469 aqui para dar uma notícia muito breve sobre o Exército Brasileiro e o trato da  
2470 questão ambiental. O meio ambiente é tratado pelo Estado do Exército com sede no  
2471 Quartel General no Setor Militar Urbano, onde nós pretendemos convidar a Ministra  
2472 Isabela para em breve testemunhar ali o Termo de Adesão do Exercício Brasileiro a  
2473 Agenda Ambiental da Administração Pública, (...), para isso e educar o nosso  
2474 público interno, criamos na página do site do Exército, [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br). Próximo  
2475 slide, por favor. Ali ele coloque, então, para o nosso público toda essa questão  
2476 ambiental e nos orgulhamos de ter as áreas sob nossa responsabilidade como uma  
2477 das mais bem preservadas e como falamos que uma imagem vale mais que mil  
2478 palavras. Os senhores podem ver em torno das nossas áreas edificações e a área  
2479 mais verde, aquela da esquerda do Campo de Instrução do (...) no Rio de Janeiro,  
2480 quem descer no Galeão olha para direita e vai ver uma área verde, no entorno  
2481 daquele monte de edificações é a área sob a guarda do Exército. Nosso Centro de  
2482 Instrução de Guerra na Selva em Manaus. Outra área. E com isso também queria  
2483 dizer que nós estamos publicando nessa data aí algumas revistas para nossos

2484alunos dos nossos estabelecimentos de ensinos, que fala sobre o meio ambiente,  
2485quem quiser alguma cópia eu tenho e também publicando na Revista Verde Oliva,  
2486no idioma português, inglês e espanhol, notícias do Exército no Meio Ambiente.  
2487Vamos fazer um Seminário em Manaus no ano que vem, em maio, que trata dos  
2488Exércitos Americanos e o meio ambiente, inclusive abordando um tema da nossa  
2489missão no Haiti. Bom, eu teria mais 1 minuto. Obrigado. E a onça da Amazônia  
2490agradece e tenho aqui 1 minuto, se pudesse iniciar um vídeo que tenho aqui e no  
2491término de 1 minuto pode cessar o vídeo. Obrigado.

2492

2493

2494*(Apresentação do vídeo). (Palmas!).*

2495

2496

2497**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Nós extrapolamos o tempo de 3 minutos, mas  
2498acho extremamente justificável em homenagem ao dia do soldado e ao nosso  
2499glorioso Exército Brasileiro.

2500

2501

2502**O SR. DONIZETE TOKARSKI (ECODATA)** – Sr. Presidente, senhoras e senhores  
2503Conselheiros, a Ministra Isabela hoje fez aqui algumas considerações sobre o grave  
2504quadro que nós encontramos com relação aos incêndios no Brasil e quero destacar,  
2505senhor Machado, especialmente a questão do cerrado. Nós temos hoje inúmeros  
2506focos de incêndio e estamos vendo, não exatamente da forma que foi colocado aqui  
2507hoje, que tudo já foi feito para combater, mas estamos vendo que estamos sendo  
2508surpreendidos pela quantidade de incêndios que estão ocorrendo e pelos desastres  
2509que estão acontecendo, principalmente como aconteceu em Marcelândia no Mato  
2510Grosso, mas os parques, as principais reservas da biodiversidade brasileira sendo  
2511destruídas, como o Parque Nacional das Emas, como o Parque do Lajeado, como o  
2512Parque do Araguaia, da Ilha do Bananal, a Serra Dourada em Goiás Velho e tantos  
2513outros monumentos sendo destruídos por falta de uma ação que antecipasse esse  
2514desastre. Eu quero dizer que ano que vem, no mês de janeiro, fevereiro e março,  
2515nós vamos ver os principais jornais do país que vão acontecer enchentes em São  
2516Paulo, desmoronamento em Petrópolis, no Rio de Janeiro, Salvador, infelizmente  
2517vamos ver essas manchetes, mas não gostaria de ler de novo as manchetes dessa  
2518quantidade de incêndios que estão acontecendo no Brasil afora, face ainda uma  
2519ação desarticulada do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos diversos  
2520Ministérios que têm competência para trabalhar sobre esse assunto e solicitar ao  
2521Ministério do Meio Ambiente que no mês de abril ou maio do ano que vem nos  
2522apresente ao CONAMA já uma proposta de controle dos incêndios que, porventura,  
2523venham acontecer no ano de 2011, porque nós sabemos que muitas dessas ações  
2524podem ser combatidas, há de ser distribuído recurso com antecipação, há de ser  
2525feito um treinamento das equipes e estamos vendo os incêndios acontecendo e as  
2526equipes sendo treinadas ao mesmo tempo. Então, fazemos essa recomendação ao  
2527Ministério do Meio Ambiente e que no ano que vem, no mês de abril, maio, que já  
2528seja colocado como pauta da reunião que aconteça nesse período uma  
2529apresentação de um plano de combate aos focos de incêndios e que também seja  
2530apresentado ao CONAMA, como foi falado pela Ministra, sendo feita a perícia  
2531desses principais incêndios, que seja apresentada aqui que punição que esses  
2532indivíduos, que estão cometendo esses crimes ambientais, estão pagando também  
2533para que não recorram essa gravidade que está acontecendo em todo o Brasil, mas  
2534principalmente no cerrado. Obrigado.

2535

2536

2537 **A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu também acredito que imagens  
2538 valem mais que mil palavras e aí vou mostrar uma imagem interessante, que já foi  
2539 apresentada, de alguma forma, aqui anteriormente. Mas antes de iniciar essa  
2540 exposição, eu gostaria de lembrar que a bancada ambientalista já entregou 3  
2541 propostas de Resolução, eu, pela Mira-Serra, entreguei duas em outubro do ano  
2542 passado e não se tem ideia por onde tramita. Então, fico me perguntando qual é a  
2543 diferença de uma proposta de Resolução feita por uma entidade governamental, que  
2544 é célere, para uma não-governamental que desde outubro, quando foi entregue, não  
2545 se tem notícias. Então, fica aí o meu questionamento. Em segundo momento, por  
2546 gentileza, é o da Tribuna Livre. Essa imagem é do Rio Pelotas, vai ser retratado, se  
2547 Deus quiser, hoje a moção, ela mostra no canto abaixo a Usina Hidroelétrica de  
2548 Barra Grande e pretende-se fazer igual no trecho a montante, que é essa área  
2549 bonita que vocês estão vendo, cujo EIA/RIMA saiu recentemente e mostra que os  
2550 estudos apontam que é uma região de alta diversidade, de alta importância e na  
2551 hora do relatório, que é aquele que vai ser exposto para a população, diminui a  
2552 importância do local. Então, fica aqui mais um registro sobre a importância de  
2553 discutirmos os empreendimentos, principalmente esses das usinas hidroelétricas,  
2554 porque esse é o último espaço que sobrou do rio. Na oportunidade de moção, na  
2555 defesa, vou mostrar o perfil do rio Uruguai como está entupido de usinas  
2556 hidroelétricas já construídas e previstas. Esse é o único lugar, então, que se tem a  
2557 vegetação nativa, que deveria ser o local para as compensações ambientais  
2558 prometidas em 2004 para Barra Grande. Era isso. Obrigada.

2559

2560

2561 **O SR. RENATO CUNHA (ONDAZUL)** – Boa tarde agora. Eu só queria levantar uma  
2562 questão que temos visto na imprensa e algumas notícias que têm surgido, que o  
2563 MMA estaria fazendo uma revisão nos procedimentos de licenciamento, eu acredito  
2564 que é importante essa iniciativa claro, mas gostaria de saber como está sendo feito  
2565 isso dentro do Ministério, se o CONAMA está tendo algum processo aqui dentro  
2566 para ser descuido em alguma Câmara Técnica e tudo, porque acho que é uma  
2567 questão importante não só do CONAMA, mas todo o SISNAMA, os órgãos  
2568 estaduais, os Conselhos Estaduais, as Prefeituras atrás da ANAMMA também  
2569 participarem desse processo. Então, é mais uma pergunta para saber como está  
2570 sendo encaminhada essa discussão de novos procedimentos de licenciamento  
2571 ambiental que pelas notícias que temos visto não está acontecendo no âmbito do  
2572 Ministério. Era só para ter essa informação. Obrigado.

2573

2574

2575 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Obrigado Presidente. Boa  
2576 tarde a todos Conselheiros, é um prazer estar de volta a esta Plenária e o meu  
2577 primeiro comentário é justamente a observação feita com relação à condução da  
2578 Política Ambiental. É notório que vemos certa descontinuidade quando muda,  
2579 quando há mudanças de áreas de transição, zonas de transição de Governo e  
2580 infelizmente isso é característica dessa administração pública, mas vemos essa  
2581 descontinuidade e um bom exemplo que temos disso é o que se trabalhou aí nessa  
2582 década com relação às Conferências Nacionais de Meio Ambiente, os recursos  
2583 públicos investidos e agora parece que os resultados estão de lado, esqueceu,  
2584 talvez até esse excelente debate que tivemos hoje pela manhã, essas deliberações  
2585 têm muitas ideias lá, muito conteúdo que foram feitos por todos os segmentos da  
2586 sociedade. Eu estímulo que essas conferências tenham custado de recurso público  
2587 em torno de 30 milhões de reais e não se pode deixar de lado com relação a isso.

2588Então, vamos colocar aí uma proposição, no sentido de que sejam valorizadas mais  
2589essas Resoluções, seja dado o encaminhamento e conforme o compromisso público  
2590assumido por gestão anterior, no sentido de que essas Resoluções seriam objeto de  
2591avaliação pelo próprio CONAMA. O segundo ponto, Sr. Presidente, é que teve  
2592característica particular, mais que extrapola bastante até para o coletivo, é com  
2593relação a essa recente interpretação do Tribunal de Contas da União em  
2594caracterizar uma responsabilidade solidária aos Conselheiros Nacionais do Fundo  
2595Nacional do Meio Ambiente por decisão de 10 anos atrás, um projeto que teve  
2596aprovação sob condicionante, entretanto, devido há uma falta de documentação,  
2597acho que não foi fornecida a documentação suficiente para o TCU, essa situação  
2598está se desenvolvendo, temos aqui menos de 15 dias 15 pessoas, 5 Conselheiros  
2599de Organizações Não Governamentais, para fazer a defesa e uma coisa que está  
2600preocupando a gente, já falamos o assunto com a Ministra e já prometeu todo o  
2601apoio, mas está preocupando é que o tempo da defesa está se esgotando, temos  
2602menos de 15 dias e precisamos da documentação. O fato é que o Fundo Nacional  
2603do Meio Ambiente não dispõe, pelo menos não encontrou até o momento, a  
2604memória dessa reunião. Nós precisamos que a Secretaria Executiva nos auxilie  
2605nessa questão, por que o que caracteriza isso? Pode ser um precedente muito  
2606perigoso, se esse assunto evoluir pode inibir a própria participação do controle  
2607social, se começar a caracterizar como responsabilidade solidária qualquer decisão,  
2608principalmente essa que foi um projeto, um convênio assinado e desenvolvido 5  
2609anos depois e é uma coisa bastante preocupante. Eu gostaria muito da atenção do  
2610Ministério em dar apoio aos membros da Sociedade Civil que participaram naquela  
2611época, dedicaram dias de sua vida para colaborar com a administração pública.  
2612Então, esse é o apoio do Ministério. Obrigado.

2613

2614

2615**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Posso garantir ao Solon que esse apoio está  
2616assegurado. Passo a palavra a Fernanda Messias.

2617

2618

2619**A SRª. FERNANDA MESSIAS (MDIC)** – Boa tarde colegas Conselheiros. É uma  
2620honra estar aqui hoje para fazer um convite para os senhores, eu gostaria de  
2621convidar a todos a visitar a Bienal Brasileira do Designer, que irá acontecer entre o  
2622dia 14 de setembro e 31 de outubro na cidade de Curitiba. O tema é Designer,  
2623Inovação e Sustentabilidade e foi construído para ser o debate mais maduro que já  
2624tenhamos conduzido no Brasil e talvez os melhores que já vi no mundo e tive  
2625oportunidade. Hoje de manhã a Ministra falou sobre todos esses projetos de  
2626sustentabilidade, a Política Nacional do Meio Ambiente e todas as políticas conexas  
2627a esse novo desafio que a sociedade vive. Eu sei que todos os presentes são  
2628batalhadores desse tema e lutam para que isso seja de fato uma nova realidade,  
2629mas é uma tendência inevitável hoje produtiva e essa Bienal foi concebida a partir  
2630de um Termo de Referência, que foi feito pelo Ministério e aprovado pelo Comitê de  
2631Orientação Estratégica e desenvolvido de uma forma sistêmica em 3 eixos, que  
2632foram materiais, processos e atitudes, e ele está sendo apresentado em 9 painéis e  
2633amostras que é menos como fazer apresentando produtos que apresentam de forma  
2634simples e funcional a revisão na utilização de materiais, gota a gota, produtos  
2635redutores ou economizadores no consumo de água, liga e desliga, produtos  
2636desenvolvidos para lógica de maiores cinto energética que talvez possa subsidiar o  
2637programa que foi citado hoje pela manhã, diz-me de onde vens, produtos que  
2638utilizam materiais de baixo impacto ambiental, a que será que se destina produtos  
2639com soluções de menor impacto ou pós-consumo. Por uma vida melhor, produtos e

2640soluções mais sustentáveis para a mobilidade, inovar, ênfase na invasão para a  
2641sustentabilidade, novíssimos, que são os novos talentos brasileiros; atitude, como eu  
2642falei a vocês e comunicação para sustentabilidade. Nós acreditamos que essa  
2643Bienal, aliás, está vindo o Rei da Dinamarca para a abertura e a Dinamarca está  
2644trazendo para cá uma exposição interessante que trata da questão de atitude no uso  
2645cotidiano e vão apresentar brinquedos com cordas, que não utilizam pilhas e  
2646diversas soluções que hoje já tem disponíveis no Brasil, soluções brasileiras nesse  
2647evento. Na sexta-feira, as 10h30 da manhã no MDIC, a curadora vai estar aqui  
2648fazendo uma prévia, uma apresentação da Bienal para algumas autoridades e  
2649gostaria de convidar os senhores, todos receberam, devem ter recebido já em seus  
2650e-mails esse convite para participar dessa reunião, para conhecerem, porque sei  
2651que nem todos poderão ir a Curitiba, apesar de que vale a pena, para que vocês  
2652saibam o que está acontecendo no Brasil, que essa discussão madura está  
2653acontecendo e que agora tenhamos um arcabouço de produção e consumo  
2654sustentável para poder dar uma plataforma de políticas públicas. Quem puder  
2655participar vai ser um grande prazer e peço apenas que confirmem, porque conforme  
2656a quantidade de pessoas nós vamos localizar lugares maiores ou menores. Muito  
2657obrigada. (*Palmas!*).

2658

2659

2660**O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (ONG Novos Curupiras)** – Boa tarde.  
2661Saudar o nosso Presidente da Reunião, Machado, Nilo e demais conselheiros. Não  
2662seria diferente se não viesse pautar aqui um acontecimento que diria que vai ser um  
2663marco dentro do processo de organização e articulação da relação de interesses  
2664que foi fruto também da bola da vez, que é essa questão do próprio Belo Monte,  
2665dentro dessa discussão. Hoje começa o encontro, lamentavelmente, nós  
2666convidamos algumas entidades da região para estar aqui presente e aí pelo  
2667acontecimento também paralelo do dia 25 a 27 de agosto, 600 lideranças sociais  
2668indígenas vão discutir no Encontro de Populações Afetadas e Ameaçadas por  
2669projeto de Usina no rio Madeira Teles Pires Tapajós e Xingu. Então, ao mesmo  
2670tempo em que nós estamos pautando aqui e pela parte da manhã discutimos a  
2671Matriz Energética e os projetos das hidroelétricas, lá o movimento está se organizando  
2672como movimento de resistência aos projetos de construções de hidroelétricas em  
2673biomas da Amazônia. A realização é do Movimento Xingu Vivo para Sempre aliança  
2674Movimento Tapajós Vivo, Movimento de Defesa do Rio Teles, Movimento de Defesa  
2675do Madeira Vivo, Movimento de Atingido de Barragem, (...), FAO, FPT, Fórum da  
2676Amazônia Ocidental em frente em defesa da Amazônia e demais entidades. Então,  
2677isso demonstra o grau de importância da temática e o grau de responsabilidade que  
2678devemos ter com tal assunto aqui no CONAMA e no Brasil. Outro ponto que eu  
2679quero destacar, Nilo, nós, no primeiro semestre desse ano, discutimos o  
2680zoneamento econômico e ecológico da BR 163 e algumas recomendações... Nós  
2681discutimos aqui sobre as recomendações, sobre o zoneamento econômico e  
2682ecológico da BR 163 e foi feito, por esse Plenário, várias recomendações, nós  
2683gostaríamos de saber o acompanhamento de tal recomendação, em que pé está,  
2684como o Governo do Estado do Pará está tocando esse assunto para que possamos  
2685estar monitorando tal ação. Obrigado.

2686

2687

2688**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito bem, encerramos essa fase. O Secretário  
2689Executivo tem alguns esclarecimentos a fazer a respeito de questionamentos que  
2690foram feitos. O Volney vai falar sobre a questão do licenciamento.

2691

2692 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não estava aqui no momento da fala  
2693 do representante, o Conselheiro Renato, é sobre esse aspecto. É só para informar  
2694 que eu conversei com o Dr. Renato dizendo que o objeto da indagação, é que tinha  
2695 sido uma reportagem da folha de São Paulo que saiu ontem ou anteontem e eu tinha  
2696 só informado a ele que aquele assunto, especificamente, tinha sido a partir de uma  
2697 reunião que teve em Vitória, acho que em Espírito Santo, não sei a Dr<sup>a</sup>. Glorinha  
2698 está aí, onde o próprio PNMA, que é o Programa Nacional de Meio Ambiente, estava  
2699 fazendo uma discussão sobre Termos de Referência. Então, aquela reunião estava  
2700 tratando basicamente sobre a questão de Termos de Referência para determinadas  
2701 tipologias, não sei quais são as tipologias, os suportes, as hidrelétricas ou alguma  
2702 coisa assim. Então, esse é o objeto de que estava ligado a essa discussão  
2703 específica que foi reportada pela folha de São Paulo. Deixar só registrado esse  
2704 aspecto. Obrigado.

2705

2706

2707 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Só brevemente aqui em  
2708 relação ao questionamento que a Lisiane fez da ONG Mira-Serra. Eu vou pedir  
2709 Lisiane, que o João, que é assessor do Departamento de Apoio ao CONAMA e que  
2710 está responsável pela Plenária junto com a Adriana, depois converse com você para  
2711 ver exatamente onde estão as propostas que a Mira-Serra apresentou. Eu posso te  
2712 antecipar de memória, aquela referente à restrição de crédito para agentes que  
2713 cometeram qualquer tipo de crime ambiental, é uma das propostas, nós ficamos  
2714 aguardando e encaminhamos para parecer da área do Ministério, que era uma área  
2715 que estava em reconstrução, que é o Departamento de Economia e Meio Ambiente,  
2716 inclusive o diretor do Departamento é o Dr. Volney Zanardi, que acumula também  
2717 essa função e estava exatamente no processo de organização. Mesmo assim nós  
2718 recebemos esse parecer e só está dependendo de marcar a reunião da Câmara de  
2719 Economia e Meio Ambiente, acertar na Agenda dos Conselheiros para marcar essa  
2720 reunião, está aqui a Renata que é responsável por essa Câmara, nós estamos  
2721 fazendo contatos insistentes para poder marcar essa reunião e pautar essa matéria  
2722 e já está prevista na pauta da Câmara Técnica. Tem outra referente a animais  
2723 silvestres, que é muito parecida com a Resolução/CONAMA sobre depósito  
2724 provisórios de animais. Também tivemos parecer do Ministério sobre essa proposta,  
2725 já veio, temos também previsto de pautar na Câmara de Biodiversidade, já te  
2726 antecipo que tem uma dificuldade prévia para essa Resolução, porque o Plenário do  
2727 CONAMA, ainda na gestão anterior das entidades ambientalistas, eu acho que na  
2728 gestão anterior, mas deve ter alguma aqui presente que se lembre, depois de termos  
2729 discutido 3 Resoluções referentes a animais silvestres com debates muito  
2730 controversos, o Plenário achou, por bem, que antes de retomar qualquer discussão  
2731 sobre animais silvestres o próprio CONAMA apresentasse uma sugestão de  
2732 alteração da Lei de Fauna, uma proposta, uma proposição de alteração da Lei de  
2733 Fauna, criou um Grupo *Ad Hoc* no Plenário, só que esse grupo até hoje não tivemos  
2734 ainda o posicionamento da área do Ministério, do IBAMA em relação a um Termo de  
2735 Referência para o trabalho desse Grupo *Ad Hoc*. Tão logo tenhamos isso, a sua  
2736 Resolução também vai se encaminhar para esse grupo, verificar como poderia  
2737 ajustar isso eventualmente em uma proposição que alcance também o Congresso  
2738 em relação à Lei de Fauna, porque o que se concluiu é que é difícil continuar  
2739 mexendo pontualmente no tema animais silvestres sem enfrentar a Lei de Fauna,  
2740 que é de 1967 e necessitaria de uma atualização o mais urgente possível. Então, só  
2741 para te dar um esclarecimento, mas estou pedindo que a Adriana e o João depois  
2742 sentasse com você ainda hoje ou amanhã no máximo para ver como agilizamos o  
2743 andamento dessas propostas. E rapidamente o Solon também fez uma Mesa, só

157

158

53

2744quero fazer uma menção, Solon, aqui você falou da Conferência Nacional do Meio  
2745Ambiente, ontem, a Samira não está aqui agora e só lembrando o que ela disse  
2746ontem, que o próprio Presidente Lula pediu que um dos temas que precisamos fazer  
2747um balanço, antes do final desse mandato, é das conferências realizadas no âmbito  
2748não só do MMA, mas todas as conferências realizadas pelo Governo Federal nesses  
27498 anos de Governo, até 2006 eu me lembro que eram mais de 5 milhões de pessoas  
2750reunidas em conferências e lembro também que a I Conferência Nacional de Meio  
2751Ambiente, que nós tivemos um índice de atendimento de mais de 70% das  
2752deliberações em 2007, e da II Conferência nós tivemos, não, aliás, 90% da I e 70 da  
2753II e da III não tenho notícias desse levantamento, mas de qualquer forma até o final  
2754do ano você vai ter atendido esse seu pleito aí. Em relação ao ZEE da 163, estou  
2755proporcio aqui, Secretário, naturalmente se o senhor concordar, de  
2756encaminhamos um Ofício ao Governo do Estado do Pará para saber como está o  
2757atendimento daquelas condicionantes, não era bem condicionantes, mas eram  
2758recomendações que o CONAMA fez na época em que aprovou a alteração do  
2759zoneamento. Se tiver acordo podemos fazer esse encaminhamento e na próxima  
2760Plenária se tiver resposta já informamos daqui. Encaminhamento ao Fórum da BR  
2761163 que poderá nos informar sobre o zoneamento.

2762

2763

2764**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Vencemos, então, o item 6. Peço ao Secretário  
2765Executivo que, por favor, encaminhe a discussão do item 7, que são os  
2766requerimentos de inversão de pauta e de urgência.

2767

2768

2769**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Bom, o item 7 é apresentação  
2770a Mesa por escrito de requerimentos de urgência de inversão de pauta ou de  
2771retirada de matéria. Então, eu tenho aqui a informar aos senhores, vamos pela  
2772ordem. Em relação à retirada de matéria, eu já vou informar agora que o Presidente  
2773da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos  
2774Sólidos, que é o Dr. Tiago Camargo, ele nos encaminhou uma solicitação, que por  
2775intermédio do Dr. Clarismino, eventualmente poderá justificar, ele encaminhou e a  
2776ANAMMA preside a Câmara de Saúde, Saneamento e Gestão de Resíduos e ele  
2777solicitou que a proposta de Resolução, que está na pauta, está na Ordem do Dia  
2778referente à movimentação interestadual de resíduos perigosos retorne a Câmara  
2779Técnica. A justificativa que foi apresentada é que em função do Ministério do Meio  
2780Ambiente do Governo Federal está empenhada na regulamentação da Nova Lei da  
2781Política Nacional de Resíduos Sólidos, que vai ser baixado por decreto, como esse  
2782decreto, essa regulamentação com certeza direta ou indiretamente afetará o tema  
2783dessa Resolução, o Presidente da Câmara acha mais razoável que retorne a  
2784Câmara Técnica aguardando que a regulamentação aconteça nos próximos 40 ou  
278550 dias, provavelmente, como é inclusive determinado pelo próprio Presidente da  
2786Lula e com esse novo decreto a Câmara Técnica novamente analisa a Resolução  
2787para verificar que eventuais modificações o decreto pode ensejar a Resolução e aí  
2788retorna na reunião de novembro, nós esperamos já em condições de que possa ser  
2789discutida e votada, é claro que o Plenário também ainda vai apreciar na ocasião as  
2790condições ou não de apreciar essa matéria. Mas essa é a solicitação feita pelo  
2791Presidente da Câmara de Saúde, Saneamento e Gestão Ambiental. É porque nesse  
2792momento pode ser feita a retirada de matéria, então, é por isso que estou  
2793apresentando agora.

2794

2795

2796 **SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (ANAMMA)** – Sr. Presidente e  
2797 senhores Conselheiros, o Dr. Nilo expressou bem a solicitação, isso foi até uma  
2798 sugestão da própria Câmara de Assuntos Jurídicos do CONAMA, já que a questão  
2799 tem que obedecer a hierarquia da norma e o decreto sobrepõe, mas o que nós  
2800 entendemos é que caso haja, caso não se decida, lembrado aqui muito bem,  
2801 oportunamente, pelo Ministério Público, ele é representante do Ministério Público,  
2802 que o CONAMA delibere. Nós acreditamos e está muito avançada essa discussão, a  
2803 Câmara Técnica inclusive trabalhou em uma “conservação” com o próprio grupo que  
2804 está elaborando o decreto para que não houvesse colisões ou problemas maiores  
2805 de colisões legislativas. Então, é nesse sentido de buscar e quantos tiveram decreto,  
2806 imediatamente, voltar ao Plenário se houver necessidade de alguma adequação. A  
2807 questão de hierarquia da norma é simplesmente isso.

2808

2809

2810 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Só para esclarecer,  
2811 Presidente, o art. 15 do Regimento diz o seguinte: é facultado aos presidentes das  
2812 Câmaras Técnicas solicitar a retirada de pauta, devidamente justificada, de matéria  
2813 ainda não votada e oriunda de sua respectiva Câmara. § único: a matéria retirada de  
2814 pauta por iniciativa do Presidente da Câmara será incluída obrigatoriamente na  
2815 pauta da Reunião Ordinária subsequente ou extraordinária convocada na forma  
2816 desse Regimento Interno e deverá estar acompanhada de parecer fundamentado  
2817 quanto às alterações sugeridas. Ok. É isso. Bem, então essa é uma prerrogativa que  
2818 o Presidente de Câmara Técnica tem que nem se quer subordina a Mesa ou o  
2819 Plenário. Então, está acatado, Presidente, o pedido de retirada. Bem, nós temos  
2820 também aqui...

2821

2822

2823 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Só para esclarecer. Então está sendo retirada de  
2824 pauta a matéria que dispõe sobre movimentação interestadual de resíduos sólidos.  
2825 É isso que estamos retirando de pauta.

2826

2827

2828 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Bom, nós temos a Mesa  
2829 também duas propostas de moção, na verdade, são 3, tem uma terceira que me  
2830 entregaram e depois fizeram ainda uma correção, mas vou adiantando aqui. A  
2831 primeira proposta de moção é da ABEMA e é uma moção que já me referi  
2832 anteriormente, ela pede que o CONAMA solicite a Câmara Legislativa do Distrito  
2833 Federal a derrubada do veto do senhor Governador do Distrito Federal a Lei  
2834 Complementar que instituiu o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da  
2835 Natureza, o SDUC, esse SDUC foi aprovado em segundo turno no dia 15 de junho  
2836 de 2010, o texto aprovado foi resultado das discussões e mobilizações realizadas  
2837 durante mais de 1 ano entre os técnicos dos Órgão Governamentais, Gestores do  
2838 Meio Ambiente do Distrito Federal, do IBAMA, do Chico Mendes e assessores  
2839 técnicos da CLDF, além das ONGs ambientalistas. Então, essa moção já está dada  
2840 entrada, havendo tempo poderá ser discutida e votada ainda nesta reunião, nós  
2841 recebemos também uma moção de repúdio contra o Projeto do Estaleiro OSX na  
2842 Bahia Norte da Ilha do Estado de Santa Catarina, a ONG Sócio da Natureza de  
2843 Araranguá, Santa Catarina, filiada a FEEC e integrante de uma série de redes e  
2844 fóruns e também tem assento no CONAMA, vem através desse documento  
2845 manifestar sua posição de repúdio ao processo de licenciamento do Estaleiro OSX  
2846 na Bahia Norte da Ilha de Florianópolis no Estado de Santa Catarina. Repudia  
2847 também o tratamento dado ao parecer do ICMBio, que é soberano e legítimo quando

2848aponta a preocupação com a biodiversidade local. Ok. Ela já está aqui para  
2849discussão e votação, caso haja tempo na reunião de hoje. Temos ainda também  
2850uma proposta de moção ao Plenário que recomendada Política Integrada de  
2851Combato a Incêndios Florestais, essa Resolução faz considerações a cerca da  
2852situação grave que a Ministra já alertou aqui hoje cedo e também considera todo o  
2853Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios, hoje integrando o IBAMA, o  
2854Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, Corpo de Bombeiros de Brasília e Defesa Civil  
2855Nacional, mas propõe e resolve ao final encaminhar a moção de apoio aos entes  
2856acima mencionados para esforço das estruturas existentes nas instituições que se  
2857dedicam a prevenção e combate aos incêndios, recomenda que as ações de  
2858prevenção sejam priorizadas e também recomenda a Casa Civil da Presidência da  
2859República o estabelecimento de uma Política Pública consistente com ênfase na  
2860extensão rural. Então, essa moção também está aqui já na Mesa para eventual  
2861discussão caso ainda der tempo hoje. Finalmente, Presidente, temos também o  
2862Requerimento para regime de urgência referente à revisão da Resolução/CONAMA  
2863303/2002. Essa proposta vem de iniciativa do Ministério do Turismo com a  
2864assinatura de 16 conselheiros e pede a Presidente do CONAMA, Ilustríssima  
2865Ministra Isabela Mônica Teixeira, regime de urgência para o pedido de revisão da  
2866Resolução/CONAMA 303, de 20 de março de 2002, apresentado pela Secretaria de  
2867Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente na 25ª Reunião da  
2868Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas. Essa solicitação funda-se na Nota  
2869Técnica 37 do Departamento de Florestas do MMA, esse documento registra a  
2870orientação em termos de restinga e a revogação do art. 3º inciso IX alínea A da  
2871Resolução 303, visto que a proteção nos remanescentes de vegetação nativa nas  
2872restingas encontra-se devida e solidamente amparada nas previsões da Lei  
287311428/2006, as quais após a edição da Resolução/CONAMA 417/2009 estão em  
2874condições de operacionalização na sua plenitude. Esse documento traz também  
2875nova definição de topos de morro e registra a necessidade de melhores parâmetros  
2876para caracterizar o nível mais alto de rios por ocasião da cheia sazonal, outro  
2877importante parâmetro para definir os limites de APP. A citada nota afirma, por fim,  
2878que considerada a atual fase de discussão legislativa sobre a Lei 4771/65 do Código  
2879Florestal recomenda-se que essa discussão no CONAMA seja implementada em  
2880regime de urgência. O Ministério do Turismo em total acordo com a apreciação feita  
2881na Nota Técnica 37/2010, o Departamento de Florestas do Ministério do Meio  
2882Ambiente encaminha esse Requerimento para o Regime de Urgência na tramitação  
2883da revisão da Resolução 303/2002. Como se trata, Presidente, de uma decisão que  
2884tem que ser tomada agora a sugestão seria que houvesse uma defesa do Regime  
2885de Urgência.

2886

2887

2888**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – O proponente, por favor, para fazer a defesa da  
2889proposta.

2890

2891

2892**O SR. PAULO COUTINHO (Ministério do Turismo)** – O Ministério do Turismo em  
2893acordo com a apreciação técnica do Ministério do Meio Ambiente pede Regime de  
2894Urgência da tramitação da revisão da Resolução 303, especialmente tendo em vista  
2895os investimentos previstos para o ano que vem com vistas a Copa do Mundo e as  
2896Olimpíadas. A caracterização melhor que vem da Nota Técnica do Ministério do  
2897Meio Ambiente poderá facilitar uma nova situação mais tranquilidade a apreciação  
2898de impactos ambientais e APPS, especialmente na área de restinga. Em acordo com

2899a apreciação feita pelo Ministério do Meio Ambiente pedimos o Regime de Urgência  
2900para revisão da Resolução 303. É isso.

2901

2902

2903**O SR. FLÁVIO EUDIBE (MOVER)** – Boa tarde a todos. Meu nome é Flávio Eudibe e  
2904gostaria de lembrar a vocês que ainda na gestão do Ministro Minc esse tema foi  
2905suscitado, debatido e ele próprio aqui pediu a retirada de pauta da eventual  
2906aprovação que haveria da proposta de Resolução, inclusive afirmando da  
2907importância absoluta nas restingas em decorrência da forte pressão que ela sofre  
2908em todo o país. Então, me causa uma tremenda espécie imaginar que por conta da  
2909Copa do Mundo, talvez seja esse o custo, venha ser o custo das restingas, a perda  
2910desse importante remanescente que ainda temos a preservar e sou absolutamente  
2911contrário a essa proposta. Então, isso foi recentemente engavetado, vou dizer  
2912assim, eu me lembro do dia inclusive que estivemos aqui por conta disso, o João de  
2913Deus conhece bem o tema e acho que ele vai falar sobre isso. Então, me causa  
2914bastante espécie e sou absolutamente contrário e acredito que outras pessoas virão  
2915falar a esse respeito também.

2916

2917

2918**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – É que o João pediu para falar e lhe dou a palavra  
2919que aí ficam duas defesas e duas contestações. Nós avaliamos se podemos votar a  
2920matéria.

2921

2922

2923**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Esclarecendo a retirada, conforme foi  
2924mencionado pelo Conselheiro Eudibe, essa matéria já foi apresentada, porém foi  
2925inserida em uma proposta de Resolução que tratava de definição e parâmetros para  
2926análise dos estágios seccionais da vegetação de restinga e houve o entendimento  
2927do MMA com a edição dessa Resolução e aí, portanto, teríamos os instrumentos  
2928para proteção dos remanescentes de acordo com as determinações da Lei da Mata  
2929Atlântica, entendia o Ministério que seria mais adequado propor a supressão  
2930daquela previsão da faixa dos 300 metros. Na ocasião houve argumentação de que  
2931aquela Resolução tratava, especificamente, do tema parâmetros para a análise de  
2932vegetação e, portanto não caberia a previsão de supressão já que era tema  
2933diferença e por essa razão foi retirada. O Ministro Minc entendeu que naquele  
2934momento deveríamos sim priorizar a aprovação da Resolução que definia os  
2935parâmetros para análise dos estágios seccionais da vegetação e assim o fez. O que  
2936nós estamos propondo é exatamente o caminho indicado ali, já que se tratava de  
2937uma previsão específica de uma Resolução, se abrisse essa discussão no âmbito da  
2938revisão dessa Resolução. A proposta que o Ministério e a Secretaria apresentou de  
2939revisão da 303 não se limita, como o próprio Paulo mencionou, não se limita a esse  
2940tópico de restinga, ela ataca também a discussão sobre a definição de nível mais  
2941alto que tem a repercussão direta sobre aplicação das faixas de APP de vegetação  
2942ripária e também a metodologia para definição de topo de morro, mas  
2943especificamente para mensuração de topo de morro que também é feita a partir de  
2944uma metodologia proposta pela Resolução 303, que criou uma série de problemas  
2945de aplicação prática. Então, estamos agora no momento exatamente  
2946encaminhamento no escopo restrito e específico de uma revisão desses pontos. Só  
2947esclarecer que não houve essa posição de retirada, como o Conselheiro Eudibe  
2948mencionou, e, portanto não há razão para estranheza já que o que estamos fazendo  
2949foi exatamente dar consequência a interpretação de que isso deveria ser feito de  
2950maneira tranquila em uma proposta efetiva de revisão da 303. E só para finalizar,

2951 Secretário, para o Ministério também há uma compreensão muito clara de que é  
2952 necessário avançar nessa discussão, inclusive com o caráter de urgência, porque  
2953 notadamente as APPs de faixa de rio e de topo de morro, principalmente têm sido  
2954 um foco bastante beligerante, eu diria, nessa discussão que está sendo travada  
2955 agora no Congresso Nacional, por conta da revisão do próprio Código, inclusive isso  
2956 sendo pautado muitas vezes como um argumento para justificar a própria  
2957 inaplicabilidade do Código Florestal. Então, uma revisão no CONAMA trazendo uma  
2958 conceituação de topo de morro e mesmo de margem de rio, mas coerente com o  
2959 próprio texto da Lei 4771, nesse momento também se mostra estratégico para  
2960 avançar nessa discussão no Congresso.

2961

2962

2963 **O SR. CARLOS BOCUHY (ECO JURÉIA)** – Boa tarde senhor Secretário e senhores  
2964 Conselheiros. Nós acompanhamos durante quase 2 anos a discussão sobre a  
2965 conceituação de topo de morro, isso foi discutido no GT e tínhamos uma  
2966 preocupação de estabelecer realmente bases concretas, científicas que  
2967 justificassem uma nova referência para demarcação de topo de morro. Ao longo de  
2968 tanto tempo de discussão o grupo foi encerrado, porque não se chegava há um  
2969 conceito claro de que essa alteração, da medida do topo a partir de uma base  
2970 específica, poderia ser facilmente travada. Então, me causa muita estranheza que  
2971 apenas em uma tacada, nós tenhamos um “pacotasso” de 3 temas, extremamente,  
2972 polêmicos: manguezais, topo de morro e restinga a serem trabalhados no CONAMA  
2973 de uma forma em caráter de urgência, só a questão de topo de morro ensejou uma  
2974 discussão muito longa. Então, gostaria de protestar contra essa solicitação e pedir  
2975 ao Conselho que tivesse a cautela e mais uma vez lembrar que não somos reféns  
2976 do Congresso Nacional, se o Congresso Nacional, em determinado momento,  
2977 enlouquecer a consciência maior sobre a questão ambiental no Brasil deve ser do  
2978 Conselho Nacional do Meio Ambiente. Então, acredito que a cautela desse momento  
2979 se mostra extremamente necessária, porque estamos no momento político difícil e  
2980 não podemos nos prestar a essa instabilidade que se instalou a partir dessa  
2981 insanidade do Congresso Nacional.

2982

2983

2984 **A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** – O que me  
2985 causa estranheza nesse caso não é a questão de mérito que deverá ser discutida na  
2986 hora que se apreciar o mérito do virá, mas agora mesmo retiramos de pauta um  
2987 tema, porque vai sair um decreto que vai regular de outra forma eventualmente,  
2988 então, esperamos até lá. Por que agora temos que correr aqui com um Regime de  
2989 Urgência, sem direito há um amplo debate e conhecimento, se o Congresso está  
2990 analisando esse caso, se a Ministra acabou de falar que está fazendo, o próprio  
2991 João de Deus está redigindo uma proposta governamental do Código Florestal,  
2992 então, para que adiantar a Resolução se o Governo está querendo propor um  
2993 Código Florestal, já anunciou e está trabalhando nisso e no Congresso está tendo  
2994 essa discussão? A Resolução que é antiga e não tem porque mudar em um Regime  
2995 de Urgência, em uma tacada que esferas superiores estão decidindo isso e vão  
2996 modificar para o bem ou mal essa questão e acho que a cautela aqui deve  
2997 prevalecer também.

2998

2999

3000 **SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Só queria dar um  
3001 esclarecimento. Eu fui o coordenador do grupo sobre a discussão de topo de morro  
3002 e os trabalhos foram suspensos no momento em que o Congresso Nacional

3003começou a discutir as questões do Código Florestal e percebemos que a questão de  
3004topo de morro estava nessa discussão. Então, só quero dar esse esclarecimento,  
3005por isso foi suspenso e foi feita uma reunião da Câmara Técnica e eu, como  
3006coordenador, propus aos Conselheiros que naquele momento se encerrasse e  
3007congelássemos as discussões. Agora, acredito que acabo discordando do Ministério  
3008Público de que não devemos dar esse tipo de esclarecimento para a sociedade  
3009quando o Código Florestal faz a exclusão de topo de morro com APP, nós, por não  
3010concordarmos com isso, é que estamos apoiando que se discuta a revisão da 303.  
3011Era essa a posição que eu quero colocar.

3012

3013

3014**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito bem. Então, senhores conselheiros com os  
3015seus respectivos crachás em mãos, vamos votar o Requerimento de Urgência. Os  
3016conselheiros e conselheiras que forem favoráveis a aprovação de urgência para  
3017essa matéria, por favor, se manifestem levantando os seus crachás. Muito obrigado.  
3018Os que são contrários, por favor, se manifestem. Aprovado o Requerimento de  
3019Urgência. Abstenções. Aprovada a matéria. Bem, agora nós estamos também aptos  
3020de um ponto que tinha ficado para trás, que é o item 3, que é a discussão e votação  
3021da transcrição ips verbs da 98ª Reunião Ordinária de 26 e 27 de maio de 2010.  
3022Pergunto se algum Conselheiro ou Conselheira quer fazer alguma observação sobre  
3023a ata dessa Reunião Ordinária? Não havendo quem queira fazer manifestação, eu  
3024submeto a votos. Aqueles que são favoráveis a aprovação permaneçam como se  
3025encontram. Os contrários se manifestem. Aprovado. Ordem do Dia, eu peço ao  
3026Secretário Executivo que explique ao Plenário a Ordem do Dia.

3027

3028

3029**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – O item 8.1 da Ordem do Dia é  
3030o processo que trata da proposta de Resolução referente à restauração e  
3031recuperação de áreas de preservação permanente. Esta proposta de Resolução foi  
3032aprovada na Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas e encaminhada a 50ª  
3033Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que devolveu a Câmara Técnica  
3034recomendando modificações de mérito técnico, uma vez que a minuta havia ficado  
3035sem a metodologia. Seguiram-se mais duas reuniões da Câmara Técnica de Gestão  
3036Territorial e Biomas, discutindo a matéria, retornando novamente para a Câmara de  
3037Assuntos Jurídicos que em sua 57ª Reunião, realizada em maio passado, foi  
3038aprovada com alterações a proposta de Resolução. Durante a 98ª Reunião Ordinária  
3039as Entidades EcoJuréia, Mira-Serra e Confederação Nacional de Municípios  
3040solicitaram vistas ao processo, apenas as duas primeiras apresentaram parecer ao  
3041CONAMA, portanto hoje nós vamos ouvir a apresentação dos pareceres, Sr.  
3042Presidente, das ONGs Mira-Serra e da ONG EcoJuréia. Em seguida poderá fazer  
3043esclarecimentos e a discussão.

3044

3045

3046**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Ok. Eu solicito a presença aqui no microfone do  
3047representante da Entidade Mira-Serra para fazer a defesa do seu parecer.

3048

3049

3050**A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu gostaria de lembrar que ontem foi  
3051combinado que primeiro seria uma discussão da EcoJuréia, por questões já bem  
3052claras. Como o Nilo já adiantou uma parte que eu coloquei no parecer, essa matéria  
3053tramitou por muitos e muitos meses na Câmara Técnica de Gestão Territorial e  
3054Biomas e foi parar na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, onde teve problemas

3055de mérito quanto à metodologia que é o que ela se propõe. Apenas duas reuniões  
3056depois todo esse mérito da metodologia foi mudado. Então, meses e meses para  
3057fazer alguma coisa que apenas em duas reuniões foi alterado. Eu coloco no meu  
3058parecer algumas considerações iniciais, que seriam exatamente sobre essa  
3059celeridade de alteração total e também coloco que várias vezes já falei aqui que é  
3060uma matéria que deveria ter passado pela Câmara Técnica de Unidade de  
3061Conservação e demais áreas protegidas, APP é uma área protegida, logo deveria ter  
3062passado por essa Câmara Técnica e isso também já foi discutido pelo Nilo e, no  
3063entanto, nós temos antecedentes sobre a questão e também a CIPAM poderia ter se  
3064colocado como mediadora nesse caso. A questão de mudas e escassez de mudas e  
3065até a inexistência também dificulta a implantação de projetos de recuperação que  
3066não foi avaliado nessa proposta. Não há previsão também para custeio da  
3067recuperação, há alguns atores, como a EMBRAPA, citam que chega a ser R\$  
3068800,00 o hectare a ser recuperado. Então esse fomento também não é discutido na  
3069metodologia. Quanto à proposição em si nós fizemos algumas considerações de  
3070alteração e de supressão que já começando no art. 2º acrescentando conceitos de  
3071recuperação, de função e de estrutura, que são conceitos que devem aparecer na  
3072Resolução e também na conceituação. Colocando o art. 3º fizemos também um  
3073acrécimo, colocando o inciso I, nós alteramos também o II e assim vão todas as  
3074justificativas. Nilo, não sei se devo ler todas.

3075

3076

3077**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Eu sugiro que você der uma  
3078geral um pouco na linha do parecer, mas não detalhe, porque vamos posteriormente  
3079detalhar ou não dependendo da discussão do segundo parecer.

3080

3081

3082**A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – O que ficou mais chamativo foi o art. 5º  
3083no § 3º que nós tínhamos uma contribuição da Secretaria do Estado de Meio  
3084Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, tão logo pedimos vistas do processo, eles  
3085procuraram e mandaram a contribuição e como nós concordamos, a Mira-Serra  
3086concordou, a sugestão nós colocamos aqui no parecer também e a outra que chama  
3087atenção é o § 4º que é de total supressão, o 5º que é de supressão e no mais são  
3088mais questões de ordem técnica, foram consultados autores como o pessoal da  
3089EMBRAPA e da ESALQ para compor essa proposta de alteração. No final coloquei  
3090algumas observações gerais como escassez de informações sobre restaurações  
3091bem sucedidas, porque acho que é importante termos um parâmetro que estima que  
3092são inferiores a 10% da área alterada, no caso de Mata Atlântica em São Paulo  
3093apenas 1986 hectares são recuperados, em 2002, o que é bem inferior ao que se  
3094precisa. E o resultado do quadro atual de degradação está na perda de inúmeros  
3095serviços prestados pelos ecossistemas, valor estimado em 33 trilhões anuais, quase  
3096o dobro da riqueza produzida no mundo que estão diretamente ligados as atividades  
3097produtivas da terra. Essa degradação resulta na perda de biodiversidade, na gradual  
3098diminuição das terras produtivas e da qualidade da água na cidade crescente e  
3099insumos para manter a produtividade e de variedades existentes nas pragas e  
3100doenças. Acrescenta-se a redução de qualidade de vida e o aumento (...)   
3101ambientais. Eu queria mais uma vez reforçar o que falei por último na Plenária  
3102passada quando as entidades que pediram vistas foram bastante, não tenho um  
3103termo para dizer, mas vou repetir: não existe categoria no planeta que queira mais  
3104uma recuperação de APP do que a classe ambientalista, mas que deva ser feita de  
3105maneira a recuperá-la o mais próximo possível do que era anteriormente. Então,

3106deixar isso bem claro a qualquer outra categoria, que é do nosso máximo interesse a  
3107recuperação das APPs. Era isso. Obrigada.

3108

3109

3110**SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado. Peço a presença do Conselheiro  
3111que representa a EcoJuréia para fazer a defesa do seu parecer.

3112

3113

3114**SR. FÁBIO RIBEIRO DIB (MOVER)** – Bom, eu, inicialmente, Fábio Dib,  
3115EcoJuréia, fiz o parecer pela EcoJuréia. Na verdade, eu acabo não entrando no  
3116mérito de uma série de questões, até porque entendo que a Lisiane pode fazer isso  
3117melhor do que eu e também porque há aí toda uma segmentação das atividades de  
3118diversas Câmaras Técnicas e o parecer que eu fiz foi sobre o aspecto jurídico, não  
3119sobre o aspecto técnico e não teria a menor condição de fazer as defesas que você  
3120tem condições de fazer, Lisiane. Mas de qualquer sorte o que enxergo e deixo claro  
3121em minha manifestação é que entendo que essa Resolução, essa proposta de  
3122Resolução no formato que se encontra padece de alguns vícios de consonalidade e  
3123até mesmo de legalidade e é por isso que eu peço não faço nenhuma propositura  
3124específica com relação à redação, como fez a Lisiane, mas eu peço, obviamente,  
3125que isso retorne para as Câmaras Técnicas Específicas de Origem e depois para a  
3126própria CTAJ, lembrando, agora que falei da CTAJ, uma circunstância que acho  
3127extremamente importante. O processo, como disse a Lisiane, é bastante moroso, ele  
3128teve muitas idas e vindas, várias alterações ocorreram em meio a esse processo, na  
3129minha maneira de enxergar foram alterações que tiraram um pouco da qualidade  
3130inicial dos trabalhos sobre o aspecto daquilo que se visava em termos de  
3131restauração das APPs, essa terminologia deixou de existir, na proposta de  
3132Resolução hoje se fala em recuperação apenas e quando chegou às mãos da CTAJ  
3133essa alteração já havia sido feita. Obviamente que estou vendo alguns colegas aqui  
3134que fazem parte da CTAJ, que não tiveram a oportunidade de se manifestar sobre  
3135isso, porque já era uma questão de mérito da própria Câmara Técnica. Então, acho  
3136que essa ressalva é importante ser feita. De qualquer maneira sendo um pouco mais  
3137objetivo agora, já que falei um pouco da história do que ocorreu, seria importante  
3138deixar claro para vocês que na minha concepção não entendo que a Resolução, do  
3139jeito que está posta, seja um instrumento jurídico adequado para criar aquilo que  
3140estou chamando no parecer de direito de uso das APPs como se fosse, obviamente,  
3141uma floresta de rendimento. Não é isso que enxergo quando olhei a Constituição e  
3142não é isso que enxergo quando olhei outras normas específicas, inclusive o Código  
3143Florestal, que não atribuí essa qualidade, na minha concepção, a uma APP, ela tem  
3144as suas importâncias ecológicas e de certo que não é por meio da Resolução que  
3145vamos alterar aquilo, por exemplo, que está escrito no Código Florestal e mesmo na  
3146Constituição. Então, enxergo que padece desse vício claramente, enxergo também  
3147alguns artigos específicos e vou citar dois deles, o 4º e o 5º, em se imaginando a  
3148eventual manutenção da proposta de Resolução, que nesses artigos  
3149especificamente não trabalhamos as salvas-guardas necessárias para a  
3150possibilidade de uso que se propõe das APPs, se enxergar aí o texto do art. 4º e 5º  
3151se percebe que não existem salvas-guardas específicas relacionadas à possibilidade  
3152de uso de agroquímicos, apesar de haver uma menção um pouco mais a frente, há  
3153de ser uma coisa mais estudada, mais técnica e mais cuidadosa, do que  
3154simplesmente uma menção da possibilidade de uso de agroquímico. É só para dar  
3155um exemplo para vocês. Eu enxergo também algumas questões relacionadas  
3156diretamente a possibilidade de uso do SAF, Sistema Agro florestal, para  
3157recuperação de APP incluindo uma vasta gama de possibilidades, dentre elas uso

3158de agroquímico, o manejo de espécies exóticas, consórcio de espécies agrícolas e  
3159exóticas com outras espécies nativas e por aí afora. Eu acabo enxergando aqui no  
3160meio dessa proposta de Resolução que estamos criando uma possibilidade implícita  
3161de uso de APP como se fosse, aí sim, uma floresta de rendimento e não é esse o  
3162espírito da lei, não é esse o espírito da Constituição e também do Código Florestal,  
3163por isso que enxergo aí os vícios de ilegalidades e constitucionalidade. Não cabe  
3164aqui eu tecer todos os argumentos que acabei utilizando no parecer, vocês já  
3165receberam e devem ter lido concordando ou não. Então, a minha sugestão e pedido  
3166é que haja o retorno dessa proposta de Resolução. As respectivas Câmaras  
3167Técnicas, até imagino primeiro a Câmara Técnica Específica para depois voltar a  
3168CTAJ, porque não adianta a CTAJ falar agora e ela tem que ver qual vai ser,  
3169eventualmente, uma proposta de modificação. Então, são esses os termos,  
3170basicamente, da defesa que vim fazer.

3171

3172

3173**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Pergunto qual Conselheiro que vai defender a  
3174manutenção da proposta da Câmara Técnica?

3175

3176

3177**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Sr. Presidente e senhores  
3178Conselheiros, nós estamos defendendo a manutenção da proposta, considerando,  
3179em um primeiro momento, o que surgiu no contexto dos 2 pareceres de vista que  
3180nos foram encaminhados, nós analisamos com a equipe técnica e consideramos que  
3181no âmbito do extenso parecer da EcoJuréia, efetivamente nós temos aí uma questão  
3182central já que há uma argüição da própria inconstitucionalidade da proposta, cujo  
3183argumento central, como o Dib rapidamente colocou aqui, reside na possibilidade de  
3184uso dessas Áreas de Preservação Permanente, que em tese a Resolução estaria  
3185abrindo, e o conflito que isso representa com a própria disposição legal. Nós temos o  
3186entendimento completamente diverso, até porque a proposta de Resolução que foi  
3187encaminhada é uma proposta que trata da definição de metodologias para  
3188recuperação de APP. A possibilidade de uso que pode se considerar no âmbito  
3189dessa proposta metodológica, diz respeito objetivamente à possibilidade do uso de  
3190Sistemas Agro florestal como indutor da recuperação de Áreas de Preservação  
3191Permanente nas pequenas propriedades rurais e o uso temporário de espécies  
3192agrícolas também como indutoras da regeneração natural. Bom, inicialmente a  
3193previsão do uso de Sistemas Agro florestais, nos espaços de APP, já é uma  
3194previsão objetiva da Lei 4771 para o caso de pequenas propriedades, inclusive é  
3195uma previsão genérica, ou seja, o espaço de APP pode recepcionar esse tipo de  
3196uso, mesmo que você tenha uma vegetação íntegra. O que nós estamos fazendo  
3197aqui é simplesmente mencionar que em algumas situações a adoção dessa prática  
3198de manejo agro florestal também se presta como um acréscimo, como um  
3199instrumento com o objetivo de gerar maior efetividade ao processo de recuperação.  
3200Então, não há porque se argüir a ilegalidade e muito menos a própria  
3201inconstitucionalidade da norma por fazer esse tipo de relação. Quanto ao uso de  
3202espécies agrícolas, é importante também mencionar que todo o Corpo da  
3203Resolução, quando admite no seu procedimento metodológico a adoção de espécies  
3204agrícolas, faz a previsão condicionando esse uso como uma estratégia também de  
3205apoio a recuperação e a toda uma defesa dos técnicos que participaram e foram  
3206inúmeras reuniões tanto no Grupo de Trabalho, que precedeu o envio da proposta  
3207da Câmara Técnica, mas também a discussão na própria Câmara Técnica de  
3208Origem, e há todo o entendimento de que a previsão dessa possibilidade de uso nas  
3209fases iniciais de recuperação, inclusive ela se presta como um apoio a própria

3210recuperação já que com a adoção conjugada de espécies agrícolas você vai ter,  
3211obviamente, um acompanhamento e uma própria manutenção dessa área de forma  
3212mais intensa, o que gera uma perspectiva de sucesso na implantação de mudas de  
3213espécies nativas, que estão sendo colocadas para recuperação, muito maior do que  
3214uma situação diversa em que você, simplesmente, tenha o plantio. Na verdade, o  
3215que nós estamos prevendo nesse caso é simplesmente a adoção durante um  
3216período, eu acho que do ponto de vista técnico pode-se até discutir a adequação de  
3217um prazo maior ou menor. Mas, enfim, o que está claro na Resolução é que isso é  
3218uma possibilidade de uso por um período inicial, período definido e que, portanto só  
3219naquela fase em que a utilização dessas espécies estaria, sim, prestando uma  
3220contribuição até na perspectiva de gerar maior sucesso ao empreendimento de  
3221recuperação. Então, também entendemos que não há qualquer ilegalidade nesse  
3222procedimento e com essas considerações e lembrando que no parecer, apesar de  
3223bastante extenso, mas a questão central levantada para justificar a arguição de  
3224inconstitucionalidade é essa a possibilidade de uso, nós entendemos claramente  
3225que não há menor razão para se remeter isso a Câmara Técnica Jurídica, já que a  
3226matéria passou pela Câmara Técnica Jurídica. Todos os procedimentos  
3227metodológicos previstos na Resolução foram, exaustivamente, avaliados e não  
3228houve qualquer menção por parte da Câmara Técnica Jurídica de qualquer indício  
3229de ilegalidade e muito menos de inconstitucionalidade na proposta que se  
3230apresentava. Com relação ao parecer do Eco Juréia, nós entendemos que o que foi  
3231apresentado como o parecer do pedido de vistas são algumas sugestões de revisão  
3232do texto de alguns artigos que podem, sim, tranquilamente ser avaliados no escopo  
3233de propostas de emendas ao texto de Resolução. Nós já analisamos também  
3234tecnicamente toda a proposta apresentada pela Mira-Serra e entendemos que  
3235algumas dessas propostas não são exatamente adequadas ou não se justificam no  
3236Corpo da Resolução, que no momento poderemos apresentar essa argumentação,  
3237outras entendemos que pode sim até contribuir, melhorar o texto e que, portanto,  
3238poderiam ser aceitas no âmbito de uma proposta de emenda a cada um dos artigos  
3239específicos. Então, com essa argumentação e só fazendo uma complementação.  
3240Com relação à crítica quanto ao conceito de restauração e recuperação isso já foi  
3241bastante debatido também no próprio Grupo de Trabalho e só lembrando aos  
3242senhores conselheiros que o próprio GT considerou que a definição, os conceitos de  
3243restauração e recuperação como já estão expressos na própria Lei 9985, que é a Lei  
3244do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, esse já é um conceito  
3245legalmente estabelecido e para todos os efeitos a referência já está no ordenamento  
3246jurídico. E nós precisamos lembrar que o próprio conceito que está na 9985 faz uma  
3247distinção muito clara entre recuperação e restauração e que reside basicamente no  
3248entendimento que a restauração deve ser um processo que visa trazer uma  
3249condição mais próxima do original aquele ambiente que está sendo trabalhado.  
3250Enquanto a recuperação procura criar uma situação em que uma área degradada  
3251passa uma condição não degradada, ainda que isso não fique o mais próximo  
3252possível e aí vamos ter que entender que no espaço de APP teríamos várias  
3253situações em que essa restituição integral já fica bastante difícil e, portanto se  
3254entendeu que no bozó desse processo de normatização o mais adequado mesmo  
3255seria trabalharmos com a metodologia de recuperação e por essas razões,  
3256Secretário, é que sustentamos a manutenção da proposta para que seja apreciada  
3257pelo Plenário, considerando que esse já foi uma determinação da Resolução 369,  
3258que é uma Resolução de 2006, e, portanto, tivemos um período longo realmente de  
3259tempo para poder elaborar essa proposta e avaliá-la de forma consistente.

3260

3261

3262 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado. Conselheiro Bucui.

3263

3264

3265 **O SR. CARLOS BOCUHY (CONSEMA)** – Eu gostaria de manifestar a minha  
3266 preocupação com relação à falta de cautela que se expressa no CONSEMA,  
3267 principalmente quando nos esquivamos naquelas pessoas que são referências para  
3268 áreas da Tecocracia, para aquelas que defendem dentro do Sistema de Meio  
3269 Ambiente ou deveriam defender o princípio da precaução com relação à aplicação  
3270 de normas legais ou de alteração dessas mesmas normas. Eu gostaria de lembrar  
3271 que recentemente o CONAMA, perdão, foi 14 anos membro do CONSEMA de São  
3272 Paulo, que o CONAMA alterou e ele deliberou pela aprovação da  
3273 Resolução/CONAMA 425/2010 que mudou o tamanho dos módulos fiscais da  
3274 pequena propriedade. A isso se soma, em momentos diferentes, duas moções do  
3275 CONAMA, assim de 26 de junho de 2009 e a 108 de 03 de maio de 2010, onde o  
3276 CONAMA pede ao Congresso Nacional cautela com relação às alterações do  
3277 Código Florestal. Em um determinado momento parece que o princípio da  
3278 precaução da cautela toma conta do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Então,  
3279 recomenda que o Congresso Nacional tenha uma atitude cautelosa com relação as  
3280 Áreas de Preservação Permanente e em outro momento nós alteramos os módulos  
3281 e criamos novas expectativas com relação a recuperação dessas áreas criando  
3282 possibilidades de alternativas econômicas para esses sistemas. Além disso,  
3283 confundimos restauração e recuperação em um processo muito curto de discussão  
3284 aonde o princípio, que era o espírito da Resolução, a priori acaba sendo  
3285 subvertida para alguma coisa mais palatável, mais aceitável do ponto de vista da  
3286 implementação pela regulação do mercado, pelo setor econômico. Então, gostaria  
3287 de chamar a atenção para o CONAMA, que essas sucessivas práticas de falta de  
3288 cautela provavelmente levarão a um descrédito do próprio Conselho Nacional do  
3289 Meio Ambiente como órgão maior de participação social, no sentido de salvar,  
3290 guardar os bens ambientais e isso acontece no momento em que Áreas de  
3291 Preservação Permanente se tornam cada vez mais críticas por conta de alterações  
3292 climáticas. Quem mora em regiões metropolitanas, como São Paulo etc., sabem que  
3293 as vulnerabilidades que se dão em vazias por inundações, deslizamentos,  
3294 leptospiroses, desconforto térmico, poluição atmosférica devido às alterações entre  
3295 extrema (...) em determinados momentos e secas extemporâneas. Então, todo esse  
3296 processo nos leva e nos aconselha, nos aconselharia essa conjuntura a ter mais  
3297 cautela com as APPs, nós não estamos falando mais de um ecossistema estável  
3298 aonde tínhamos uma previsão climatológica da chuva centenária como se baseavam  
3299 as nossas previsões hoje, não, a intemperividade é outra e se fala em pluviosidade  
3300 milenar. Nós pensamos no pior dilúvio quando fazemos previsões e, além disso,  
3301 ainda há os riscos da intemperividade onde não se prever mais com a coeficiência  
3302 esses fenômenos que assolam determinadas regiões. E é nesse sentido que  
3303 recuperação de APP deve ser tratada de uma forma, absolutamente, criterioso, mais  
3304 próxima possível da restauração, assim como devemos considerar também que as  
3305 nossas outras atitudes mudaram o conceito de pequena propriedade que aqui se  
3306 pretende alterar. Então, peço essa cautela ao Conselho Nacional do Meio Ambiente  
3307 para que possamos retornar essa matéria a Câmara Técnica de Origem e discutir as  
3308 salvaguardas necessárias para que não firmamos aí alguns princípios que  
3309 defendemos e que nós, através de duas moções, aconselhamos ao Congresso  
3310 Nacional.

3311

3312

3313 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado Conselheiro. Nós temos 3  
3314conselheiros inscritos, Gustavo, Fani e Fábio e vou tomar a iniciativa agora de  
3315controlar o tempo para que possamos ir caminhando para um desfecho desse  
3316debate. Conselheiro Gustavo.

3317

3318

3319 **SR. GUSTAVO DE MORAES TRINDADE (Planeta Verde)** – Eu acho que é  
3320fundamental ter uma boa discussão a respeito dessa minuta de Resolução, porque  
3321das discussões que se teve, que se previa ou que se buscava quanto à minuta de  
3322Resolução era um desplanamento e facilitação para o processo de recuperação e  
3323restauração das APPs. O que eu temo com essa proposta de Resolução é que  
3324podemos estar fazendo ao contrário, é burocratizar e dificultar o processo APP.  
3325Como colocado pelo Fábio, essa Resolução trás uma inovação na legislação  
3326ambiental, permite a recuperação das Áreas de Preservação Permanente, mediante  
3327a utilização temporária de exóticas, fato só previsto para a reserva legal. E aqui há  
3328algo que eu discuto a necessidade inclusive disso, ou seja, temos uma série de  
3329regras que diferenciam o uso das Áreas de Preservação Permanente para as  
3330pequenas propriedades rurais, inclusive o próprio Código Florestal permite o manejo  
3331agro florestal já com uma atividade de interesse social para as pequenas  
3332propriedades. Na última reunião do CONAMA houve uma série de novas regras  
3333classificando como de interesse social uma série de atividades também para a  
3334pequena propriedade rural. Então, já existe uma série de regras que podem ser  
3335utilizadas para o pequeno produtor rural tanto na recomposição, inclusive em alguns  
3336usos da sua APP, e essa possibilidade da recomposição e recuperação de Área de  
3337Preservação por Exóticas também entendo que não interessa ao Setor de  
3338Silvicultura, ou seja, a atividade de silvicultura tem se caracterizado como  
3339respeitadora das Áreas de Preservação Permanente e não se utilizaria dessa área  
3340por um período de 3 a 5 anos, que é um período que não respeita o ciclo da  
3341silvicultura para fazer tal recomposição com exóticas. Então, essa inovação trazida  
3342pela legislação e já tratada pelo Fábio, também não vejo sentido de se fazer. Outra  
3343coisa que me preocupa, em especial, é à disposição do art. 6º da proposta de  
3344Resolução que refere que o projeto técnico de recuperação das APPs quando  
3345exigido pela legislação ambiental dependerá a questão é: aonde na legislação  
3346ambiental eu exijo um projeto para recuperação de APP? Sei que alguns Estados,  
3347ao longo de tempo, exigiam projetos técnicos ARTs, uma série de requisitos para  
3348recuperação de APP, o que foi alterando ao longo dos anos. Ou seja, aquelas  
3349iniciativas de recuperação exóticas, aquelas iniciativas de regeneração natural isso  
3350tem que ser incentivado e desburocratizado pelas regras do CONAMA. Eu tenho  
3351algumas preocupações nessa Resolução, primeiro, o que devemos buscar são  
3352medidas de incentivar e facilitar a recuperação e regeneração das APPs, o que, em  
3353um primeiro momento, me parece que essa Resolução, em especial pela abertura  
3354trazida no § 6º, pode dar ao entendimento de qualquer tipo de restauração e  
3355recuperação de Áreas de Preservação Permanente seria necessária apresentar  
3356todos os requisitos, inclusive uma ART. Segundo, não vejo interesse ambiental, não  
3357vejo qualquer tipo de interesse da abertura para possibilidade de recomposição com  
3358exóticas, mesmo de forma pioneira, porque a pequena propriedade já existe uma  
3359série de regras próprias no Código Florestal e Resoluções do CONAMA e o grande  
3360Setor de Silvicultura também não faria uso de tal possibilidade ilegal. Então,  
3361trazendo tais discussões para debate, eu acho que a Resolução podemos até  
3362começar a debater o tema ou remeter de volta para a Câmara Técnica para se ter  
3363uma discussão mais aprofundada a respeito de tal possibilidade, mas que se tenha

3364 uma Resolução que vise facilitar e vise incentivar a restauração e regeneração de  
3365 APPs.

3366

3367

3368 **A SRª. FANI MAMEDE (CONTAG)** – Em nome da CONTAG e dos nossos  
3369 representados, nossos 25 milhões de agricultores familiares do País, considerando a  
3370 intenção desses agricultores em recuperar as suas áreas de APPs e legalizar as  
3371 suas propriedades e considerando ainda a proposta dessa Resolução que dará a  
3372 eles a oportunidade de recuperar essas áreas com metodologias simplificadas como  
3373 a condução da regeneração natural da vegetação, eu, mais uma vez, venho pedir  
3374 aos conselheiros e conselheiras apoio para aprovação da Resolução. Com relação a  
3375 369 ou a Resolução 425, que também trouxe processos, facilidades, simplificações  
3376 para legalização das propriedades para os agricultores e agricultoras familiares,  
3377 infelizmente em nenhum desses instrumentos está à recuperação de APP, enfim, e  
3378 é uma questão que tem dificultado a legalização dessas propriedades e para isso  
3379 nós precisamos sim da aprovação dessa Resolução. E só para esclarecer  
3380 rapidamente aqui, com relação a 425 não mudou módulos fiscais e nem conceito da  
3381 agricultura familiar. Outra coisa, a propriedade da agricultura familiar não é medida  
3382 por módulos fiscais, são módulos rurais, então, é outra unidade de medida, que não  
3383 é modificada em uma Resolução, que tem outro instrumento e, sobretudo o conceito  
3384 de agricultura familiar está na Lei 11326 e isso foi discutido na época quando a  
3385 Resolução foi aprovada. Então, acho que é bom que não façamos a confusão e  
3386 tenha esclarecido quando formos apresentar nossos argumentos. Obrigada.

3387

3388

3389 **O SR. FÁBIO RIBEIRO DIB (MOVER)** – Gustavo, só uma coisa, eu posso estar  
3390 enganado, mas fiz essa verificação ou na 11428 ou no Decreto Regulamentador  
3391 trata-se, especificamente, dos requisitos necessários, pelo menos no domínio de  
3392 Mata Atlântica, de quais serão os aspectos técnicos a serem observados, eles são,  
3393 aí estou vendo a colega Fani preocupada e é uma preocupação que obviamente  
3394 temos também, eles são bastante incisivos e bastante complexos. É lógico que isso,  
3395 de alguma maneira, deva afetar na burocracia específica da possibilidade de  
3396 recuperação da área. Então, logo de cara já me parece que está claro que quando  
3397 estivermos falando de Mata Atlântica, em tese, a Resolução, pelo menos no aspecto  
3398 do art. 6º, vai ter que ser remetida para a legislação específica da Mata Atlântica.  
3399 Estou vendo o João de Deus me olhar ali, não sei se ele se lembra disso ou não, se  
3400 estou errado ele pode me corrigir. Então, em tese como tenho uma lei que é superior  
3401 essa remissão é feita a essa lei, então, aquele que utilizar as suas APPs  
3402 eventualmente em Mata Atlântica vai ter que respeitar aquilo que aquela lei  
3403 específica está dizendo, salve-engano é a 11428 ou o Decreto Regulamentador.  
3404 Agora, tenho uma observação a fazer contra aquilo que o João de Deus falou, que  
3405 eu realmente enxergo, e não estou sozinho, de uma maneira diversa a possibilidade  
3406 de uso específico da APP. Nós não entendemos de maneira alguma que no espírito  
3407 da norma, da lei das leis ou da própria lei, obviamente APP é ou venha ser uma  
3408 floresta de rendimento. É também bom que deixemos bastante claro, que somos a  
3409 favor da recuperação das APP, me pareceu, não sei se foi essa a intenção da Fani e  
3410 acho que não, que você entendeu que não temos essa preocupação com a  
3411 recuperação da APP inclusive no que tange ao setor que você defende e que nós  
3412 também somos bastante sensíveis a ele. Então, se entendi errado me desculpe, mas  
3413 temos essa preocupação e queremos, efetivamente, que as APPs sejam  
3414 recuperadas, óbvio, qualquer ambientalista quer que isso venha acontecer. O que eu  
3415 quis deixar claro para vocês é que me parece que esse instrumento específico

3416 Resolução do jeito que está sendo colocado, está dando azo, está possibilitando,  
3417 efetivamente, o uso das APPs com plantio inclusive de exóticas que pode vir a trazer  
3418 um eventual prejuízo à biodiversidade, não sou o técnico específico aqui para  
3419 defender essa questão. E por conta disso é que entendemos que há de se voltar  
3420 para a Câmara Técnica para se discutir alguns aspectos específicos, principalmente  
3421 aqueles relacionados no art. 4º, 5º, 6º e 7º, o 6º eu havia esquecido de mencionar,  
3422 mas como o Gustavo tocou no assunto, há algumas legislações específicas que vão  
3423 falar sobre essa possibilidade ou necessidade de juntar a documentação. Então,  
3424 quero que fique bem claro isso, nós somos a favor da recuperação das APPs, não  
3425 entendemos que o instrumento do jeito que está trazendo para o Ordenamento  
3426 Jurídico uma proposta licita e constitucional, nós achamos que tem que ser  
3427 aprimorado, queremos a recuperação efetiva das APPs, queremos que as pessoas  
3428 possam utilizar eventualmente as suas áreas de produção, mas há de se fazer  
3429 algumas reparações e algumas salvaguardas e talvez, como não tenho capital  
3430 técnico para isso, não fiz sugestões aqui, por isso peço e repito a vocês o retorno a  
3431 Câmara Técnica.

3432

3433

3434 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Bem, eu queria esclarecer que nós temos 5  
3435 conselheiros inscritos e na fala da Conselheira Cristiane eu vou encerrar as  
3436 inscrições, na fala dela vamos encerrar, todos concordam com essa regra para  
3437 podermos caminhar. Ok? Então, Cristiane, por favor.

3438

3439

3440 **SRª. CRISTIANE CASINI (ANAMMA SUDESTE)** – Eu vou ser breve e não vou  
3441 entrar no mérito da Resolução nas questões técnicas, só quero expor que participei  
3442 de algumas reuniões na jurídica, inclusive com representação dos técnicos  
3443 representantes da Câmara Técnica de Origem e que esclareceram aos membros da  
3444 Câmara Jurídica os pontos técnicos onde nós tínhamos dúvidas se íamos entrar em  
3445 alguma ilegalidade ou inconstitucionalidade e isso ficou bem claro na Câmara  
3446 Técnica de Assuntos Jurídicos. Eu só quero defender que como membro da CTAJ,  
3447 acho que não há necessidade de retornar a essa proposta de Resolução como está  
3448 para que nós reanaliseemos questões legais ou de constitucionalidade, porque isso já  
3449 foi visto na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Eu acredito que possamos entrar  
3450 no mérito da questão com os pontos que foram levantados e os demais que serão  
3451 levantados na discussão de cada tema e claro se tiver que voltar na Câmara de  
3452 Origem, obviamente, vai passar de novo pela Jurídica. Mas a princípio foi discutido e  
3453 amplamente debatido os pontos que tínhamos dúvidas se iriam infringir ou não outra  
3454 norma legal, foi amplamente esclarecido pela parte técnica e os membros da  
3455 Jurídica se deram por satisfeitos e entenderam que essa Resolução não infringe  
3456 nenhum dispositivo legal e nem constitucional. Obrigada.

3457

3458

3459 **SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministério Público dos Estados)** –  
3460 Boa tarde. A 2166 é fruto de discussões que aconteceram no Estado do Paraná  
3461 onde nós pudemos encaminhar ali todas as concessões possíveis na discussão de  
3462 Área de Reserva Legal e APP e o resultado não adiantou nada. O objetivo daquela  
3463 discussão era que os agricultores se convencessem da necessidade de  
3464 recuperarmos as áreas do Sul e Sudeste do Brasil que já foram completamente  
3465 degradadas. Nós, aqui no Conselho Nacional do Meio Ambiente, estamos  
3466 constantemente travando essas discussões e aí atendendo os interesses ou a  
3467 demanda de determinados setores. Fizemos uma discussão a respeito das

3468hidroelétricas dizendo que nós deveríamos discutir a Área de Preservação  
3469Permanente e ficou que as Áreas de Preservação Permanente dos reservatórios  
3470antigos deveriam ser recuperadas. Fizemos essa discussão hoje de manhã e já  
3471vimos que nada aconteceu e continua do mesmo jeito, mas as empresas estão  
3472empurrando com a barriga e não estão fazendo muito pouco ou quase nada. Então,  
3473continuamos a flexibilizar ou tentar atender os interesses dos segmentos para que  
3474as coisas melhorem, mas não é o que tenho sentido aqui. Fomos a 303, os  
3475municípios vieram e disseram: não, nós não queremos cumprir o Código Florestal  
3476nas áreas urbanas, temos que flexibilizar, temos que ir a 15m, vamos manter o  
3477Código Florestal e aí viemos para atender o Ministério das Cidades, porque o  
3478Ministério das Cidades entende que as pessoas que estão alocadas nessas áreas,  
3479não havendo risco, podem lá ficar e diminuimos, então, para 15m fazendo algumas  
3480condicionantes. Não satisfeito, viemos aí com as obras do PAC e acabamos  
3481exigindo um ou dois componentes para que pudéssemos permanecer lá com 15m.  
3482Nas discussões mais acirradas do Código Florestal nós dissemos: olha, nós não  
3483temos problema com a agricultura do Brasil, porque ela consegue nos fornecer de  
3484alimentos, não precisamos alterar o Código Florestal, todos conseguem produzir,  
3485nós conseguimos nos alimentar e está bom assim. Congressistas tenham atenção,  
3486não mudem o Código Florestal, não está adiantando nada, são apenas constatações  
3487e o Brasil está ardendo em fogo novamente, por que será? Será que nós não  
3488estamos colocando na cabeça das pessoas que a preservação não é necessária?  
3489Será que cada alteração que nós fazemos, cada mudança, cada segmento que  
3490queremos atender aqui será que não estamos deseducando a nossa população?  
3491Estou exagerando? Para concluir. Está sobrando mudas de nativas produzidas pelo  
3492órgão ambiental a título de doação aos agricultores no Estado do Paraná que tem  
3493programas específicos de recuperação a mais de 10 anos. Muito obrigado.

3494

3495

3496**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Eu gostaria de anunciar aos conselheiros que se  
3497inscreveram nesse período e que por isso vamos encerrar. Estão encerradas as  
3498inscrições. A Lisiane, o Marcílio Caron e João de Deus, como os três já falaram,  
3499cada um terão 3 minutos e não mais 5. Com a palavra Lisiane.

3500

3501

3502**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu gostaria de reforçar que não é uma  
3503metodologia feita em uma Resolução que vai resolver o problema de recuperação e  
3504restauração. Eu também gostaria de colocar que na hora que bateram na porta do  
3505Estado e de cada Prefeitura para pedir o que está nessa Resolução quero ver se  
3506vamos ter como cumprir, quem vai fazer isso, quem vai pagar, quem vai monitorar e  
3507quem vai fiscalizar, sabendo que não é o simples fato de plantar em 2 ou 3 anos e ir  
3508embora que vai recuperar uma APP e são cerca de 10 anos. Eu quero saber quem  
3509paga essa conta, muito bonito no papel, como outras Resoluções, como a 369 que  
3510estão utilizando para quaisquer fins, qualquer fim estão utilizando a 369, que  
3511ninguém sabe ainda utilizar. Vamos ter essa daí e sinto muito pelo pessoal da  
3512CONTAG, mas acho que não vai ser só essa Resolução que vai facilitar a vida do  
3513proprietário rural, do pequeno produtor, não vai ser, porque como o colega falou  
3514anteriormente já existem locais que fazem isso, não é uma questão de Resolução,  
3515qualquer Prefeitura tem um técnico, um engenheiro agrônomo ou um técnico  
3516agrônomo que pode ajudar, não há necessidade, eu vejo praticamente inócua essa  
3517Resolução fazendo uma metodologia de restauração e recuperação e existem  
3518manuais para isso. Então, fica aqui o meu questionamento quem é que vai pagar a

3519 conta já que agora virou uma Resolução, vai ter que ser aplicada e alguém vai ter  
3520 que pagar. Só isso. Obrigada.

3521

3522

3523 **SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu só queria fazer um  
3524 esclarecimento aos advogados, que espécie exótica não é pinos e eucalipto, é  
3525 qualquer espécie que esteja fora da sua origem. Esse é o primeiro ponto. Eu sou o  
3526 representante do Setor de Silvicultura, sou totalmente contrário, isso é uma coisa  
3527 absurda se falar em recuperação de vegetação nativa com espécies exóticas, pinos  
3528 e eucalipto. Quero dizer também que esse Grupo de Trabalho que foi formado e fui  
3529 coordenador desse grupo, o relator desse grupo foi o Professor Ademir Reis, quem é  
3530 da área conhece quem é Ademir Reis, é um dos profissionais mais capacitados e  
3531 conhecedores sobre recuperação e restauração de florestas. “Professor João de  
3532 Deus, quem não sabe é também um grande especialista na área de recuperação e  
3533 restauração de florestas nativas e o grupo foi criado em cima do que diz o art. 17 da  
3534 Resolução 369 no seu art. 17 diz o seguinte:” o CONAMA deverá criar um Grupo de  
3535 Trabalho para no prazo de 1 ano apresentar proposta para regulamentar a  
3536 metodologia de recuperação das APPs”. Gente, eu estranho as manifestações de  
3537 ONGs e de outros quando nós estamos fazendo um esforço enorme para fazer uma  
3538 metodologia para poder recuperar APP, ela tem que ser a menos complexa possível,  
3539 porque isso quem vai fazer é o agricultor na ponta, não são experes, não são  
3540 pessoas especialistas, olha o exemplo que o Promotor Saint Clair colocou agora e  
3541 nada acontece, porque a dificuldade é tão grande para que se possa fazer uma  
3542 recuperação que ninguém faz. Então, estamos caminhando contra, estamos fazendo  
3543 coisas aqui, me desculpe, vamos fazer uma guerra em cima de uma proposta de  
3544 metodologia que pode ser aprimorada e foi feito um esforço em cima disso para  
3545 aprimorar, até em inconstitucionalidade foi levantada, é uma coisa para mim  
3546 absurda. Então, a nossa intenção é colocar um instrumento na mão daquele, no  
3547 final, do produtor rural para que ele possa fazer a sua recuperação.

3548

3549

3550 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado. João de Deus o último inscrito.

3551

3552

3553 **SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Presidente, apesar da discussão já  
3554 está praticamente uma discussão de mérito, mas entendo que tem essa questão  
3555 preliminar sobre os pareceres de vistas. Eu só queria esclarecer, primeiro, com  
3556 relação ao art. 6º que trata daquela exigência do projeto técnico. Toda proposta de  
3557 Resolução sempre defendemos sobre a ótica de que o próprio decreto que  
3558 regulamenta a Lei da Mata Atlântica 6660, já prever que o plantio para fins de  
3559 recuperação independe de autorização. A Resolução 369 diz exatamente a mesma  
3560 coisa e nós insistimos inclusive na própria Câmara Técnica Jurídica com esse  
3561 argumento, que as ações de recuperação independem de autorização e, portanto  
3562 não caberia mesmo cobrança de projeto técnico. A argumentação é que você pode  
3563 ter situações em que isso foi imposição de um Termo de Ajuste de Conduta de uma  
3564 decisão judicial e isso suscitou em uma discussão muito ampla que na Câmara  
3565 Técnica Jurídica se optou por esse tratamento. Do ponto de vista metodologia a  
3566 nossa área técnica acha que a própria manutenção ou não desse art. 6º não  
3567 compromete a Resolução, porque não interfere na metodologia e essa é uma  
3568 Resolução de metodologia de recuperação e nós sempre partimos do pressuposto  
3569 que está estabelecido no ordenamento de que plantios para fins de recuperação,  
3570 aliás, o plantio de espécies nativas de um modo geral já tem na norma que isso

3571independe de autorização do poder público. E o nosso objetivo como a proposta de  
3572metodologia é exatamente avançar nessa direção e estimular as pessoas dar uma  
3573metodologia que tenha esse condão pedagógico, didático para dar uma orientação  
3574mínima para que aquele investimento tenha a efetividade desejada, mas procurando  
3575sim tirar essas amarras e desburocratizar, no sentido de podermos estimular à  
3576recuperação. A outra questão, Secretário, só para esclarecer. De novo, Lisiane, é  
3577uma Resolução que trata de metodologia, isso aqui não é um programa de incentivo,  
3578de apoio a recuperação. Então, quando você menciona quem vai pagar, a questão  
3579do custo envolvido, disponibilidade de mudas, não que isso não seja relevante, mas  
3580isso não está sendo tratado nessa Resolução e não deve ser tratado, porque  
3581devemos nos ater a ter nessa Resolução uma metodologia que seja um guia, uma  
3582orientação para as ações voluntaria de recuperação de APP, que é realmente o  
3583grande passivo que temos aí que temos que dar uma resposta satisfatória nessa  
3584direção. Isso não significa que não temos que continuar com os Estados, os  
3585municípios e a própria União, a trabalhar nessa perspectiva de ter programas que  
3586realmente façam essa avaliação, que auxiliem também na mudança dessa estrutura  
3587para que tenhamos uma disponibilidade maior de mudas e também a injeção de  
3588recursos para financiar e apoiar esses programas, mas o nosso entendimento não  
3589seria no Corpo dessa Resolução que resolveríamos.

3590

3591

3592**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado. Bem, senhoras conselheiras e  
3593senhores conselheiros, nós vamos votar preliminarmente o parecer da EcoJuréia e  
3594depois votaremos o parecer da Câmara Técnica. Ok?

3595

3596

3597**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – É o seguinte: o entendimento  
3598da Mesa é que o parecer da EcoJuréia conclui propondo que a matéria retorne as  
3599Câmaras Técnicas, Câmara Técnica de Mérito e Câmara Técnica de Assuntos  
3600Jurídicos. Então, essa proposta que encerra o parecer da EcoJuréia é preliminar,  
3601porque se o Plenário está entendendo, depois de toda essa discussão feita, de que  
3602procede ao pleito da EcoJuréia, então, não faz sentido abriremos votação e discussão  
3603do mérito da matéria. É só esse esclarecimento. Então, nós vamos ter que  
3604preliminarmente votar se o Plenário acata ou não a proposta de retorno a Câmara  
3605Técnica da matéria, é isso, se o Plenário acatar fica suspenso.

3606

3607

3608**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Agradeço o Secretário Executivo à clareza.

3609**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Ele pede a  
3610nulidade absoluta.

3611

3612

3613**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Bem, então, eu queria que a EcoJuréia  
3614esclarecesse efetivamente qual é a proposta. Está escrito no parecer, mas qual é a  
3615proposta?

3616

3617

3618**O SR. FÁBIO RIBEIRO DIB (MOVER)** – Hoje fizemos uma série de discussões e a  
3619proposta depois de muita discussão, inclusive uma discussão que eu tive com você  
3620lá fora que não tive a participação de uma das discussões que vocês tiveram sobre o  
3621art. 1º e tal. A proposta que fazemos nesse sentido de que volte para uma análise, é  
3622uma coisa parecida com o que acabou falando também o Gustavo. Essa é a

3623 proposta, porque fiquei sabendo de uma série de outras variáveis no meio das  
3624 conversas que tivemos aqui fora. Então, essa foi a proposta.

3625

3626

3627 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Então, essa é uma votação preliminar. Os  
3628 conselheiros vão votar esta proposta de retorno a Câmara Jurídica. Tudo bem, mas  
3629 acho que tem muita preciosidade e todos estão entendendo o que estamos falando.  
3630 Então, é essa a proposta que vamos votar. Senhoras e senhores conselheiros que  
3631 forem favoráveis a essa proposta, por favor, levantem os seus crachás. Muito  
3632 obrigado. Os contrários se manifestem. Rejeitada a proposta. Abstenções? Uma  
3633 abstenção. Bem, agora uma vez ultrapassada essa votação preliminar, nós vamos  
3634 votar a matéria. Então, como já houve discussão exaustiva com pros e contras.  
3635 Então nós não vamos abrir uma nova bateria de intervenções, nós vamos direto a  
3636 votação. Temos aqui a proposta da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas,  
3637 então, é a proposta que está aqui na pauta e quero consultar as senhoras e  
3638 senhores conselheiros. Aqueles que forem favoráveis a essa proposta de  
3639 Resolução, por favor, se manifestem levantando os seus crachás, sem prejuízo das  
3640 emendas. Texto-base sem prejuízo das emendas. Muito obrigado. Os contrários se  
3641 manifestem. Aprovado o texto-base sem prejuízo de emendas. Ok? Muito bem,  
3642 senhor Secretário Executivo para continuidade da Ordem do Dia.

3643

3644

3645 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Bem, nós temos já  
3646 apresentado aqui um parecer da Mira-Serra que tem uma série de emendas  
3647 propostas ao texto. Nós teríamos Presidente, que abrir agora aos demais  
3648 conselheiros que, porventura, tenham emendas a apresentar ao texto. Inclusive  
3649 eventualmente a EcoJuréia se caso entende que pode também apresentar emendas  
3650 aqui neste momento. Nós temos duas possibilidades, ou já começamos a discussão  
3651 item a item, que julgo que seja o melhor, ou abrimos um tempo para que as  
3652 emendas sejam colocadas ali no nosso computador, mas acho que poderíamos ir  
3653 ponto a ponto verificando as emendas desde o primeiro artigo da Resolução. Ok?  
3654 Muito bem. Então, eu peço a atenção dos conselheiros para apreciarmos capítulo a  
3655 capítulo, artigo a artigo a Resolução, sabendo que como ela já foi aprovada como  
3656 texto-base só vai parar naquele dispositivo que seja alvo de emenda, o que não é  
3657 alvo de emenda já está aprovado. Então, a Mesa consulta o Plenário em relação ao  
3658 Capítulo 1º, art. 1º das disposições gerais se há alguma emenda neste artigo?  
3659 Gustavo. Questão de ordem.

3660

3661

3662 **SR. GUSTAVO DE MORAES TRINDADE (Planeta Verde)** – Para buscar  
3663 encaminhar essa discussão, eu acho que tem dois pontos que me parecem  
3664 contraditórios no texto da Resolução. A emenda da Resolução dispõe sobre a  
3665 metodologia para recuperação de Áreas de Preservação Permanente, contudo o art.  
3666 1º trata de declarar como de interesse social as atividades de recuperação das  
3667 Áreas de Preservação Permanente, que são coisas bastante diferentes. Então, a  
3668 emenda e o primeiro artigo da Resolução são completamente dispares, um é aprovar  
3669 a metodologia e o outro é permitir a intervenção de interesse social em APP. Então,  
3670 acho que de imediato já é importante levantar tal fato e tem bastante relevância na  
3671 discussão e no trato do texto da Resolução.

3672

3673

3674**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Só para esclarecer. Em um  
3675aspecto Gustavo, nós temos deixado sempre a ementa e os considerando para a  
3676discussão ao final, mas eu entendi a contradição que está sendo apontada aqui, é  
3677importante que ouçamos a área técnica, os membros da Câmara Técnica ou área  
3678técnica do Ministério em relação a esse problema. Só para recapitular aqui, João,  
3679você estava em um diálogo com a Sociedade Civil, é o seguinte: no art. 1º o Gustavo  
3680argumenta que a menção ao interesse social, a recuperação de APP considerada de  
3681interesse social, escapa do escopo da ementa, porque a ementa fala apenas de  
3682metodologia de recuperação e o art. 1º já declara área de interesse social, essa área  
3683em recuperação. Então, a questão é se não há uma contradição e se não está  
3684extrapolando o escopo da Resolução. É isso, Gustavo?

3685

3686

3687**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Só um esclarecimento aqui. A  
3688recuperação de APP tem um aviso dizendo: “consideradas de interesse social”. Essa  
3689interpretação decorre do texto atual do Código, porque já há no interesse social uma  
3690série de atividades associadas à manutenção de plantios, ao próprio plantio de  
3691espécies nativas e todas as ações relacionadas à manutenção de plantios e de  
3692processo de recuperação já são entendidas como de interesse social, independente  
3693do que está sendo desenvolvido em área de APP. Então, nós entendemos que isso  
3694quando feito em uma área de APP tem um interesse maior ainda. Então, veja, nós  
3695não estamos aqui criando um novo interesse social, é só reafirmando que essas  
3696atividades associadas à manutenção do processo de recuperação já são entendidas  
3697como atividades de interesse social pelo próprio Código hoje.

3698

3699

3700**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Pergunto se algum  
3701Conselheiro tem em relação a esse art. 1º alguma emenda, se não tiver vamos  
3702passar adiante? Capítulo 2 das definições. No art. 2º para efeito dessa Resolução  
3703são adotadas as seguintes definições e tem 4 definições. Pergunto aos conselheiros  
3704se há alguma emenda a ser apresentada as definições? Conselheiro Urbano e João.

3705

3706

3707**A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** – E ainda  
3708uma questão de ordem. Nós estávamos falando do texto *caput* e isso não foi votado  
3709e só foi esclarecido. O art. 1º não houve votação, só houve um esclarecimento da  
3710incompatibilidade.

3711

3712

3713**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Não tem emenda, eu perguntei  
3714se tem emendas, depois do esclarecimento se o Gustavo ou qualquer Conselheiro  
3715tem emendas ao art. 1º.

3716

3717

3718**A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** – Eu só  
3719acho que para evitar esse conflito, nós poderíamos suprimir o que está entre  
3720vírgulas, porque isso trata de fato de metodologia para recuperação. Então, fala: a  
3721recuperação deverá observar a metodologia disposta nas Resoluções. Se já está na  
3722lei é inútil o que está entre vírgulas e evita uma maior disparidade com a ementa da  
3723Resolução.

3724

3725

3726 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Então, há uma proposta de  
3727 supressão da expressão: “considerada de interesse social”, do Ministério Público  
3728 Federal. Algum Conselheiro é contrário a essa ementa? Está claro para os  
3729 conselheiros? Nós temos uma emenda de supressão no art. 1º.

3730

3731

3732 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Boa tarde a todos.  
3733 O meu questionamento é quando eu levantei a palavra para dizer que deveríamos  
3734 votar o art. 1º, não em si para votar o *caput* do art. 1º e sim o § único que existe do  
3735 nosso colega aqui do Ministério Secretaria de Portos que passou batido, porque só  
3736 estava na tela e vocês como estão longe de tela acredito que não conseguiram ver  
3737 que existia um destaque, mas o art. 1º quando eu vi já tinha sido passado. Se toda  
3738 vez, até desculpe, mas a colega falou que estava conversando e perdeu o bonde, eu  
3739 acho que toda vez que perdermos o bonde e for votar, acho que o art. 1º foi  
3740 colocado aqui, foi feito um questionamento, se alguém gostaria de colocar algum  
3741 questionamento, não foi colocado e próximo. Eu questioneei a existência de um §  
3742 único que está escrito agora em vermelho da Secretaria de Portos e acho que todas  
3743 as vezes que ficar voltando o que não votamos não sei.

3744

3745

3746 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – João, só para esclarecer. Nós  
3747 estamos votando e discutindo eventualmente emendas artigo a artigo. Então  
3748 aqueles que já encaminharam como o Dr. Urbano, já encaminharam emendas para  
3749 o computador tem que me alertar aqui que tem emenda no artigo, mas ele não fez  
3750 esse alerta e estamos considerando agora, assim como a observação que a  
3751 Conselheira Ana Cristina fez, ela está fazendo uma proposta de supressão e ele tem  
3752 um novo parágrafo.

3753

3754

3755 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Deixe-me dizer uma coisa aqui. Eu acho que o  
3756 João tem razão. Nós não devemos voltar atrás mais, mas em benefício até da  
3757 dúvida, de uma compreensão adequada, acho que nós podemos abrir essa exceção  
3758 e considerar incorporada essa proposta de emenda de supressão. Mas concordo  
3759 com essa observação e a Mesa não permitirá mais que se volte matéria já superada.  
3760 Ok? Então, por favor, encaminha a votação do art. 1º.

3761

3762

3763 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Então, antes de verificamos a  
3764 análise do parágrafo sugerido pela Secretaria de Portos, nós estamos apreciando a  
3765 emenda supressiva apresentada pela Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina, que retira a expressão do  
3766 art. 1º consideradas de interesse social.

3767

3768

3769 **SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** – Eu retiro a  
3770 proposta.

3771

3772

3773 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Você está retirando a  
3774 proposta? Está retirada a proposta, então, não há emendas em relação ao *caput* e  
3775 nós vamos apreciar agora o § único que a Secretaria de Portes propõe. Para  
3776 defender o parágrafo o Dr. Urbano, por favor.

3777

3778**O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – Bem, em  
3779 todos os casos previstos e até mesmo para as intervenções em APP, pequenas  
3780 intervenções definidas pela 369, precisa de autorização do órgão ambiental. Neste  
3781 caso quando a lei já prevê que você faz com as espécies nativas voluntariamente  
3782 que isso dispensa e isso foi falado aqui antes. Eu acho que era salutar, colocar isso  
3783 logo no início dessa Resolução e se referir a metodologia que está sendo aprovada  
3784 ligando os dois temas e ao mesmo tempo esclarecer, porque eu quando li a 369  
3785 falou em espécies nativas e espécie nativa pode ser espécie por bioma, pode ser do  
3786 ecossistema e espécie nativa de que? Então, acho que seria salutar também,  
3787 especificar que é do ecossistema onde APP está inserida. Então em benefício de  
3788 clarear essa questão proponho esse parágrafo.

3789

3790

3791**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Pergunto se há, da parte  
3792 do Plenário, algum Conselheiro contrário a emenda proposta pela Secretaria de  
3793 Portos. Temos ali a inscrição do João Batista da SEMA/Paraná.

3794

3795

3796**O SR. JOÃO BATISTA CAMPOS (SEMA/PR)** – Na verdade, essa proposição  
3797 colocada pelo colega anterior se torna redundante, quando você fala em espécies  
3798 nativas já é entendida, até nas definições no art. 2º aparece isso, é que elas ocorrem  
3799 nos seus limites de distribuição geográfica, ou seja, dentro dos ecossistemas. Então,  
3800 fica redundante você dizer espécies nativas do ecossistema no qual está inserido. É  
3801 só uma questão de definição conceitual.

3802

3803

3804**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Pergunto se ainda há  
3805 alguma observação.

3806

3807

3808**O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – Não sou  
3809 especialista no tema, mas se for de fato redundante pode-se retirar o termo  
3810 ecossistema. A minha dúvida se prende ao fato se não pode ser interpretado como  
3811 bioma, pode ser uma espécie nativa de um bioma e não necessariamente do  
3812 ecossistema. Eu não sou especialista, mas acho que caberia esse esclarecimento.  
3813 Se por acaso isso for realmente redundante e for claro para todos poderia tirar o  
3814 termo ecossistema.

3815

3816

3817**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Como eu já havia mencionado essa  
3818 previsão de que o plantio para fins de recuperação independe de autorização já está  
3819 previsto na 369 e também no próprio decreto que regulamenta a Lei da Mata  
3820 Atlântica. Eu acredito que um parágrafo como esse reforçando auxilia, até porque a  
3821 ideia é exatamente essa, estimular e deixar claro que as ações voluntárias de  
3822 recuperação de APP não precisam dessa burocracia toda. Tecnicamente a menção  
3823 a espécies nativas do ecossistema como o Dr. Urbano sugeriu, eu acho que é  
3824 bastante defensável, porque essa expressão ecossistema ao invés de bioma, ela,  
3825 para efeitos de recuperação de APP, acho que realmente é justificável, porque no  
3826 bioma podemos ter ecossistemas distintos, por exemplo, no caso do bioma Mata  
3827 Atlântica você pode ter áreas de ecossistema florestal. Então, é defensável que se  
3828 cobre a recuperação com espécies florestais naquela área. Por outro lado se é uma  
3829 área de Mata Atlântica com um ecossistema campestre também é razoável que a

3830recuperação se dê com as espécies características daquele tipo de ecossistema.  
3831Então, eu acho que a menção ecossistêmica tecnicamente é adequada e bastante  
3832defensável.

3833

3834

3835**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Obrigado. Vamos encaminhar,  
3836então. O Plenário está esclarecido sobre a emenda. A alteração, eu pergunto ao  
3837representante da SEMA/Paraná e ao Urbano, se há um acordo como está o texto, se  
3838está esclarecido, se mantém a proposta de alteração da emenda? Podemos votar?  
3839Os conselheiros que são favoráveis a emenda, por favor, levantar o seu crachá de  
3840votação. Ok. Obrigado. Os que são contrários. Abstenção. Aprovada a emenda.  
3841Passamos, então, ao Capítulo 2 das definições. Art. 2º apresenta 4 definições sobre  
3842espécie exótica, espécie exótica invasora, espécie nativa e sistemas agro florestais.  
3843Pergunto se há alguma emenda a ser apresentada nesse artigo com os seus  
3844incisos? Tem emenda Mira-Serra, CNA. Vamos dar sequência, João, caso ao longo  
3845da discussão novo conceito, uma nova definição tenha que ser feita ou algum ajuste  
3846não haverá prejuízo para isso e pode ser feito sem problema. A Mira-Serra, Lisiane,  
3847não tem emenda? Você quer fazer uma justificativa da emenda para o Plenário  
3848entender?

3849

3850

3851**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – A inclusão desses novos 3 conceitos  
3852se justificam, porque aparecem durante a proposta e não são conceituados que  
3853dificulta o entendimento e tanto do agricultor como do técnico que vai ser  
3854responsável, o agricultor que for fazer sozinho vai ter que ter um técnico, que a  
3855própria metodologia diz que tem que ter um técnico ART, para ficar bem claro que  
3856são funções recuperação e estrutura. Eu gostaria de adicionar na questão de  
3857função, faltou função ecológica, ao que se refere ao texto e no item 6 é função  
3858ecológica.

3859

3860

3861**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Função ecológica, Danilo, no  
3862item 6.

3863

3864

3865**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Nesse caso encaminhamos posição  
3866contrária à incorporação pelas seguintes razões: primeiro, recuperação, como eu já  
3867havia falado, esse já é um conceito definido legalmente, nós já temos o conceito na  
3868lei em que não é exatamente esse que está apresentado aqui. Então, acho que  
3869primeiro é desnecessário trazer, porque já existe um conceito legal consolidado.  
3870Segundo, com relação à complementação as definições de função e estrutura, da  
3871maneira como estão redigidas aqui, também são bastante questionáveis até do  
3872ponto de vista do entendimento, porque função e estrutura são coisas bastante  
3873genéricas e mesmo função ecológica, da maneira como foi definido, ela não  
3874resguarda uma precisão e incluir definições na Resolução me parece que vai, pode  
3875até ter um efeito contrário e gerar mais dúvidas de interpretação. Eu acho que nós  
3876encaminhamos contrário, primeiro, porque na definição de recuperação já está na  
3877lei, acho que é importante e é tratada várias vezes, mas o nosso entendimento é que  
3878já há um conceito legal estabelecido e as outras entendemos que são  
3879desnecessárias e também porque a proposta apresentada está tecnicamente  
3880inadequada, as duas, tanto o conceito de função ecológica, quanto de estrutura.

3881

3882 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok.

3883

3884

3885 **A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu até posso concordar com alguma  
3886 coisa, no entanto, como foi colocada pelo próprio Ministério do Meio Ambiente e  
3887 outros conselheiros, essa metodologia se refere a simplificar a vida do agricultor ou  
3888 que vai fazer essa restauração, essa recuperação. Então, quando fala em estrutura  
3889 aqui, a estrutura é técnica, não é uma estrutura vaga, pode ser até que não seja o  
3890 conceito que se quer, mas eu tirei isso da Embrapa, do livro da Embrapa sobre  
3891 recuperação de áreas degradadas. Então, talvez não seja essa a conceituação mais  
3892 adequada ao caso, mas estrutura tem que saber o que é, porque é repetido no texto,  
3893 que tem que atender a estrutura e a função ambiental, inclusive ainda fala da função  
3894 ecológica. Aplica 2 conceitos no texto: função ambiental e ecológica. Então, acho  
3895 que temos que chegar ao consenso de esclarecer a quem vai fazer essa  
3896 recuperação, o que é a função ecológica e a ambiental, porque são duas maneiras  
3897 que estão escritas no texto, e o que é estrutura. A recuperação, como foi dito, está  
3898 na lei e muito bem, então, é só lembrar que está na lei, porque temos vários  
3899 conceitos para recuperação e é isso que me preocupa.

3900

3901

3902 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Bem, se eu entendi Lisiane,  
3903 você está querendo manter pelo menos a definição que está no inciso VI e VII, é  
3904 isso? Função ecológica e estrutura, é isso? Podemos retirar, então, a V  
3905 recuperação, já que está definido em lei. Então, vamos retirar a definição V e passar  
3906 a VI para V e a VII para VI e aí nós vamos ver se o Plenário está esclarecido para  
3907 votarmos essas duas propostas de definição. Ok? Plenário está esclarecido?  
3908 Podemos votar? Ok. Os conselheiros que são favoráveis a essas duas definições,  
3909 por favor, levantem os seus crachás. Ok. Pode abaixar. Os que são contrários, por  
3910 favor, levantar o crachá. Abstenções. Está certa dúvida, está um pouco dividido.  
3911 Quero fazer uma pergunta, antes de fazer uma nova votação, ao João de Deus. É  
3912 possível, João, encontrar um acerto nessas duas definições de modo que seja  
3913 adequado? Estou tentando achar..., o Plenário está dividido, Elder, nessa votação e  
3914 estou tentando ver, antes de submeter novamente a votação, se há uma  
3915 possibilidade de consenso. Não. Então, vamos pedir atenção dos conselheiros  
3916 novamente para ver se visualmente podemos decidir pela votação. Aqueles que são  
3917 favoráveis a inclusão dessas duas definições, por favor, levantar o seu crachá.  
3918 Aqueles que são contrários. Pode baixar. Abstenções. Nós vamos ter que contar.  
3919 Vou pedir que o João conte desse lado e a Adriana conte do lado esquerdo, só  
3920 desse lado, a Adriana só do lado esquerdo e vou pedir para quem está votando de  
3921 pé, por favor, se sentar. Aqueles que são favoráveis as duas definições, por favor,  
3922 levantar o crachá e manter erguido. Pode abaixar. Aqueles que são contrários a  
3923 inclusão dessas definições, quer dizer, favoráveis ao texto-base já aprovado, por  
3924 favor, levante o crachá. Abstenções. Quem não votou, por favor, está se abstendo  
3925 mantenha levantado o crachá. 3 abstenções. Deu empate. Voto de qualidade do  
3926 Presidente.

3927

3928

3929 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Volney, você pode, porque não acompanhei a  
3930 discussão.

3931

3932

3933**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Volney, você estava presidindo  
3934na hora a Mesa, por favor, venha aqui na Mesa para votar.

3935

3936

3937**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou acompanhar aqui a orientação  
3938técnica do Ministério, no sentido de rejeitar essas duas inclusões.

3939

3940

3941**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Então, está rejeitada a  
3942proposta de definição. Passamos para o Capítulo 3 art. 3º, que trata da recuperação  
3943de APP que poderá ser feita pelos seguintes métodos: art. 3º tem 3 incisos.  
3944Pergunto se há alguma emenda ao art. 3º e os respectivos incisos? Urbano, tem  
3945alguma emenda? Mira-Serra tem emenda? Veja bem, fizemos uma discussão,  
3946então, o Mira-Serra apresentou no parecer, mas pode já ter recuado, então, por isso  
3947que tenho que perguntar para saber se mantém, se mantém a emenda levante o  
3948braço e vamos discutir. Está na tela a emenda altera o *caput* do art. 3º. É isso  
3949Lisiane? Você pode vir defender e explicar, por favor.

3950

3951

3952**A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – É um acréscimo, conforme a situação  
3953diagnosticada. Eu acho que isso é muito importante, porque só colocar “recuperação  
3954podrá ser feita pelos seguintes métodos”, não deixa claro que tem que fazer no  
3955diagnóstico anterior do local. Seria isso.

3956

3957

3958**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Nós encaminhamos pela manutenção  
3959da redação inicial e lembrando que essa sugestão, Lisiane, apesar da relevância de  
3960fazermos esse diagnóstico, mas a ideia é ter uma metodologia, considerando que  
3961esse processo de recuperação independe de autorização. Então, se remetermos a  
3962uma avaliação prévia, a um diagnóstico prévio isso fica comprometido.  
3963Simplesmente por essa razão até para manter essa coerência com a proposta, nós  
3964sugerimos a manutenção do texto original.

3965

3966

3967**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Lisiane, quer fazer mais  
3968uma manifestação?

3969

3970

3971**A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu queria destacar em cima do que o  
3972João de Deus falou, que a própria proposta exige um técnico com ART, está aqui  
3973adiante para fazer a proposição técnica. Vou até ver o artigo aqui e brotou uma ART  
3974aqui no meu, porque inclusive eu ia sugerir isso, o projeto técnico tem que ter uma  
3975ART. Então, não vejo o porquê esse mesmo projeto técnico, o técnico não possa  
3976fazer um diagnóstico rápido.

3977

3978

3979**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Danilo, volta ao art. 3º, está  
3980mantendo a proposta. Ok. Vamos consultar o Plenário, se o Plenário está  
3981esclarecido em relação à proposta de emenda, se podemos votar? Ok. Então,  
3982aqueles que são favoráveis a emenda, por favor, levantar o crachá de votação. Pode  
3983abaixar. Os que são contrários. Pode abaixar. Abstenções. Está rejeitada a proposta  
3984e mantido o texto-base original. Passamos para o art. 4º, que fala da recuperação

3985 mediante condução da regeneração natural de espécies nativas, deve observar os  
3986 seguintes requisitos e procedimentos. Então, temos o *caput*, 6 incisos e um § único,  
3987 temos uma emenda da Mira-Serra em relação ao primeiro inciso. Convido  
3988 novamente a Lisiane para que venha defender essa alteração do primeiro inciso.

3989

3990

3991 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Pois é aqui nós já vamos entrar,  
3992 exatamente, em conflito com a aprovação anterior, porque tecnicamente justificável,  
3993 quer dizer, vai envolver um diagnóstico, porque vai ter que ser tecnicamente  
3994 justificável para fazer a proteção quando necessário. Eu acho que houve um  
3995 prejuízo na votação anterior. Teriam que ler todo o texto direito para ver como entra  
3996 em conflito alguns artigos. Bom, a proteção que eu coloquei ali, que é o uso de  
3997 vegetação nativa e cercamento, além do baixo custo de implantação, ameniza o  
3998 efeito de borda no fragmento implicando, portanto, em uma restauração natural e  
3999 indireta. Nos casos que não há necessidade de isolamento a utilização de marcos é  
4000 óbvia, para que não se retorne a condições de degradação anterior. Essa é a nossa  
4001 justificativa para uma pequena alteração. Então, vou lembrar de novo, vou aproveitar  
4002 a oportunidade para dizer que tem que ter um técnico responsável, porque a própria  
4003 Resolução está dizendo. Então, vamos ter isso em mente, quando nós precisarmos  
4004 aprovar alguma coisa que envolva diagnóstico, quando for necessários os casos  
4005 especiais, tudo isso alguém vai ter que dizer.

4006

4007

4008 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Eu vou começar pelo esclarecimento  
4009 com relação a essa lógica da exigência de projeto técnico e consequentemente do  
4010 responsável técnico. Isso está previsto no art. 6º e acho que vamos discutir quando  
4011 chegar, mas a lógica toda dessa proposta de Resolução é estabelecer metodologia,  
4012 como nós explicamos aqui, na perspectiva de que essa ação voluntária de  
4013 recuperação de APP independe de autorização e, portanto, não cabe a exigência de  
4014 projeto técnico e toda a estrutura inicial da Resolução, Lisiane, está organizada  
4015 nessa perspectiva. Quando chega ao art. 6º é que veio essa remessa a projeto,  
4016 porque houve esse argumento que em algumas situações ou por força de  
4017 licenciamento ou de um TAC poderia ter essa exigência. Então, a Resolução não  
4018 poderia suprimir, mas acho que a própria relevância ou justificativa disso nós  
4019 discutimos no art. 6º. Toda a lógica da metodologia foi nessa perspectiva de ter um  
4020 instrumento entendendo que essas ações voluntárias realmente não demandam  
4021 essa avaliação ou essa autorização prévia do órgão ambiental e, portanto, não  
4022 precisa de projeto técnico. Com relação ao cercamento, isso já veio do próprio GT, a  
4023 menção a necessidade de fazer cercamento é pelo entendimento que em algumas  
4024 propriedades rurais o próprio uso que se faz, principalmente quando envolvem  
4025 atividades pecuárias, esse isolamento é algo essencial, sem fazê-lo você não vai  
4026 garantir o mínimo de eficácia para o processo de recuperação. Então, se o contexto  
4027 ali mostra que tecnicamente há a exigência do cercamento, se o cidadão está,  
4028 mesmo que voluntariamente, está fazendo essa recuperação e não promove esse  
4029 cercamento, a qualquer momento o técnico pode passar lá e fazer essa observação  
4030 e exigir que ele atenda esse dispositivo da Resolução, mas não precisa um projeto  
4031 técnico a avaliação prévia. Esse foi o entendimento, que no âmbito dessa Resolução  
4032 como orientação metodologia, fazer menção de que ele tem que observar isso sim e  
4033 se tecnicamente se justifica o investimento por cercamento que ele deve fazer. Não  
4034 está dizendo que é o técnico, quando tecnicamente se justifica. Tecnicamente pelo  
4035 seguinte: se você tem a manutenção naquele espaço de herbívoros, é lógico

4036entender que a manutenção de uma muda vai ficar comprometida ou risco? É claro  
4037que isso é defensável tecnicamente e se justifica a adoção do cercamento.

4038

4039

4040**SR. PAULO COUTINHO (Ministério do Turismo)** – Esclarecimento ao João de  
4041Deus. Se trocar a expressão tecnicamente justificado poderia ensejar essa  
4042interpretação de uma análise prévia tecnicamente justificável, é uma alteração de  
4043palavra de texto para não dar margem a essa interpretação de uma operação  
4044técnica prévia. Tecnicamente justificável.

4045

4046

4047**SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – É que eu fui o  
4048Presidente dessa Câmara Técnica e vou tentar colocar um pouco do histórico de  
4049algumas sugestões que foram apresentadas lá. O fato de cercar ou não APP não é  
4050pela existência ou não da necessidade da cerca, é porque colocamos um exemplo  
4051se tenho o plantio de milho ou somente de grãos, nunca um animal dessa  
4052propriedade vai invadir essa APP, então, não tem o porquê de você fazer um  
4053cercamento, não tem por que. Somente o fato de você ter a delimitação do que é  
4054uma APP, você não precisar fazer o cercamento, porque você pode até está  
4055impedindo a fauna de fazer a sua locomoção, por isso que quando foi colocado  
4056tecnicamente justificado, porque o agricultor vai avisar no dia que tiver uma  
4057fiscalização, alguma pessoa fazer um questionamento do porque ele está colocando  
4058uma cerca, ele vai dizer: “porque eu tenho gado aqui do lado”. Então, quero proteger  
4059a recuperação da minha Área de Preservação Permanente dos meus animais.  
4060Então, a garantia de que o que ele está preservando, o que está recuperando não vá  
4061causar a degradação da área recuperada. Então, o cercamento é para isso. Na  
4062proposta que foi colocada agora pela colega da Mira-Serra, pelo que eu entendi está  
4063ficando quase que obrigatório colocar a cerca. Um dos grandes motivos que foi  
4064colocado aqui da recuperação de Área de Preservação Permanente é o custo, é  
4065muito caro quando você vai tentar fazer uma recuperação. Quando foi colocado no  
4066seminário que houve na Câmara dos Deputados, foi apresentado por todos os  
4067técnicos que a recuperação de uma Área de Preservação Permanente custa de 5 a  
406815 mil reais por hectare colocado pelos técnicos presentes. O fato de você não exigir  
4069o cercamento por uma determinada situação, você já diminuiu o custo da  
4070recuperação e é mais fácil você fazer recuperação dessa Área de Preservação  
4071Permanente. Então cercamento é só tecnicamente justificado por conta disso.

4072

4073

4074**SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Lisiane, você está  
4075retirando a proposta ou mantendo? Vamos dar uma agilizada, porque tem ainda um  
4076longo trecho para percorremos.

4077

4078

4079**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – A ideia aqui foi de que essas espécies  
4080como cercamento também fazem parte da recuperação, por isso que coloquei que  
4081na justificativa que ameniza o efeito de borda. Então, temos uma área a ser  
4082recuperada que não tem nada e vamos recuperá-la. Esse cercamento pode ser com  
4083mudas da própria recuperação fazendo esse isolamento e ajudando a proteger o  
4084efeito de borda. No caso que eu coloquei a delimitação da APP com alguns tipos de  
4085marco, é comum em qualquer propriedade de rural ter piquete, ter o marcos de  
4086madeira pintado, é comum com marcações colocar que aquilo é uma APP até para  
4087sinalizar para outras pessoas, para outras ocasiões que tem caminhos de servidão,

4088 são umas infinidades de excepcionalidades, que com o marco sinalizam que aquilo é  
4089 uma APP que está sendo recuperada. Então, não vejo custo nenhum em pegar um  
4090 pedaço de pau, uma pilha de pedra e colocar ali e isso é usualmente feito em área  
4091 rural. Eu trabalho em área rural e vejo isso e não encarece em absolutamente nada,  
4092 é só uma questão de sinalizar que aquela área está sendo recuperada.

4093

4094

4095 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. O Plenário está  
4096 esclarecido, os conselheiros estão esclarecidos. Alguém tem dúvida? Podemos  
4097 votar? Vou submeter à votação alertando a Lisiane Conselheira, que caso aprovado  
4098 vamos ter que ajustar que tem um problema de técnica legislativa, que eu saiba  
4099 inciso, parágrafo não pode ter ponto e normalmente se abre outro inciso. Mas o  
4100 sentido da proposta, depois nós ajustamos a forma, vamos votar como está ali.  
4101 Então, a proposta de emenda da Mira-Serra é o inciso I, modifica o inciso I. Pergunto  
4102 os conselheiros que são favoráveis a esta emenda levantem o crachá. Ok. Podem  
4103 abaixar. Os que são contrários a essa emenda. Ok. Abstenções. Então está  
4104 rejeitada a emenda proposta. Vamos para o inciso II, que fala adoções de medidas  
4105 de controle e erradicação de espécies exóticas invasoras como também um dos  
4106 requisitos e procedimentos previstos nesse artigo. A Mira-Serra propõe adoção de  
4107 medidas de controle e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras de modo  
4108 a não comprometer a biota local. Então, ela acrescenta a expressão de modo a não  
4109 comprometer a biota local. Pergunto se algum Conselheiro é contrário a essa  
4110 emenda. Queira se manifestar contrariamente.

4111

4112

4113 **SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Aqui acho que é bastante relevante  
4114 chamarmos a atenção para a autora da proposta, porque o termo biota é um termo  
4115 bastante amplo e no caso aqui da previsão do controle de espécies exóticas  
4116 invasoras, Lisiane, a preocupação é bem mais imediata e nós temos que ter  
4117 realmente esse controle para, ou melhor, como uma estratégia de aumento da  
4118 eficácia da ação de recuperação. Então, se nós mantivermos essa expressão que  
4119 não comprometa a biota local, isso pode abrir essa interpretação e dizer: não, eu  
4120 não preciso fazer erradicação, porque espécie invasora que tem aqui não  
4121 compromete ou não tem clareza de que isso venha comprometer a biota local, que é  
4122 bem mais difícil de eu comprovar que uma espécie, mesmo que seja identificada  
4123 como invasora, que ela esteja realmente criando um comprometimento para a biota  
4124 como um todo. Na nossa interpretação se isso já insere um comprometimento a  
4125 proposta de recuperação, ela tem que ser realmente controlada e erradicada, por  
4126 isso achamos que é melhor manter o texto original e não fazer essa vinculação com  
4127 a biota.

4128

4129

4130 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Lisiane e depois votamos.

4131

4132

4133 **SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu acho que poderia haver um acordo  
4134 em relação à biota trocar por área ou alguma coisa assim, porque o que se vê na  
4135 prática é corte da exótica arbórea e acaba afetando outras nativas do entorno.

4136

4137

4138 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Pode ser? Então, Danilo, de  
4139 modo a não comprometer a área em recuperação. Pode ser assim? Ok. Então, há

4140um acordo aqui entre MMA e Mira-Serra em relação a essa emenda. Pergunto se o  
4141Plenário está esclarecido para votar e vamos à votação. Aqueles que são favoráveis  
4142a emenda, por favor, levantar o seu crachá. Ok. Podem abaixar. Os que são  
4143contrários. Pode abaixar. Abstenção. Está aprovada a emenda. Vamos para a  
4144próxima e aí o inciso V, que fala prevenção e controle do acesso de animais  
4145domésticos e a proposta de Mira-Serra é adoção de medidas impeditivas de acesso  
4146de animais domésticos e exóticos. E aí essa barra também não se usa em texto  
4147normativo. Para defender a proposta Lisiane.

4148

4149

4150**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Talvez a técnica legislativa não seja  
4151adequada com a barra, mas a ideia de passar é que nós temos problema grave com  
4152os javalis, eles não são considerados espécies domésticas e com certeza não  
4153tiveram nenhum tipo de impedimento. Eu acho que só a espécie domestica não deve  
4154ser considerada, mas também essas espécies exóticas que têm impacto no  
4155ambiente.

4156

4157

4158**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Então, pergunto aqui aos  
4159professores de português seria domésticos e exóticos ou domésticos ou exóticos, é  
4160“e” ou “ou”. Então, acerta aí, por favor, Danilo, é “e”.

4161

4162

4163**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Lisiane, só uma sugestão, eu até  
4164concordo com o seu argumento, mas acho que talvez ficasse melhor usarmos a  
4165redação, aproveitar a redação inicial tratando de prevenção e controle e não  
4166medidas impeditivas. Então, ficaria previsão e controle do acesso de animais  
4167domésticos e exóticos.

4168

4169

4170**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Mira-Serra? Então  
4171acrescentando domésticos e exóticos e fica como proposta Mira-Serra e MMA.  
4172Retirando a emenda original, certo Lisiane? Prevenção e controle do acesso de  
4173animais domésticos e exóticos. Eu sinceramente tendo a achar que é melhor colocar  
4174ou, porque tem animais domésticos que são exóticas e tem animais exóticos que  
4175não são domésticos. Então, e/ou não, isso não existe, ou é “ou” ou é “e”. Eu entendo  
4176que seja prevenção e controle do acesso de animais domésticos ou exóticos. Ok? E,  
4177naturalmente, que a Consultoria Jurídica que avalia depois técnica legislativa, ela  
4178poderá eventualmente encontrar uma solução melhor. Então, é ou mesmo. Ok.  
4179Vamos à votação os conselheiros favoráveis.

4180

4181

4182**O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – Parece que a  
4183369 fala em acesso a água, quer dizer, você não pode eliminar o acesso dos  
4184animais a obtenção de água desde forma controlada, não sei se deveria ficar como  
4185está, parece que é muito restritivo e eliminaria até possibilidade de acesso a água.

4186

4187

4188**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Urbano, só uma observação e  
4189vou falar aqui, porque trabalhei bastante na 369. A 369 prever embaixo impacto o  
4190acesso de animais e ali não está impedindo, ali está apenas dizendo prevenção e  
4191controle do acesso. Na Resolução 368 o acesso é permitido, mas sob controle

4192também, não é de qualquer jeito, não é isso João? Ele é considerado uma  
4193possibilidade de baixo impacto a APP, portanto há um controle sim. Estou errado  
4194João de Deus? E isso também é para espaço que está sendo recuperado. Então, o  
4195controle aí no caso é absolutamente necessário ou a recuperação não vai ser  
4196possível. Vamos à votação, João, a prevenção e o controle... Vamos lá, aqueles que  
4197são favoráveis, por favor, a emenda Mira-Serra e MMA, levante o seu crachá. Em  
4198votação. Ok. Pode abaixar. Os que são contrários. Abstenção. Aprovada a emenda.  
4199Ainda temos mais uma emenda no inciso 6º que diz: adoção de medidas para  
4200conservação e atração de animais nativos dispersores de sementes. A proposta da  
4201Mira-Serra é adoção de medidas de conservação da fauna e para a atração de  
4202animais dispersores de sementes. Então, acrescenta ali a conservação de medidas  
4203de conservação da fauna. O texto original fala medidas para conservação e atração  
4204de animais nativos dispersores de sementes e a emenda da Mira-Serra amplia para  
4205conservação da fauna de forma geral. Para defender Lisiane.

4206

4207

4208**A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Para deixar mais claro, porque aqui  
4209parece que temos só conservar e atrair a fauna só de animais atrativos e  
4210dispersores. Na verdade, nós temos que conservar a fauna que já existe e atrair  
4211outras que possam ajudar na dispersão de sementes. Da maneira como está à  
4212redação pode dar uma interpretação que temos que conservar e atrair aquelas que  
4213são dispersoras de sementes. Essa é a impressão que dar. Então, por isso foi só  
4214uma questão de ajuste de redação para torna mais clara a importância da fauna  
4215local, que não é somente a forma dispersora que ajuda na recuperação, mas toda  
4216aquela teia alimentar que vai manter a recuperação da vegetação.

4217

4218

4219**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Pergunto se algum  
4220Conselheiro é contrário a emenda.

4221

4222

4223**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Estou tentando na  
4224parte prática, o que é conservação da fauna? Fica uma coisa meio que  
4225extremamente subjetiva. Quando colocamos no texto adoção de medidas para  
4226conservação e atração de animais nativos, o princípio era animais nativos que são  
4227dispersores de sementes para atrair eles. Agora, da conservação da fauna fica uma  
4228coisa meio esquisita, não fica uma coisa objetiva, é uma coisa que não é papável  
4229para ser trabalhada e não consegue observar isso. Eu acho que o modo como está  
4230no documento original já dar, exatamente. porque o princípio da Resolução que é a  
4231recuperação e não utilizando os animais como inspeção de semente. Isso foi muito  
4232utilizado, se não me engano, aquela gralha azul, se não me engano acho que foi  
4233colocada no Sul e foi um dos motivos principais da atração dele como dispersor de  
4234semente. Eu acho que colocando conservação da fauna deixa uma coisa muito...

4235

4236

4237**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – O Plenário está esclarecido  
4238sobre a emenda, o encaminhamento contrário. Podemos votar? Conselheiros  
4239favoráveis a emenda, por favor, levantem os seus crachás. Ok Pode abaixar. Os que  
4240são contrários. Pode abaixar. Obrigado. Abstenção. Então, está rejeitada esta  
4241emenda ao inciso V. Pergunto se ainda temos emenda relativa ao § único do art. IV?  
4242Não. Então, vamos para o art. V. O art. V trata da recuperação de APP, mediante  
4243plantio de espécies nativas ou mediante plantio de espécies nativas conjugado com

4244a condução da regeneração natural de espécies nativas e deve observar no mínimo  
4245os seguintes requisitos e procedimentos. Então, no inciso I não há emenda, no  
4246*caput* também não, no inciso II há uma emenda e é da Mira-Serra também Lisiane?  
4247Você pode defender, por favor, a emenda. O inciso original fala que a adoção de  
4248medidas de prevenção e controle do fogo a Mira-Serra propõe. Essa emenda é, na  
4249verdade, o inciso III. Então já explica e defende, por favor.

4250

4251

4252**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – É a mesma questão que já foi discutida  
4253anteriormente, que o João de Deus vai dizer a mesma coisa. Então, vou propor a  
4254mesma coisa também, que ao invés de biota não comprometer a biota local fica na  
4255área de recuperação.

4256

4257

4258**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Adoção de medidas de  
4259controle e erradicação de espécies vegetais ruderais e exóticas invasoras, de modo  
4260a não comprometer a biota local que, então, fica a área em recuperação. De novo  
4261desligou o computador aqui da Mesa e ele está desligando. Alguém está desligando  
4262na tomada aí. Bom, já fez a alteração no texto, não é biota local, leia-se ali área em  
4263recuperação.

4264

4265

4266**O SR. JOÃO BATISTA CAMPOS (SEMA/PR)** – Na verdade, a minha preocupação  
4267aqui é o seguinte: que estamos batendo firme em espécies exóticas e invasoras. A  
4268pergunta que eu faço é o seguinte: e as outras exóticas que não são invasoras, não  
4269temos que ter um tratamento também para erradicação e controle? Espécies  
4270exóticas invasoras têm o conceito que consegue se estabelecer, se reproduzir e  
4271invadir o ambiente eliminando as espécies nativas e a espécie exótica pode não ser  
4272invasora, pode ser considerada uma espécie exótica e não ter o potencial de invadir  
4273o ambiente.

4274

4275

4276**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Essa previsão, João, é porque se  
4277você observar lá na frente tem, em alguns artigos, a previsão inclusive da utilização  
4278de algumas exóticas no próprio processo de recuperação. Então, realmente não há,  
4279até para manter a coerência com a proposta metodológica, não daria para você  
4280trabalhar de maneira linear que tem que erradicar todas as exóticas, mas essas  
4281exóticas invasoras sim, porque entendemos que a manutenção delas significa um  
4282risco, um comprometimento a própria ação de recuperação. Então, essa é a  
4283justificativa da previsão agora localizada para exóticas invasoras.

4284

4285

4286**A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** – Só para  
4287alertar João. O que ele colocou não é incompatível com o que você propõe, porque  
4288as ressalvas que se propõe nos parágrafos seguintes, é uma forma de controle  
4289também, porque é de uma forma estabelecida em um prazo estabelecido. Então,  
4290está dentro do controle, às outras exóticas também estariam controladas. Se  
4291tirarmos a expressão invasora aí, qualquer exótica é controlada, a invasora tem que  
4292ser excluída de cara e as outras não invasoras admitem-se uma exceção que estão  
4293nos parágrafos, mas que é controlada e se prever a sua erradicação, porque se  
4294prever por um tempo determinado. Eu acho que é pertinente, mesmo dentro da sua  
4295visão, a emenda sugerida de retirar as invasoras, que o Conselheiro anterior

4296salientou que devemos nos preocupar com toda essa lógica o projeto se preocupa,  
4297então, pode-se retirar a expressão “invasoras”, porque as outras vão ser controladas  
4298e em determinados prazo erradicadas.

4299

4300

4301**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Só para encaminhar pergunto  
4302o seguinte, João de Deus, temos acordo em relação à emenda da Mira-Serra,  
4303primeiro e antes de tudo, pelo menos MMA, Mira-Serra estão juntos nessa emenda.  
4304Agora, eu pergunto se podemos retirar, conforme propõe a Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina, a  
4305expressão “invasoras” e também o João Batista do Paraná. Lisiane, você propõe  
4306retirar. Pergunto se o MMA acha melhor manter invasoras.

4307

4308

4309**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Eu faço ainda a sugestão de  
4310manutenção, porque como tem mencionado que essa Resolução tem mais esse  
4311aspecto didático. Se retirarmos no caso a expressão invasora, mesmo que entenda  
4312que a argumentação apresentada pela Cristina procede, mas do ponto de vista  
4313prático isso pode gerar confusão, porque se estamos admitindo em algumas  
4314situações invasoras e aqui diz que temos que controlar todas as exóticas, na prática  
4315isso pode gerar uma dúvida na aplicação que acho que vai acabar confundindo o  
4316próprio aplicador ali da norma. Então, acho que não compromete, porque estamos  
4317fazendo inclusive aqui à menção as espécies ruderais que também vão incluir  
4318exóticas, mas dando uma ênfase a essas exóticas invasoras e aí até já trouxe a  
4319definição para o Corpo da própria Resolução, por entender que essas espécies sim,  
4320pelo comportamento mais agressivo que apresenta, têm que ter sim um cuidado, um  
4321tratamento mais particularizado no que tange ao controle delas. Então, talvez  
4322valesse à pena e penso que não prejudica e acredito que facilita a operação da  
4323norma manter essa distinção aqui.

4324

4325

4326**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Pergunto se o MPF e Mira-  
4327Serra mantêm a proposta de retirada da expressão invasora”. Mantém Lisiane?

4328

4329

4330**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu acho que poderíamos até adaptar  
4331esse texto de modo que ficasse a contento dos 3, porque poderia linkar essas  
4332vegetações ruderais, exóticas e invasoras no contexto dessa proposta, não sei como  
4333ficaria e acho que seria uma questão para discutir isso em separado. Eu acho o  
4334seguinte: a Cristina falou muito bem, porque é visto isso no processo de retirada, é  
4335só uma questão de adaptar a redação deste texto. Porque ela é prevista na  
4336Resolução retirada.

4337

4338

4339**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – O Plenário está bem  
4340esclarecido sobre essa questão de manter ali a expressão exóticas invasoras ou  
4341apenas exóticas? Está bem claro, porque se tiver claro ao Plenário votamos ou  
4342damos mais um esclarecimento a favor e contra. Eu acho que não é necessário.  
4343Podemos votar e caso lá na frente verifiquemos alguma necessidade de ajuste, nós  
4344ajustamos na sequência. Ok? Então a primeira pergunta que eu quero fazer para  
4345facilitar essa votação é se a proposta inicial, que incluiu a expressão de modo a não  
4346comprometer a área em recuperação, se algum Conselheiro é contrário a isso,  
4347porque senão vamos votar só a manutenção ou não dos invasores na história.

4348Ninguém é contrário a emenda original proposta pela Mira-Serra. Então, vamos votar  
4349apenas o seguinte: aqueles que são favoráveis a manutenção da expressão  
4350espécies vegetais ruderais e exóticas invasoras e os que são contrários. Ok? Então,  
4351aqueles que são favoráveis a emenda, conforme proposta da Mira-Serra, o  
4352Ministério Público Federal e também o Estado do Paraná que retira a expressão  
4353invasora, por favor, levante o crachá. OK. Pode baixar. Os que mantêm, então, a  
4354proposta de emenda do MMA que mantém a palavra “invasoras”, levante o crachá,  
4355por favor. Pode abaixar. Abstenções. Então está aprovada a emenda proposta pelo  
4356MMA. Ok.

4357

4358

4359**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Eu queria fazer uma consulta ao Plenário sobre o  
4360seguinte: a nossa Ordem do Dia estabelece um teto às 18h00, eu quero saber se  
4361podemos avançar mais 30 minutos, até as 18h30 com esse quorum que temos aqui  
4362nesse momento. Se podemos nós vamos continuar trabalhando até as 18h30.

4363

4364

4365**O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (ONG Novos Curupiras)** – A preocupação  
4366que nós temos é que ficamos prejudicados na reunião passada na contagem de  
4367quorum, o que acontece é o seguinte? A temática fica debatida, alguns conselheiros  
4368saem e se perde e fica vulnerável com uma solicitação de pedido de quorum. Então,  
4369o sacrifício e todas as tentativas que se tentou do sacrifício acaba prejudicando a  
4370condução dos trabalhos. Então, gostaria que a Mesa pudesse fazer essa reflexão.

4371

4372

4373**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – A Mesa entende a preocupação do Alan. Agora,  
4374eu fiz uma consulta e percebi que há uma vontade ampla de que mantenhamos a  
4375sessão até as 18h30. Ok. Então, vamos continuar até as 18h30. Por favor, prossiga.

4376

4377

4378**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Naturalmente solicitando que  
4379todos permaneçam onde estão. Nós prometemos que não sairemos daqui,  
4380Presidente, vamos ficar aqui até as 18h30. Então vamos seguindo. O inciso IV  
4381também tem uma emenda da Mira-Serra, eu peço que a Lisiane venha explicar.  
4382Enquanto você vem explicar Lisiane, vou ler aqui o inciso IV diz assim: proteção  
4383quando necessário das espécies vegetais nativas, mediante isolamento ou  
4384cercamento da área a ser recuperados em casos especiais e tecnicamente  
4385justificados. Parece muito com a anterior que nós vimos. Então eu acho que está  
4386prejudicada essa emenda.

4387

4388

4389**A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu posso colocar? Vou retirar. Eu  
4390gostaria de retirar, uma vez que já foi prejudicada anteriormente.

4391

4392

4393**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Obrigado Lisiane. Então, está  
4394retirada essa emenda. Pode colocar prejudicado, Danilo, que já foi discutida  
4395anteriormente. Inciso VI diz assim: prevenção e controle do acesso de animais  
4396domésticos. Isso também já foi discutido certo Lisiane? Então também da mesma  
4397forma está prejudicado o inciso VI proposto pela Mira-Serra. A seguinte é no inciso  
4398VII: adoção de medidas para conservação e atração de animais nativos dispersores  
4399de sementes. A mesma forma. Pode taxar prejudicada. Ok. Seguindo. Bom, os

4400incisos nós fechamos, temos os parágrafos, há emenda dos parágrafos? Tem uma  
 4401emenda no § 3º, ou antes, do 3º? É o 3º mesmo. Então tem proposta de um novo  
 4402artigo é isso? Mas antes Elder, só perguntando aqui ainda temos algum Conselheiro  
 4403que tem emendas aos § 1º, 2º e 3º desse art. 5º? Urbano tem? Qual é o inciso? É o  
 4404inciso III. Então, antes do artigo novo, Elder, tem uma emenda no inciso 3º. Perdão,  
 4405no § 3º. Secretaria de Portos. Bom, o texto original diz: nos plantios de espécies  
 4406nativas, na entrelinhas, poderão ser cultivadas espécies herbáceas ou arbustivas  
 4407exóticas de adubação verde ou cultivos anuais de espécies agrícolas e exóticas até  
 4408o 5º ano da implantação da atividade de recuperação como estratégia de  
 4409manutenção da área em recuperação. A Secretaria de Portos faz algumas  
 4410alterações retirando a expressão herbáceas e arbustivas, incluindo a expressão de  
 4411crescimento, de rápido crescimento para sombreamento, retirando os cultivos anuais  
 4412de espécies agrícolas exóticas e acrescenta inclusive de culturas até o 5º ano e no  
 4413caso a recuperação da parcela considerada da APP. Explica aí, por favor, Dr.  
 4414Urbano.

4415

4416

4417**O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – Bem, é mais  
 4418uma questão de texto, se espécies arbóreas, arbustiva e exótica, não precisaria,  
 4419qualquer espécie exótica. Eu acho que é desnecessário citar herbácea ou arbustiva.  
 4420Eu acho que foi esquecido, não sei, do rápido crescimento, porque uma das técnicas  
 4421de plantio de árvores é sombreamento. Então, acho que não é só adubação verde e  
 4422acho que teria que incluir rápido crescimento para sombreamento. Questão dos  
 4423cultivos agrícolas para não ficar repetitivo exótica e agrícola, é uma questão de  
 4424texto, melhoria de texto apenas e a última parte da parcela considerada APP, porque  
 4425lá na frente se fala em cronograma, o cronograma implica anos e é 5º ano a partir do  
 4426início da recuperação, mas você vai fazer isso anualmente em parcelas. Então, tem  
 4427que ser daquela parcela que está sendo considerada dentro do cronograma, por isso  
 4428que não pode ser aberta completamente do início do processo, porque esse  
 4429processo é demorado e ele não tem início em toda área recuperada no mesmo  
 4430momento e no mesmo ano.

4431

4432

4433**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Temos inscrição do Dr.  
 4434Gustavo, Dr. Paulo Nogueira e da Ana Cristina a respeito desta emenda. Dr. Paulo  
 4435Nogueira Neto.

4436

4437

4438**O SR PAULO NOGUEIRA-NETO (ADEMA/SP)** – Bom, eu acho que devemos  
 4439acrescentar espécies vegetais, porque se for espécie animal de rápido crescimento  
 4440fica estranho. Só uma mudança de redação.

4441

4442

4443**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Urbano, é uma sugestão  
 4444ali que deve ser acrescentada na proposta da Secretaria de Portos, não é isso? De  
 4445espécies vegetais exóticas, que se retiram herbáceas e arbustivas. Então, tem que  
 4446parecer pelo menos vegetais. Ok?

4447

4448

4449**O SR. GUSTAVO DE MORAES TRINDADE (Planeta Verde)** – Aqui eu tenho que  
 4450pensar em uma proposta de redação. A regra aprovada pelo art. 1º dispensa de  
 4451autorização do órgão ambiental nos projetos de recuperação das Áreas de

4452 Preservação Permanente e nesses casos em que seja permitida a introdução de  
4453 cultivares ou espécies arbustivas, mesmo que temporárias para a própria segurança  
4454 do agricultor. Eu entendo que nesses casos se faria necessário uma autorização do  
4455 poder público.

4456

4457

4458 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Mas você, Gustavo, não se  
4459 manifestou em relação à emenda propriamente, é o parágrafo é isso?

4460

4461

4462 **O SR. GUSTAVO DE MORAES TRINDADE (Planeta Verde)** – Eu tenho que pensar  
4463 em uma emenda, quer dizer, o que entendo que deve se buscar e teria que pensar  
4464 em uma nova forma de redação, que não seria na questão de um parágrafo ou uma  
4465 regra especial, que quando essa intervenção envolver a utilização de cultivares de  
4466 rápido crescimento ou como do próximo parágrafo, § 4º, nessas duas hipóteses  
4467 seria necessária a autorização do órgão ambiental para realizar tais atividades em  
4468 APP.

4469

4470

4471 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Eu entendo o seguinte: que  
4472 seria um novo parágrafo talvez, logo após o 3º e 4º se ele entrar.

4473

4474

4475 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – A previsão desse § 3º acho que é  
4476 importante esclarecer que a ideia é que você abra a possibilidade de utilizar no  
4477 espaço das entrelinhas o cultivo de espécies exóticas, como estava ali colocado,  
4478 espécies herbáceas ou arbustivas exóticas de adubação verde ou cultivos anuais de  
4479 espécies agrícolas, limitado a um determinado período. Dois aspectos foram  
4480 considerados para essa proposição, primeiro, amortizar um pouco o custo na  
4481 operação de recuperação. Então, admitir a manutenção de espécies agrícolas é  
4482 exatamente nesse sentido e que o agricultor possa também naquele espaço em que  
4483 está recuperando retirar essas espécies agrícolas, ter algum, mesmo que seja para  
4484 a sua subsistência, enfim, e com o entendimento que a manutenção dessas culturas  
4485 exige também um cuidado, tratos que vão favorecer também as espécies nativas  
4486 que foram plantadas na linha e que estão auxiliando o processo de recuperação. Por  
4487 outro lado, as espécies exóticas pensadas aqui, as herbáceas e arbustivas, Dr.  
4488 Urbano, não são exatamente para sombreamento, elas são mais pensadas para  
4489 inclusão a possibilidade da utilização daquelas espécies que auxiliam mais na  
4490 correção de solo, porque algumas áreas a desnitrificação é tão acentuada, a  
4491 carência de nitrogênio é tão grande, que se você não abrir mão da utilização de  
4492 algumas espécies exóticas, que são espécies com grande potencial para fixação de  
4493 nitrogênio e, portanto, gerar essa contribuição, o próprio sucesso da recuperação  
4494 fica muito comprometido. Agora, em geral essas espécies são realmente espécies  
4495 herbáceas ou arbustivas e o nível de sombreamento, a contribuição delas em termos  
4496 de sombreamento é quase desprezível. Então, nesse sentido que eu acho que sob  
4497 esse aspecto sugerimos a manutenção realmente do texto original para garantir  
4498 essa proposta, porque foi realmente bastante debatido com os técnicos que nos  
4499 auxiliaram e isso foi muito reforçado, que se a ideia é procurar criar uma situação  
4500 que estimule que torne mais atrativa à recuperação, isso seria uma forma de gerar  
4501 essa indução.

4502

4503

4504A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal) – Concordo  
 4505com o Gustavo que nesse caso talvez seja o caso mesmo de ter uma autorização,  
 4506porque se coloca um limite para iniciar um termo inicial para isso, porque aqui se  
 4507prever por um tempo X, 5 anos no primeiro ou a outra nos cultivos anuais ou um  
 4508ciclo de vida na próxima. Só que não tem nenhum termo inicial e se não tem  
 4509nenhum termo inicial e se não depender de autorização o que vai acontecer? As  
 4510pessoas vão plantar e deixar lá 5, 10, 15 até o dia que aparecer o fiscal. No dia que  
 4511aparecer o fiscal vai falar: comecei ontem a recomposição e coloquei aqui e aí  
 4512vamos contar mais 5 anos. Então, ou de fato já amarramos com uma autorização  
 4513expressa para essas exóticas ou coloca o termo inicial da vigência da Resolução.  
 4514Então, a partir da vigência dessa Resolução pode se utilizar 5 anos, se preferir esse  
 4515mecanismo pelo menos, também seria uma forma de limitar no tempo essa  
 4516utilização. Outra questão que eu tenho é o prazo de 5 anos, por que esse prazo foi  
 4517pensado, se há alguma justificativa ambiental para se utilizar por 5 anos que me  
 4518parece demasiado.

4519

4520

4521O SR. FÁBIO RIBEIRO DIB (MOVER) – Na verdade, é muito parecida a minha fala  
 4522com a da Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina, porque vínhamos discutindo já há algum tempo a  
 4523questão específica do marco inicial disso tudo. Então, a proposta que fez o Gustavo  
 4524me parece interessante, porque em uma coisa só amarra tudo, amarro o prazo com  
 4525o termo inicial e também a possibilidade efetiva de nesses casos que são casos  
 4526mais candentes já termos um documento único, que seria uma autorização, que  
 4527indicaria inclusive eventualmente o prazo. Isso vale também para o 4º, que nós  
 4528vamos..., bom, vamos esperar chegar no 4º, mas acho que tem uma validade  
 4529parecida.

4530

4531

4532A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA) – Na realidade, vou ficar prejudicada na  
 4533minha proposta se for votado isso agora, porque nós estamos propondo junto com a  
 4534Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, estamos  
 4535propondo que se reduza simplesmente de 5º ano para 3º ano como um novo  
 4536parágrafo, uma vez que todo o § 5º aborda só nativas. Então, seria um caso de  
 4537excepcionalidade e se tornaria um novo parágrafo, aliás, um novo artigo e não um  
 4538parágrafo dentro do art. 5º e fica bem prejudicada a proposta da Mira-Serra nesse  
 4539aspecto e não me parece coerente colocar um artigo que trata só de recuperação  
 4540com nativas e lá pelas tantas permitir a nativa que se coloque plantio de exóticas  
 4541dentro, por isso a proposição de novo artigo, mas se refere aquele parágrafo.

4542

4543

4544O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA) – Como são duas propostas  
 4545diferentes para praticamente o mesmo conteúdo a sugestão da Mesa é a seguinte:  
 4546primeiro, votamos a emenda que foi proposta pela Secretaria de Portos, porque  
 4547altera o § 3º e em seguida, decidida essa questão, nós aí tratamos da emenda da  
 4548Mira-Serra que, na verdade, transforma, transforma esse parágrafo, os 3, é outra  
 4549emenda que podemos tratar separada. É porque não tem como discutir duas  
 4550emendas ao mesmo tempo para um mesmo parágrafo. Será que estou entendendo  
 4551bem?

4552

4553

4554A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA) – A princípio acho que a proposta da  
 4555Mira-Serra, como fez o parecer e entregou 2 meses antes, deveria configurar antes

4556de qualquer nova proposta. Então, por isso ficou prejudicada a argumentação, tem  
4557todo um arrazoado aqui, que já foi disponibilizado, não vou me meter nisso, mas a  
4558questão maior se é novo parágrafo ou se é novo artigo ou se é mesmo parágrafo, a  
4559questão é no 3º ano e é a mesma redação colocando só que colocando que é em  
4560caso excepcional, porque o art. 5º fala sobre plantio de nativos, então, seria uma  
4561excepcionalidade dentro desse artigo ou, então, novo parágrafo e a redução de 5  
4562anos para 3 anos, conforme a justificativa. Eu acho que no meu entendimento fiquei  
4563espantada quando vi uma proposta antes da nossa mudando totalmente o texto,  
4564enquanto já remetemos há 2 meses a proposta.

4565

4566

4567**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – A Mira-Serra solicita que se  
4568discuta primeiro a emenda proposta pela Mira-Serra. O que propõe a Mira-Serra é  
4569um novo artigo.

4570

4571

4572**O SR. JOÃO BATISTA CAMPOS (SEMA/PR)** – Na verdade, eu proponho então  
4573para discutir, Lisiane, aquela coisa lá, você vai separar o que é artigo e depois  
4574decide, mas aquele assunto que está colocado ali que é a questão de recuperação  
4575de áreas com espécies herbáceas e o ponto crucial que tocamos é essa questão do  
45763 ou 5 anos. Na verdade, é o seguinte: eu trabalho com restauração e quero falar  
4577isso, porque quero dar um exemplo em uma área que fizemos no rio Paraná. O rio  
4578Paraná tem uma APP de 500m de largura e 500m vários projetos tentou ser  
4579implantado em cima de áreas que eram pastagem, capim colonial e todos eles foram  
4580fadados em sucesso, nenhum evolui. O capim colonial tem uma capacidade de  
4581crescimento fantástico, ela abafa toda a vegetação junto com a baquearia e é  
4582impossível você conseguir recuperar uma área que tenha baquearia clonal e lá foi  
4583implantado um projeto desse, inclusive com bastante polêmica institucional, porque  
4584necessitava ter uma autorização, porque não existia nenhum fundamento que  
4585pudesse fazer uma atividade de plantios agrícolas conjugado com espécies de  
4586produção com esse espírito que o João falou da produção de recurso para retornar  
4587financiamento e pagar o custo de implantação do projeto. E esse processo foi feito,  
4588foi dado um parecer que ficou conhecido assim, sinteticamente, que o tema era  
4589assim: “Plantar Mandioca na APP é Legal”, foi esse o chavão. Então, foi plantado  
4590linhas de espécies nativas e no meio de duas linhas de espécies de mandioca e  
4591foram selecionadas famílias de baixa renda, que capinou e levou adiante essa  
4592produção da mandioca e ao mesmo tempo cultivando as espécies nativas. E depois  
4593do sucesso da situação a mandioca foi retirada e o recurso voltou para todos  
4594aqueles que trabalharam na área e a área, depois de 1 ano e meio, estava  
4595completamente fechada com espécies arbóreas. Então, na verdade, por isso  
4596defendemos essa questão da condução conjunta de sistema agrossilvicultural, mas  
4597no processo e como nós vivemos em um ambiente tropical o crescimento das  
4598espécies é muito rápido. Então, em 2 anos estava completamente fechada essa  
4599floresta, abafou todo o capim, a mandioca foi retirada e o processo continua lá,  
4600inclusive se alguém quiser fazer uma visita estão convidadas. Então, por isso e  
4601finalizando Presidente, se estendêssemos esse prazo para 5 anos vamos começar a  
4602valorizar mais o plantio, mais o retorno, mais a questão econômica, do que a  
4603questão inicial que é o plantio das espécies arbóreas que tem um rápido  
4604crescimento e em 2 anos está completamente fechado e tem até o artigo científico  
4605publicado pela professora em cadernos da biodiversidade que atesta isso, por isso  
4606defendemos o sistema agrossilvicultural e defendemos que seja no máximo por 3  
4607anos.

265

266

4608 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok. Tem ainda o João inscrito,  
4609 depois o Gustavo e o João Petribu e o Urbano. Vamos fazer o seguinte: vamos ouvir  
4610 essas 4 inscrições e decidimos o encaminhamento ou a votação. Então primeiro o  
4611 João de Deus.

4612

4613

4614 **SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Respondendo primeiro o  
4615 questionamento da Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina 5 ou 3 anos aqui. Só lembrar que realmente  
4616 durante toda a discussão do Grupo Técnico se entendeu que esse período mínimo  
4617 de 3 anos tem realmente uma sustentação, que é o período mínimo para que você  
4618 tenha segurança de que aquelas mudas passaram esse período crítico. Esta  
4619 extrapolação para os 5 anos foi mais uma tentativa de flexibilizar um pouco mais, por  
4620 conta desse aspecto mais financeiro até de amortizar um pouco mais o custo. Eu  
4621 acho que o João Batista tem razão, todos os elementos que temos, apontam que  
4622 esse controle, pelo menos nos 3 anos, é que é o período crítico e crucial para que  
4623 você tenha um mínimo de efetividade. E ao caro colega João, plantar mandioca em  
4624 vários pontos do País é realmente legal, somente aqui na nossa região temos várias  
4625 espécies mandiocas nativas, inclusive temos que estimular esse cultivo, mas o outro  
4626 ponto é que a previsão, Lisiane, veio para cá, porque plantio com espécies nativas é  
4627 uma das metodologias admitidas. O art. 5 trata dessa metodologia, a metodologia  
4628 através do plantio de espécies nativas e para a metodologia plantio com espécies  
4629 nativas, damos um tratamento diferenciado admitindo esse plantio na entre linhas,  
4630 por isso acho que não cabe outro artigo e é mais correto ficar aqui mesmo como  
4631 parágrafo do 5º.

4632

4633

4634 **SR. GUSTAVO DE MORAES TRINDADE (Planeta Verde)** – Seria uma proposta  
4635 de Resolução que buscaria um possível consenso mantendo o prazo de 5 anos, mas  
4636 seria o prazo de 5 anos da publicação dessa Resolução. Então, incentivaria que os  
4637 produtores rurais se agilisassem para buscar a regularização dessas atividades e  
4638 teria um prazo maior para utilização daquela área e prazo de 5 anos a partir da  
4639 publicação dessa Resolução, mediante uma autorização do órgão ambiental  
4640 específica para esse caso de utilização com plantios temporários. Então, a proposta  
4641 de redação seria assim: até o 5º ano da publicação desta Resolução, onde tem...,  
4642 pode colar a redação original, até o 5º ano da publicação dessa Resolução,  
4643 mediante autorização do órgão ambiente, e depois segue no como. Planeta Verde,  
4644 Ministério Público Federal, EcoJuréia e depois de órgão ambiental vai direto para o  
4645 como. Mediante autorização do órgão ambiental, como estratégia de manutenção da  
4646 área em recuperação.

4647

4648

4649 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Primeiro, eu vou  
4650 entrar por partes dentro das propostas apresentadas. Em casos excepcionais, não é  
4651 em caso excepcional. Em todo caso que a pessoa quiser recuperar Área de  
4652 Preservação Permanente existe a possibilidade, porque a partir do momento não  
4653 existiria nenhuma autorização, que é o que foi pensado desde o início dentro da  
4654 Câmara Técnica de não haver a necessidade do pedido de autorização para  
4655 recuperação. A segunda em relação a 3 anos ou a 5 anos, o próprio documento da  
4656 Mira-Serra coloca bem claro que depois do 3º ano em alguns casos já ocorre  
4657 sombreamento, ocorrendo sombreamento você pode plantar a maioria das culturas  
4658 agrícolas anuais que ela não cresce. Mas em determinados casos, onde não houve  
4659 desenvolvimento desejado, pode ser que haja necessidade de você permanecer

4660 mais 2 anos naquela área, porque se fechou, fechou, não planta nada embaixo,  
4661 você não consegue plantar. O cultivo tradicional, agrícola e exótico como está  
4662 colocado ali necessita de uma fonte de energia solar muito forte e sem sombra já  
4663 não nasce. Então, por isso se coloca: se houve um problema, não digo um  
4664 problema, houve um atraso, porque temos que pensar que cerrado é diferente de  
4665 Mata Atlântica, o desenvolvimento do cerrado é completamente diferente do  
4666 desenvolvimento da vegetação nativa da Mata Atlântica. Então, temos que observar  
4667 também que essa é uma Resolução para o Brasil todo, por isso esse 3 e 5 foi um  
4668 dos artigos mais discutidos dentro da Câmara Técnica e observando durante todas  
4669 as discussões observaram que realmente os 5 anos não trariam problema naquela  
4670 área de recuperação. Agora me perdi ali. A proposta agora que foi colocada aqui é  
4671 sobre o 5º ano da publicação desta Resolução, mediante autorização. A  
4672 recuperação você não vai parar daqui a há 5 anos, a recuperação você não vai parar  
4673 daqui a 5 anos, a recuperação é uma coisa contínua, não importa, a recuperação é  
4674 contínua. Uma coisa que foi muito colocada desde o início da reunião, é que temos  
4675 que tirar um pouco da nossa cabeça aquele pensamento pequeno, 2 anos a mais  
4676 não pode, parece uma briga de cabo de guerra, 2 anos a mais não pode, 3 anos a  
4677 menos não pode, o que tem que pensar é o seguinte: qual é o pensamento dessa  
4678 Resolução? Só tem um pensamento, a recuperação da APP. Não se discute que  
4679 não seja a recuperação de APP, não tem outro artigo que não trate da recuperação  
4680 de APP, o que se coloca para ajudar na recuperação de APP o cultivo anual, pode  
4681 ser que daqui a 10 anos haja a necessidade de você fazer um cultivo de espécies  
4682 agrícolas exóticas para recuperar aquela APP, mas daqui a 10 anos? Pode ser. É  
4683 isso que tem que ser observado. Nós estamos fazendo um pensamento pequeno,  
4684 temos que pensar em coisa grande, se você daqui a 20 anos recuperar uma área  
4685 excelente, agora se você demorar e em 3 anos não conseguir isso é o problema.  
4686 Minha conclusão, eu sou favorável a proposta original, acho que foi uma das  
4687 propostas mais discutidas dentro da Câmara Técnica e foi a mais para dizer que  
4688 houve acordo de ambos os lados, podemos assim dizer, quando se observou que o  
4689 documento ficou bom e não se discutiu mais.

4690

4691

4692 **O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – Eu acho que  
4693 não poderia ficar como essa proposta por uma questão simples: essa recuperação  
4694 não se dá, tem um cronograma, se a área a ser recuperada é grande isso vai ocorrer  
4695 anualmente, não é em toda a área, pode levar 10 anos fazendo e você não vai fazer  
4696 tudo de uma vez. Então, não cabe esse negócio de 5º ano depois dessa Resolução,  
4697 isso é incabível, vai inviabilizar, vai engessar completamente o processo. Eu acho  
4698 que realmente mantenho a proposta original também com o cuidado de ainda  
4699 levando em conta que poderia ter em vez de 5º ano, até o 5º ano, colocar um até  
4700 dependendo da situação para flexibilizar.

4701

4702

4703 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Ok.

4704

4705

4706 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Eu vou pedir para o Nilo encaminhar e ele tem  
4707 uma proposta a fazer como um acordo conosco aqui, mas estouramos o tempo. Nós  
4708 não vamos votar essa matéria hoje, porque temos aqui, acho que um tema, que  
4709 merece uma negociação, merece uma conversa, um amadurecimento entre os  
4710 propositores para ver se conseguimos chegar há alguma formulação de maior  
4711 consenso para trazer para a votação.

4712 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Exatamente isso, conversando  
4713 aqui com o Dr. José Machado, nós concluímos que em função de ser um parágrafo  
4714 em um artigo importante que reporta um elemento central na proposta de  
4715 recuperação, que é o uso de exótica, entrelinhas até 3 ou 5 anos, sombreamento,  
4716 sem sombreamento, enfim, ainda mais essa autorização do órgão ambiental  
4717 competente. O mais prudente, pelo avançado da hora, seria o seguinte: sugerimos  
4718 que o Dr. João de Deus juntamente com a Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina, o Dr. Fábio, o Gustavo,  
4719 o Urbano, que tem a emenda, o João também fizessem uma conversa, se possível  
4720 até agora aqui, nós encerraríamos para tentar chegar ao texto de consenso e aí  
4721 amanhã na primeira hora de manhã, 09h00, não é Presidente? Retomamos com  
4722 esta proposta de consenso. Eu acho que é mais... Perdão, Mira-Serra, Dr<sup>a</sup>. Lisiane  
4723 da Mira-Serra. Agora mesmo tentarmos chegar a um acordo e amanhã de manhã  
4724 apresenta e o Plenário vota.

4725

4726

4727 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito bem, nós gostaríamos de agradecer a  
4728 presença de todos e amanhã, as 09h00, nós reinstalaremos esta reunião. Boa noite  
4729 e muito obrigado a todos.

4730

4731

4732 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – As 09h00.